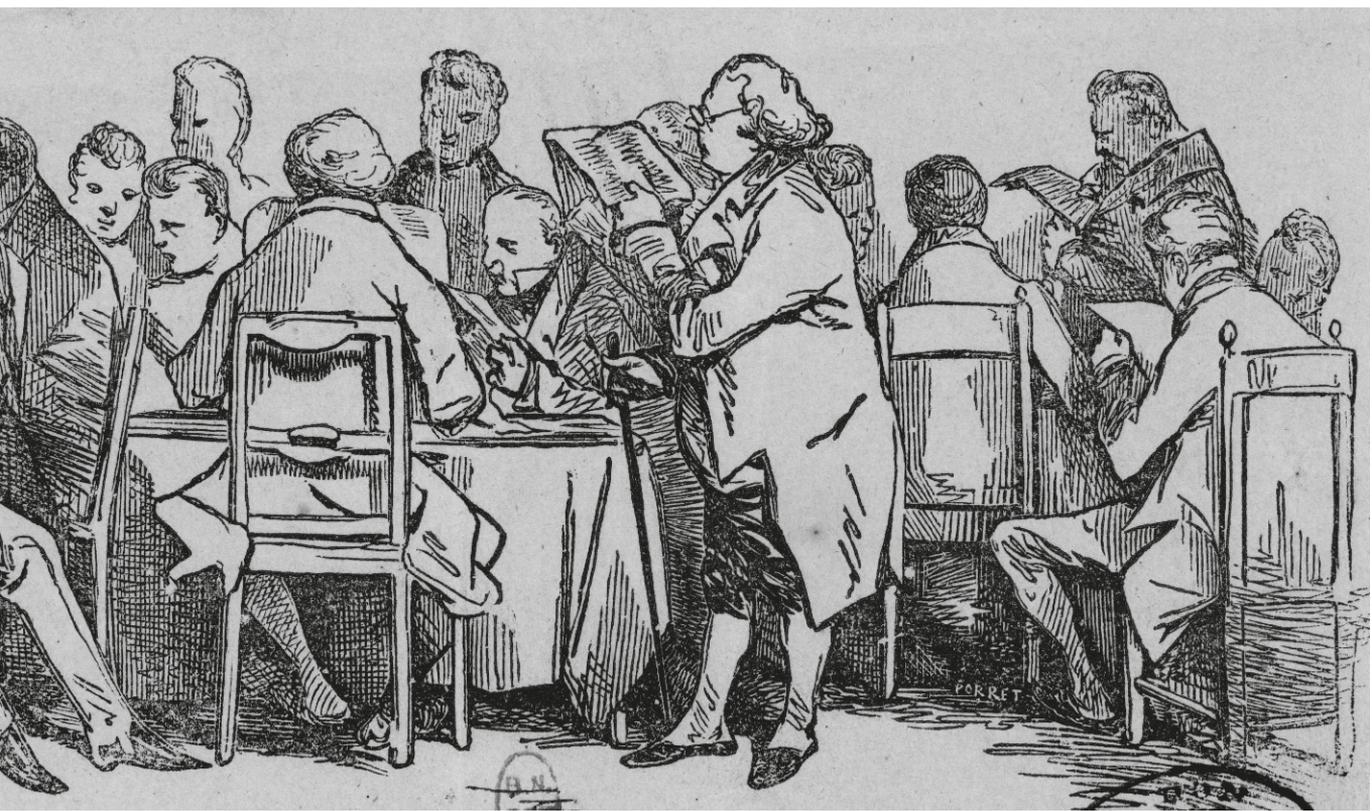


caderno do arquivo



Leitura, sociabilidade e opinião pública:
O caso da Sociedade do
Gabinete de Leitura de Loulé
1835-1848

Patrícia de Jesus Palma

caderno do arquivo

Leitura, sociabilidade e opinião pública:

O caso da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

1835-1848

Agradecimentos

Desejo manifestar os meus agradecimentos à Câmara Municipal de Loulé - Arquivo Municipal, pelo apoio e facilidades concedidas no decorrer deste trabalho; à Sr.^a Dr.^a Salomé Horta, coordenadora técnica da Biblioteca António Rosa Mendes da Universidade do Algarve, pelo acesso ao espólio da Sociedade do Teatro Lethes; ao Sr. P.^o Afonso da Cunha Duarte, o apoio na pesquisa dos documentos depositados no Arquivo Histórico da Diocese do Algarve e as informações biográficas relativas ao percurso eclesiástico do Prior José Rafael Pinto; e ao Sr. Prof. Doutor António Ventura, a cedência generosa da gravura identificada no corpo do texto como Figura 1.

Índice

1. Introdução	9
2. A paisagem cultural do Algarve no dealbar do século XIX:.....	11
3. A emergência dos espaços de sociabilidade	19
4. A <i>Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé</i> (29.12.1835- -20.2.1848?) no movimento de expansão dos gabinetes de leitura em Portugal	21
4. 1. A identidade da <i>Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé</i> : valores, organização e missão.....	31
4. 2. Os sócios leitores	41
4. 3. Os ritmos e os ritos da leitura	49
4. 4. A identidade literária: as leituras disponibilizadas	53
4. 5. O estatuto patrimonial do impresso – uma hemeroteca oitocentista	63
5. Conclusões	69
6. Fontes e Bibliografia	71
6. 1. Fontes	71
6. 2. Bibliografia	73
7. Anexo Documental	79

Normas utilizadas

Ortografia:

Por opção da autora, o presente texto não segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Transcrições:

Nas transcrições de documentos manuscritos ou impressos optou-se por actualizar a ortografia e a pontuação do texto original, desenvolveram-se as abreviaturas, à excepção de fórmulas de cumprimento, assinalaram-se os erros patententes com [sic] e os casos de identificação provável ou problemática com [?].

Abreviaturas utilizadas

ADF – Arquivo Distrital de Faro

AHDA – Arquivo Histórico da Diocese do Algarve

AHMARM – Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes (Vila Real de Santo António)

AMLE – Arquivo Municipal de Loulé

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BARM-UALG – Biblioteca António Rosa Mendes da Universidade do Algarve

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Cf. – Conferir

Coord. – Coordenação

Dir. – Direcção

Ed. – Edição

F. – Frente

Fl. – Folha

Id. – *Idem*

Mç. – Maço

Ms. – Manuscrito

N.i. – Não identificado

Obs. – Observação

Org. – Organização

P. – Página

Pp. – Páginas

S.l. – *Sine loco*

S.n. – *Sine nomine*

SGLLE – Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

Subls. – Sublinhados

V – Verso

V. – *Vide*

Vol. – Volume

O só e único fim da Sociedade é espalhar a instrução, que se adquire com a leitura, meditação e discussão de Periódicos bem redigidos [...].

Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, cap. 1.º, art.º 2.º, 1836.

Na actualidade os livros estão substituídos pelos jornais, até por estes se aprende e quase que só eles são lidos.

A Restauração, 1842.

1. Introdução

O estudo da actividade cultural letrada no Algarve ao longo do período oitocentista, em particular, a primeira metade do século, exige ao historiador do livro e da leitura que ultrapasse uma névoa densa, constituída por um conjunto de factores que, num primeiro plano, parecem harmonizar-se para cercear o desenvolvimento cultural. Refiro-me às invasões francesas (1808-1814), à revolução liberal (1820), à guerra civil (1828-1834) e ao longo período de instabilidade política, social e económica, vivido até à Regeneração (1851), com consequências ainda mais nefastas no Algarve, por conta da guerrilha encabeçada pelo célebre Remexido, José Joaquim de Sousa Reis (Estômbar, 19.10.1797-Faro, 2.8.1838).

Este contexto, associado a uma paisagem cultural caracterizada por uma fina espesura institucional e por uma maioria da população analfabeta, criou um conjunto de certezas de fácil aceitação, que tem passado por atribuir ao Algarve uma posição de subalternidade cultural no contexto nacional, sem que, em certas áreas, tenha sido desenvolvida pesquisa empírica que o confirme ou conteste. Para tanto, muito tem contribuído a dispersão de fontes por repositórios de natureza e geografia muito distintas e as dificuldades de acesso a fontes arquivísticas locais¹. Esta situação não favorece o trabalho de investigação e mantém desconhecidas as disponibilidades culturais existentes, favorecendo o impressionismo das conjecturas, que ora caem na subvalorização ora no seu extremo oposto.

1. Na presente data, Aljezur está a iniciar o processo de organização do seu arquivo municipal e estão por constituir os arquivos municipais de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e São Brás de Alportel.

Em meu entender, é fundamental estabelecer indicadores precisos e fiáveis a partir dos quais possamos reforçar a plausibilidade dos juízos históricos sobre o meio cultural algarvio oitocentista e avançar no conhecimento, incentivando a abertura de novos caminhos de análise e, por conseguinte, de actualizadas representações históricas.

O estudo dedicado à Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé (1835-1848[?]) oferece a oportunidade adequada à sustentação desta perspectiva de trabalho, que, no caso concreto, pretende deslocar o foco analítico do elevado número de analfabetos para as práticas do escol letrado local. Não se trata de iludir a dimensão modesta que os números conhecidos denunciam, mas não se iludirá igualmente a utilidade e, correndo o risco de infracção deontológica, o entusiasmo perante o valor e os efeitos de gestos «civilizadores» e audazes, tais como a fundação de um Gabinete de Leitura destinado à comunicação e discussão das ideias em regime público, num ambiente caracterizado precisamente pela fragilidade.

Tratando-se de um estudo dirigido a uma instituição cultural local, conduzi-lo-emos recorrendo ao cruzamento de fontes de cariz local, regional e nacional, por forma a passar da descrição à análise e a evitar o provincianismo de considerar como único ou excepcional um fenómeno comum, ou cair na tentação de generalizar o que tem características particulares². Não se prescinde, porém, de afirmar o estatuto «identitário, relacional e histórico»³ da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, constituinte da globalidade nacional.

2. Cf. BURKE (1990 [1980]).

3. In AUGÉ (2012 [1992]), p. 69.

2. A paisagem cultural do Algarve no dealbar do século XIX⁴

Nos finais do século XVIII, o Algarve conheceu um movimento de valorização da cultura letrada que superou o universo restrito do universo conventual por onde passava, quase em exclusividade, o acesso às letras.

A rede pública de ensino primário, criada pela lei de 6 de Novembro de 1772, expandiu-se progressivamente a todos os concelhos da região e diversificaram-se as possibilidades de formação especializada.

Em Tavira, Faro e Lagos, surgiram bibliotecas e academias militares onde as Ciências Matemáticas, o Desenho, a Fortificação, a Castrametação, a Anatomia e a Cirurgia integravam o *curricula* escolar⁵. No Paço Episcopal medrava o plano de renovação da cultura eclesiástica, que visou a instrução e a dignificação do clero algarvio, mediante uma sólida e ampla cultura humanística e canónica, promovida pela frequência regular das bibliotecas e pela escolarização dos estudos. Estava em curso a «restauração» cultural do reino do Algarve⁶.

Estas instituições constituíram manifestações sociais dos ideais das Luzes, procurando valorizar, disseminar os conhecimentos e emancipar intelectualmente o indivíduo, ainda que dentro de premissas rígidas do próprio enquadramento socioprofissional. É certo que alcançaram círculos restritos da população, mas não podemos ignorar que representavam e dirigiam-se aos grupos de poder e de mediação, os quais, sendo em menor número, detinham a maior capacidade de organização e de intervenção social.

Frades, clérigos, militares, juristas, médicos, cirurgiões, professores (Estudos Menores) integravam o escol letrado, sendo responsáveis, dentro dos seus circuitos de acção, pela propagação de novas práticas culturais e científicas para além dos principais núcleos institucionais do Saber.

A actividade cultural então desenvolvida foi suficiente para estimular, por exemplo, o comércio livreiro. No ano de 1787, estavam comprovadamente em funcionamento duas livrarias na região. Uma localizava-se na cidade de Tavira, sede do poder político-militar, e a outra na cidade de Faro, a capital do poder episcopal⁷.

4. Os dados que se apresentam têm por base a investigação conduzida pela autora no âmbito da sua tese de doutoramento, intitulada *O Reyno das Letras. A cultura literária na periferia: Algarve, 1759-1910*. Cf. PALMA (2015a).

5. Cf. sobre este assunto PALMA (2013a), pp. 104-129.

6. Cf. a este respeito PALMA (2015b), pp. 39-42.

7. Cumpre lembrar que Faro adquiriu o estatuto de capital político-administrativa do distrito pelos decretos de 28 de Junho de 1833 e 18 de Julho de 1835. Até então, assumia esse estatuto o local onde se fixasse a

A análise aos conteúdos de bibliotecas pertencentes a alguns daqueles indivíduos e instituições evidenciou características muito distintas. No entanto, o uso dos livros para formação e exercício profissional pautou o sentido dos diferentes acervos bibliográficos.

No sentido oposto ao da procura pela erudição, observou-se uma acção consistente, orientada para uma maior partilha social da cultura impressa, promovida pelo bispo D. Francisco Gomes do Avelar (1789-1816). Pequenos formatos, escritos em vernáculo e adaptados à realidade regional, constituíram a biblioteca mínima dos fiéis algarvios, persuadidos de que na posse dos impressos e na sua leitura diária residia a salvação espiritual e a recompensa material para as suas vidas.

Apesar de a região não possuir produção tipográfica local, os livros não eram um objecto ignorado no dealbar do século XIX e circulavam por um número largo de leitores anónimos. Contudo, as suas funções estavam, de forma preponderante, associadas aos domínios pedagógico, profissional e espiritual, sendo controladas e geridas por figuras tutelares que organizaram e disponibilizaram o livro, dirigindo a sua utilização.

O contexto político-social desencadeado pelas invasões francesas (1808-1814) e pela implantação do regime liberal (1820-1834) alterou significativamente este panorama sociocultural. A situação bélica transformou o processo de circulação de informação em autêntica máquina de guerra. Do ponto de vista quantitativo e qualitativo, as mudanças foram fracturantes e irreversíveis. Era necessário comunicar rapidamente o essencial, de forma fácil e para o maior número de pessoas possível, apelando à mobilização. Coube, então, à imprensa, sintonizar o tempo do acontecimento com o tempo da leitura.

Compreende-se, assim, a intensificação da actividade periodística e, de forma mais geral, a de toda a produção editorial no país⁸. José Augusto dos Santos Alves constatou que «a quantidade de panfletos na altura das invasões é de tal ordem grande que sugere, sem dúvida, que a guerra pode ser decidida através da imprensa, por via de uma actividade panfletária que funciona como verdadeira “acção de rua”»⁹. Esta acção não se circunscreveu às principais cidades do país e espalhou-se por todo o território.

Em Olhão, depois do escrivão João da Rosa ter destapado as armas reais portuguesas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi um edital do governo de Junot que lançou a chama da revolta. Alberto Iria descreveu assim o momento:

[O coronel Lopes de Sousa] ao aproximar-se, portanto da igreja Matriz, naquela manhã de 16 de Junho, **não pôde esconder a sua indignação contra o edital**

residência do representante do rei na região, o Governador e Capitão-General do reino do Algarve. Nessa situação, esteve a cidade de Lagos até ao terramoto de 1755 e depois Tavira, para onde se transferiu o Governador, na sequência da destruição infligida àquela cidade. Excepcionalmente, entre 1808 e 1816, Faro foi sede dos diversos poderes, na sequência da nomeação do bispo D. Francisco Gomes do Avelar para desempenhar as funções de Governador Interino.

8. Cf. a este propósito TENGARRINHA (1989), pp. 59-68 e pp. 131-133.

9. In ALVES (2000), p. 305.

do governo de Junot. Adiantou-se aos seus, que o acompanhavam à missa, **afastou bruscamente os marítimos que ouviam a leitura do referido edital,** arrancou-o e fê-lo pedaços.

Depois voltou-se para os circunstantes, e “com vozes e gestos os mais expressivos”, falou-lhes da triste situação em que se encontrava o país exclamando: “Ah! Portugueses, já não merecemos este nome, nada somos já!”¹⁰

Assistiram à missa e, à saída, segundo testemunhos da época, em uníssono e em alarido, declararam-se contra os franceses. Enquanto uns abasteciam-se de armas e munições, o coronel José Lopes de Sousa, governador de Vila Real de Santo António, inflamava o local com exortações, mandando «afixar por editais uma proclamação, em que a arte não brilhava, mas que falava aos corações, exprimindo sentimentos tão enérgicos como naturais e cristãos»¹¹. António Rosa Mendes considerou que, «a ter sido assim, estamos perante a prova provada de que o levantamento foi preparado, pois não é plausível que o coronel forjicasse ali na hora, no meio da barafunda, aqueles proclamas»¹². Mas, a ter sido assim, a acção demonstrou também, com clareza, a comunhão entre o poder da escrita e a força das armas neste conflito. A palavra dita, lida, ouvida e discutida assumia um poder fulcral na revolta (v. Figura 1).

10. Subls. meus. In IRIA (2004 [1941]), p. 38.

11. In NEVES, José Acursio – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, vol. 2, p. 140, *apud* MENDES (2009), p. 68.

12. In MENDES (2009), p. 68.

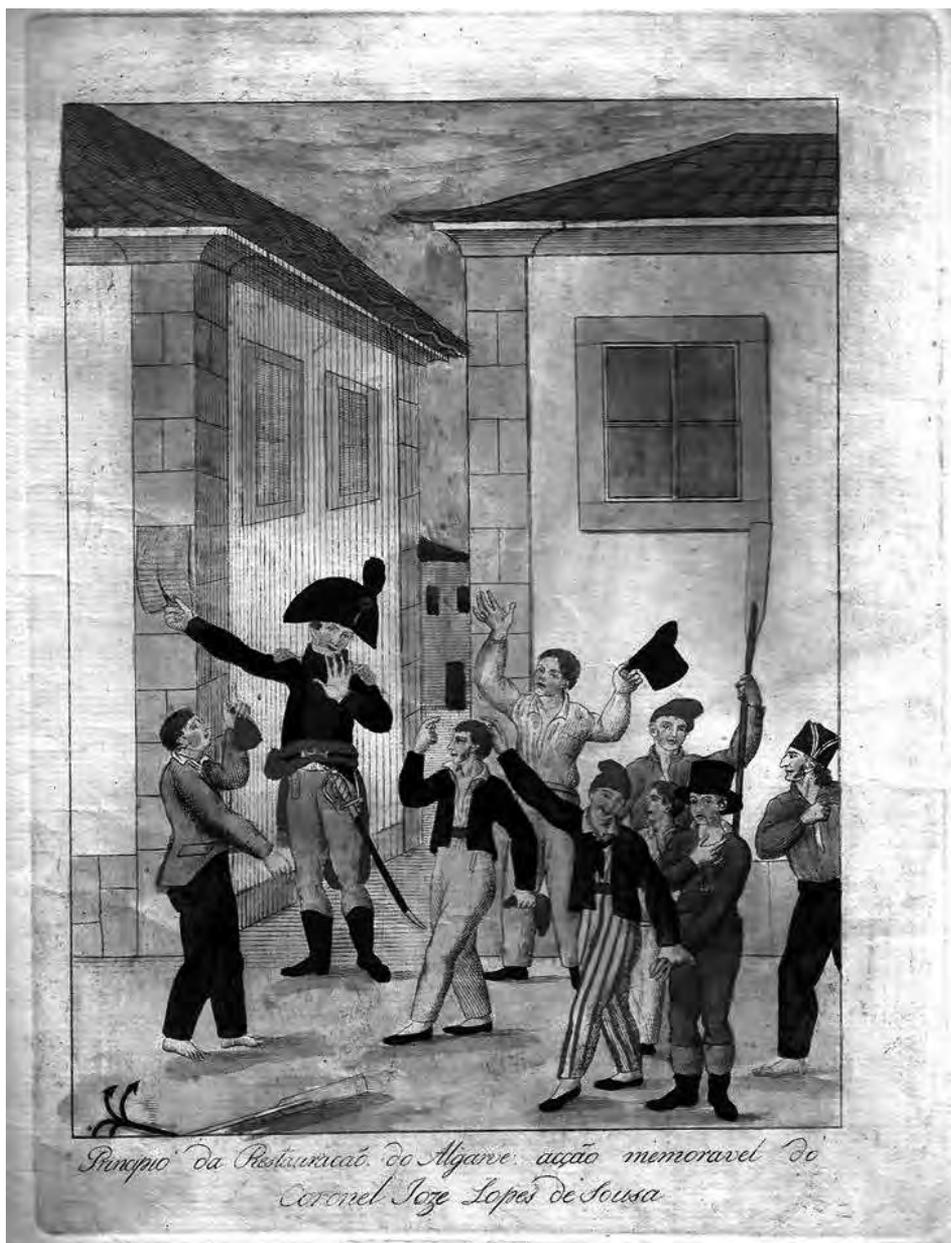


Figura 1: Gravura impressa a preto e colorida à mão, representando o momento em que o Coronel José Lopes de Sousa arrancou o edital de Junot, apelando à insurreição. S.d. [relativo ao dia do levantamento, 16.6.1808].

Rep.: Colecção particular de António Ventura.

Poucos dias depois, instalou-se em Faro a oficina tipográfica de D. José María Guerrero, o impressor espanhol que colocou em letra de forma as palavras que noticiaram e consolidaram o «deitar fora»¹³ das tropas francesas no Algarve, burilando conceitos fundamentais da Contemporaneidade, tais como o de cidadania e o de liberdade através de singelos papéis efémeros¹⁴.

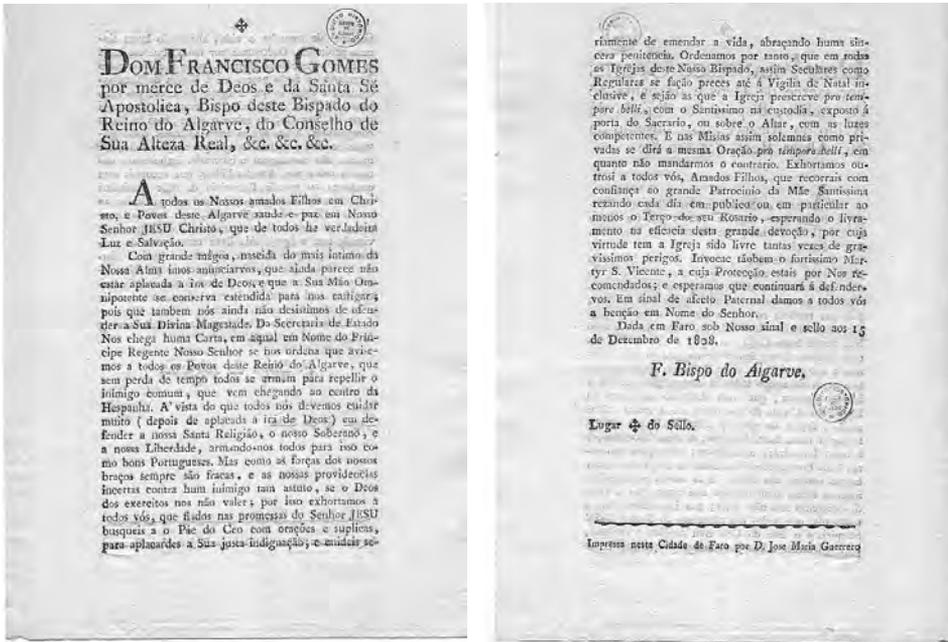


Figura 2: Exortação de Dom Francisco Gomes do Avelar apelando à defesa «[d]a nossa Santa Religião, o nosso Soberano e a nossa Liberdade, armando-nos todos como bons Portugueses.». Faro: Impressa nesta Cidade de Faro por D. José María Guerrero.

Folha, in-4.º (30x27cm).

Rep.: Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, pasta D. Francisco Gomes do Avelar.

Ao contrário do que tendemos a julgar, os contextos mais desfavoráveis podem produzir paradoxalmente um efeito de eferescência cultural e de mobilização sociopolítica¹⁵. A análise à massa documental produzida nestes períodos, em particular, às proclamações, folhetos e periódicos, revela uma nova faceta da escrita, próxima dos acontecimentos e dos leitores, ora incitando à acção, ora controlando-a.

13. A expressão é de João da Rosa, escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão, que a utiliza frequentemente na sua *Lembrança para ficar na memória dos valorosos marítimos deste lugar de Olhão...* V. O *Manuscrito de João da Rosa* (2008).

14. Cf. sobre este tema PALMA (2013b), pp. 231-256.

15. Cf. a este respeito PEREIRA (1990), pp. 273-302. Vol. 1.

O Algarve, que viveu um período mais dilatado de instabilidade e de insegurança por conta da guerrilha do Remexido¹⁶, manteve, conseqüentemente, o reforço da vigilância para além da Convenção de Évora-Monte assinada a 26 de Maio de 1834. A 5 de Fevereiro de 1836, o governador civil, José Maria de Vilhena Pereira de Lacerda¹⁷, assumiu em ofício dirigido ao Ministério do Reino que um dos motores da força do movimento rebelde eram as leituras, prática, segundo ele, partilhada por «todas as classes de indivíduos»¹⁸. Nessa correspondência dava conta dos modos de actuar dos revoltosos:

[...] é do meu dever pôr na presença de V. Ex.^a que os indivíduos suspeitos de afeiçoados ao usurpador continuam a mostrar o mesmo alento e esperanças que indiquei nos meus anteriores ofícios: **as notícias** da próxima chegada de Emissários encarregados de acender neste Distrito o fogo da Guerra Civil circulam com vigor e **parecem ter-se difundido por todas as classes de indivíduos**, tendo sem dúvida **concorrido para isto a leitura clandestina de Periódicos subversivos** como o *Echo*, o *Farol Lusitano* (etc) que também me consta serem enviados aos sequazes da usurpação e **lidos com avidez em clubs ou conventículos, onde se reúnem para este fim**.¹⁹

Apesar da reposição das liberdades, estas actividades eram consideradas perigosas e ameaçadoras da ordem pública e política recentemente instituída, o que deu origem a um conjunto de medidas preventivas «legais», por terra e por mar, conforme relatou o governador:

Para precaver aos efeitos de tais leituras e reuniões pareceu-me acertado dirigir a todos os Juizes de Direito deste Distrito a confidencial junta por cópia para de acordo com as Autoridades Administrativas **descobrirem os autores daquelas reuniões e formarem culpa aos indiciados criminosos de atentarem contra a ordem Pública**. Também officiei aos Administradores das Alfândegas e Guardas-mores da Saúde para cederem das preferências que lhes competem e consentirem aos Empregados do Contrato que façam as pesquisas e indagações em todos os barcos que se aproximarem à Costa com indício de desembarque como já tive a honra de comunicar a V. Ex.^a em meu ofício n.º 64.²⁰

Nestas «pesquisas e indagações» procuravam-se jornais, proclamas, cartas de teor subversivo e todos quantos as pusessem a circular. Pela correspondência emanada do Governo Civil toma-se conhecimento, entre outros episódios, de que o Remexido mandava afixar proclamações nos locais públicos, incitando o povo à rebelião²¹ e

16. Cf. sobre este tema FERREIRA (2002), pp. 261-400.

17. A história do Governo Civil de Faro e dos seus protagonistas segue-se em NETO (2009).

18. ALGARVE. Governo Civil; LACERDA, José Maria de Vilhena Pereira de – [Ofício] n.º 75, 5.2.1836, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.] 1836. Acessível em ADF, Fundo Governo Civil, lv. 199A.

19. Subls. meus. *Ibidem*.

20. Subls. meus. *Ibidem*.

21. ALGARVE. Administração Geral; COSTA, Manuel José de Bívar Gomes da – [Ofício] n.º 543, 9.10.1837, *Faro*

conhece-se, por exemplo, a prisão de almocreves por apoio à guerrilha em termos de mantimentos, munições e transmissão de notícias²². O acesso à informação disputava-se violentamente. Os constantes assaltos aos correios são dos episódios mais notados. Os guerrilhas procuravam interceptar as comunicações oficiais, correspondência privada e periódicos, como estratégia de antecipação. Lia-se para agir.

A leitura assumiu, assim, um valor distintamente actuante no sentido de orientar a opinião do público e de provocar a acção imediata dos leitores, que se reuniam com o único propósito de ler e de discutir²³. No meio de crispações diversas, a palavra discutida afirmou-se como via alternativa (ou complementar) ao confronto físico e ao partilhar de valores e de ideias que desenharam uma densa rede de comunidades de leitura – fossem elas reais ou imaginárias²⁴ –, devidamente estruturada pelo espaço desenhado pela comunicação impressa. Criava-se, por esses dias, uma nova relação entre a imprensa o leitor e o mundo sociopolítico, que não permitia já destrinçar história e imprensa.

Emergiam novos públicos da escrita, novos usos e novos espaços – palcos de sociabilidade intelectual, fosse oficial ou subversiva, formal ou informal – que reflectem uma opinião pública suficientemente viva, evidenciada não só no crescimento da imprensa, mas também nos espaços e nas práticas de apropriação de ideias, conhecimentos e valores que adquiriram presença histórica²⁵.

[a] *Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

22. ALGARVE. Administração geral; COSTA, Manuel José de Bívar Gomes da – [Ofício] n.º 698, 7.12.1838, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. 1838. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 355A.

23. ALGARVE. Governo Civil; LACERDA, José Maria de Vilhena Pereira de – [Ofício] n.º 404, 1.7.1836, *Faro [a] Ministério dos Negócios do Reino*. [Ms.]. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

24. Sobre este conceito, v. TARDE (1991 [1901]), ANDERSON (2012 [1983]) e CHARTIER (1997).

25. Sobre os conceitos de opinião e esfera públicas, cf. o trabalho fundamental de HABERMAS (2012 [1962]) e para o caso português ALVES (2000) e (2013).

3. A emergência dos espaços de sociabilidade

Logo após a vitória liberal surgiram, um pouco por toda a parte, estruturas associativas das mais diversas índoles, impulsionadas pelo regime que restituiu as liberdades. O movimento associativo teve repercussões nos campos da política, da ciência, da indústria, da cultura e da beneficência, cooperou na estruturação do novo regime e funcionou na esfera local como microcosmo do regime constitucional²⁶.

Os «clubs» e os «conventículos» denunciados pelos liberais algarvios são o exemplo destas práticas que cresceram durante todo o período revolucionário, ora perseguidas por uma facção, ora por outra, mas ambas reconhecendo-lhe enorme capacidade de influência na condução da opinião pública e das principais linhas de acção política.

Na génese deste movimento, encontram-se as sociedades secretas, como as lojas maçónicas, ou de carácter científico-literário, representadas simbolicamente pela Academia das Ciências de Lisboa, criada em 1779. De natureza política preponderante, as denominadas sociedades patrióticas ganharam fôlego durante o vintismo, predominando as sociedades de instrução e recreio após a vitória definitiva dos Liberais. Maria de Lourdes Lima dos Santos considerou que, em comum, este movimento assentou num «modelo de associação voluntária, de tendência interclassista, visando estabelecer redes de solidariedade e apoio entre os respectivos associados, concorrer para o seu esclarecimento e dos cidadãos em geral e incentivar a sua participação na vida social»²⁷.

A participação social alargou-se progressivamente através das sociedades e de figuras mais informais, tais como o teatro, a música, os bailes ou as reuniões diversas em espaços que congregavam o público, de que são exemplos a taberna, a farmácia, a oficina, o moinho ou a praça. Em cada um destes espaços, desenvolviam-se círculos de sociabilidade com diferentes desígnios, desde os políticos, aos civilizadores ou aos de puro entretenimento.

O Algarve não foi alheio a esta conjuntura. E se, com efeito, os resultados da guerra civil (1828-1834) foram tenebrosos, juntando às vidas perdidas o saque e a destruição do património de civis e religiosos, a perseguição, a captura ou o exílio de muitos; e, se as serras do Algarve ergueram-se como verdadeiras muralhas físicas e imagéticas amplificadas pelos relatos expostos na imprensa, não é lícito, ainda assim, transferir linearmente para o campo cultural tais repercussões²⁸.

26. Sobre este assunto, cf. SANTOS (1983), SANTOS (1990); CASCÃO (1998); TORGAL e VARGUES (1998); e BERNARDO (2001).

27. In SANTOS (1990), p. 366.

28. Concordo integralmente com a perspectiva de José Esteves Pereira, ao afirmar: [...] na avaliação que se fizer do período que media entre 1828 e 1836, no que respeita a um progresso cultural, deparam-se-nos as

A conjuntura revolucionária de altas temperaturas ideológicas teve, na verdade, um efeito potenciador. A comprová-lo conta-se a identificação e sincronia colectiva que a situação bélica ocasionou, o impulso dado ao desenvolvimento dos meios de comunicação e à sociabilidade²⁹. Sem ignorar intermitências, a instabilidade ou a destruição de estruturas já criadas, há que atender ao papel que, por exemplo, ex-presos políticos e ex-exilados tiveram na criação de grupos de resistência, de reflexão, de sintonia ideológica e reflectir sobre as suas interacções ao nível político e sociocultural.

No quadro seguinte, é possível observar o dinamismo associativo na região do Algarve no período compreendido entre 1811 e 1860, contextualizando o aparecimento da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé que integrou alguns dos que estiveram temporariamente afastados por razões políticas.

Entre as sociedades maçónicas do início do século e as que no pós-1834 se constituíram não são invulgares os elos de continuidade, tanto através de estruturas quanto através da participação dos seus membros em novas associações, como terá acontecido com a Sociedade que aqui nos ocupa. A. H. Oliveira Marques não hesitou em caracterizá-la como sociedade patriótica³⁰, embora a sua designação não o acusasse explicitamente e apontasse mormente para actividades de natureza cultural.

dificuldades de perceber o que pode resultar do que é mais avesso à expansão cultural: o cerceamento de uma comunicação e discussão de problemas. **Mas será um erro pensar que se deixou de ler ou pensar, ou fundamentar certo tipo de comportamentos e valores. [...] E, por outro lado, o Portugal das Luzes pôde afirmar-se e revigorar-se na emigração forçada pela reacção miguelista.**» Subls. meus. In PEREIRA (1990), p. 281.

29. Cf. SANTOS (1983: 93-135).

30. As sociedades patrióticas não estavam sujeitas a nenhuma obediência particular, mas eram compostas por maçons que exerciam forte influência quer na direcção, quer na regulamentação destas sociedades mais simplificadas. Oliveira Marques define-as do seguinte modo: «Na falta de partidos políticos organizados, as Obediências e as Lojas maçónicas serviram-lhes de sucedâneos durante toda a primeira metade do século XIX. Mas as lojas maçónicas, como o lento e complexo ritual que caracteriza as suas sessões e com as limitações regulamentares que informam a sua estrutura, não podiam responder às conveniências de uma acção pronta e de uma discussão sem peias. Houve, assim, necessidade de criar organismos que, enquadrados embora pela organização maçónica, satisfizessem melhor as condições impostas por situações revolucionárias ou afins. Tal foi a origem dos «grémios» e das instituições paramaçónicas, os primeiros compostos exclusivamente por maçons mas reunindo-se e actuando de acordo com regulamentações profanas e as segundas saídas da Maçonaria e dirigidas por maçons mas aceitando a participação de profanos e regulamentos profanos também.» In MARQUES (1997), p. 265. Vol. 3. V. também MARQUES (1996), p. 57 e MARQUES (1997), pp. 277-278 e 285.

Quadro 1: Sociedades em funcionamento no Algarve entre 1811-1860

Décadas	Datas conhecidas de funcionamento	Designação	Localização
1811-1820	1816-1823; 1842-1846[?]	Loja Filantropia	Lagos ¹
1821-1830	1821/1822-1823	Loja Fraternidade	Faro ²
	1822-1828[?]; [1835?]	Sociedade Filarmónica de Faro	Faro ³
	1822[?]-1828[?]	Sociedade Patriótica	Faro ⁴
	1827[?]-18[??]	Sociedade do Teatro Armonia	Faro ⁵
1831-1840	1835-1848[?]	Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé	Loulé ⁶
	<1836 - >1843	Sociedade Filarmónica	Loulé ⁷
	1835-18[??]	Sociedade Filarmónica e Teatral de Faro	Faro ⁸
	1835[?]-1849[?]	Loja Decisão (Grande Oriente da “Maçonaria do Sul”)	Faro ⁹
	1835-18[??]	Sociedade Filantrópica Tavirense	Tavira ¹⁰
	1835-18[??]	Sociedade Patriótica de Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António ¹¹
1841-1850	1844-1851	Loja Concórdia II (Grande Oriente Lusitano, n.º 4200)	Lagos ¹²
	<1843-?	Sociedade Teatral	Loulé ¹³
	1844-1849[?]	Loja Lealdade I (Grande Oriente Lusitano, n.º 4100)	Faro ¹⁴
	1847	Loja Lealdade II (Grande Oriente Lusitano, n.º 4900)	Faro ¹⁵
	1845-1846; 1849-1851; 1853-1882; 1889-1901; 1908-1920; 1922-1925; 1927-1949	Sociedade do Teatro Lethes	Faro ¹⁶
	1848-188[?]	Sociedade Agrícola do Algarve	Faro ¹⁷
	1844	Loja Fidelidade (Grande Oriente Lusitano, n.º 4000)	Tavira ¹⁸
	1845	Loja Vigilância (Grande Oriente Lusitano, n.º 4300)	Vila Real de Santo António ¹⁹
	1850->1855	Sociedade Dramática de Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António ²⁰
	1851-1860	1853-18[??]	Sociedade Filarmónica de Lagos
1853-18[??]		Sociedade Filomática de Lagos	Lagos ²²
1853-18[??]		Teatro dos Artistas	Faro ²³
1853->1856		Sociedade Club Filarmónico	Faro ²⁴
1853->1856		Sociedade Perpétua	Faro ²⁵
1853->1856		Sociedade Acorde	Faro ²⁶

Fontes

- ¹ MARQUES e DIAS (1990), p. 111, 179-180, MARQUES (1996), p. 140-141 e ROCHA (1909), p. 403.
- ² MARQUES (1996), p. 141-142. Vol. 2.
- ³ MARQUES (1996), p. 182-183. Vol. 2.
- ⁴ MARQUES (1996), p. 184. Vol. 2.
- ⁵ MESQUITA (2002), p. 48.
- ⁶ AMLLE, Fundo SGLLE e ANTT, Ministério do Reino, lv. 1526.
- ⁷ AMLLE, Fundo SGLLE, lv. 001.
- ⁸ ADF, Fundo Governo Civil, Livro da Correspondência com o Ministério do Reino, lv. 327A, of. n.º 267.
- ⁹ MARQUES (1996), p. 424, 426. Vol. 2.
- ¹⁰ ANTT, Ministério do Reino, mç. 2043.
- ¹¹ AHMARM, doc. 37.
- ¹² MARQUES (1996), pp. 413, 417. Vol. 2.
- ¹³ AMLLE, Fundo SGLLE, lv. 001.
- ¹⁴ MARQUES (1996), p. 413, 417. Vol. 2.
- ¹⁵ MARQUES (1996), p. 413. Vol. 2.
- ¹⁶ MESQUITA (2002) e BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes.
- ¹⁷ ADF, Fundo Governo Civil, Livro da Correspondência com o Ministério do Reino, lv. 465, of. n.º 254.
- ¹⁸ MARQUES (1996), p. 413. Vol. 2.
- ¹⁹ MARQUES (1996), p. 413. Vol. 2.
- ²⁰ ADF, Fundo Governo Civil, Livro da Correspondência com Repartições Superiores, lv. 373, of. n.º 64.
- ²¹ ADF, Fundo Governo Civil, Livro da Correspondência com a 1.ª Repartição do Reino, lv. 175, of. n.º 42.
- ²² ADF, Fundo Governo Civil, Livro da Correspondência com a 1.ª Repartição do Reino, lv. 175, of. n.º 51.
- ²³ BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes, cx. 5, Livro do Registo da Correspondência, circular n.º 11 e cx 7, Livro das Actas da Direcção, sessão de 15.12.1853.
- ²⁴ BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes, cx. 7, Livro das Actas da Direcção, sessão de 16.6.1853.
- ²⁵ BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes, cx. 7, Livro das Actas da Direcção, sessão de 30.9.1853.
- ²⁶ BARM-UALG, Fundo Teatro Lethes, cx. 7, Livro das Actas da Direcção, sessão de 30.9.1853.
-

Como pode observar-se, a Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé não constituiu uma manifestação isolada e sim um caso de entre o fenómeno associativo que se ampliava. Ainda assim, o número total de associações que existiu terá ultrapassado o que por agora nos foi possível elencar, especialmente fora do quadro legal.

Coevas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, nasceram em Tavira e em Vila Real de Santo António duas outras sociedades que assumiram uma posição humanista e filantrópica. Embora não existam provas documentais que atestem a pertença ao movimento maçónico, os Estatutos de ambas revelam o carácter social interventivo. Tanto num como no outro caso, a associação funcionou como um instrumento de congregação de recursos dos notáveis locais para organizar e conduzir a acção, assumindo um estatuto de poder paralelo, mas complementar à acção estatal.

Foi neste contexto favorável à sociabilidade e à intervenção cívica que se estabeleceu na vila de Loulé a *Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*, dando visibilidade a uma consumada transformação de hábitos políticos, sociais e culturais, que a preservação de uma parcela importante do seu acervo permite explorar com detalhe.

4. A *Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé* (29.12.1835-20.2.1848?) no movimento de expansão dos gabinetes de leitura em Portugal

A feição política da SGLLE é inegável enquanto espaço de exercício de cidadania, ancorada na crítica discursiva. Mas este é apenas o ponto de partida. O facto de a Sociedade integrar o movimento de expansão do associativismo em território nacional, não diminui o efeito de novidade tanto em termos sociopolíticos – porque se enquadra nas primeiras manifestações do movimento associativo português legalmente constituído –, quanto em termos culturais, ao assumir a leitura como objecto fulcral da actividade associativa, fenómeno ainda raro e de difícil implementação, como demonstra o texto publicado n’*O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscelâneas*, precisamente em 1835 e que se transcreve na figura 3.

Estas circunstâncias concitam questões para as quais procuramos respostas no valioso acervo documental da Sociedade. Em que medida pode considerar-se esta Sociedade um espaço de legitimação da nova ordem sociopolítica e a leitura a prática cultural que a representa e através da qual se distingue? Quais os objectos e as práticas especificamente em causa? Quais os seus fins? Que público o integrou? Qual o impacto desta organização na comunidade envolvente? Que *ordem* instaurou³¹?

31. Tomo por base o trabalho de Roger Chartier, *A ordem dos livros*, no qual o autor propõe uma história da leitura empenhada em «apreender nas suas diferenças as comunidades de leitores e os seus modos de ler», lembrando que: «O livro procura sempre instaurar uma ordem, quer seja a ordem da sua decifração, a ordem segundo a qual deve ser entendido, ou a ordem determinada pela autoridade que o encomendou ou que o autorizou. No entanto, essa ordem com múltiplas figuras não detém o poder absoluto para anular a liberdade dos leitores. Até mesmo limitada pelas competências e pelas convenções, essa liberdade sabe como desviar e reformular os significados que deviam diminuí-la. Esta dialéctica entre a imposição e a apropriação, entre as obrigações transgredidas e as liberdades reprimidas, não é a mesma em todo o lado, sempre e para todos.». In CHARTIER (1997), p. 6.

GABINETES DE LEITURA

Em Lisboa existe só um gabinete de leitura que seja público; e porque não haverão outros em Lisboa, no Porto, em Braga, Viseu, Guimarães, Viana, Coimbra e outras cidades e vilas populosas? Nestas terras há muita gente que tenha jornais, não só portugueses mas estrangeiros; e porque não farão as pessoas que têm estes jornais uma associação, para os emprestar e depositar em uma casa pública, a fim de que sejam lidos por toda a gente que quiser?

Sabemos que existe um inconveniente, que é o da aristocracia, e distinção que existe entre as diferentes classes da sociedade. É verdade que nós não queremos atacar os hábitos e costumes, e que a pessoa d'alta hierarquia ou riqueza se junte com o sapateiro, ou alfaiate, muito principalmente não querendo aquelas pessoas deixar os seus hábitos, nem nivelar-se com gente das classes inferiores: porém, este inconveniente evita-se, dando os membros da associação bilhetes à gente, que quiser ir ao primeiro gabinete que se estabelecer, e designar outras casas em que se depositem os jornais, para lerem sem distinção os homens de trabalho e de todas as classes da sociedade.

Estão chegadas as noites grandes, e tira-se mais utilidade de ler um jornal, do que de gastar o precioso tempo em jogos, que produzem perdas, ou que são um vergonhoso divertimento, para quem pode aprender muitas cousas que lhe são úteis e de absoluta precisão saber.

Nós apresentaremos artigos de regulamento para as sociedades literárias ou gabinetes de leitura.

É indubitável que um homem, ou poucos homens não são suficientes para dar desenvolvimentos a todos os trabalhos e satisfazer as necessidades das sociedades; por tanto só as companhias e associações do maior número de homens que for possível, podem regenerar o país e dar impulso aos grandes trabalhos, que tal empresa precisa.

Nós demonstraremos mais extensamente nos números seguintes, que não é a falta de capitais que impede que se formem associações, mas só a falta de vontade, a ignorância, a falta de apreciar e analisar os diferentes ramos de indústria, comércio, ou artes, que impede o desenvolvimento de muitas riquezas e utilidades.

É por esta fatal disposição que os gabinetes de leitura são precisos em toda a parte, onde existe muita gente reunida. Nós sabemos que a nossa gente ainda não se acha habituada nem a ler muito nem a fazer muitas despesas; mas porque não se começará por pouco e por empresas pequenas?

Figura 3: «Os Gabinetes de Leitura».

Fonte: *O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscelâneas*. Lisboa: na Imprensa de C.A.S. Carvalho, n.º 2, 1835, pp. 47-48.

Rep.: BNP, J. 52//3 B.

Antes de avançarmos, precisemos os conceitos.

Na primeira metade de Oitocentos, o gabinete de leitura era ainda um novo equipamento cultural em Portugal. Este estabelecimento – tradicionalmente casas de aluguer de livros e de jornais –, foi importado de França, onde se disseminaram ao longo da segunda metade do século XVIII³², sendo aceitável que os primeiros tenham chegado a Portugal nos últimos anos de Setecentos³³.

32. Cf. PARENT-LARDEUR (1981); RICHTER (1987); PAILHÈS (1988), pp. 421-425; BARBIER (1990), pp. 285-286.

33. Cf. a este respeito ALVES (2000) p. 406, nota 505: «A documentação consultada na elaboração deste trabalho abre contudo, em conformidade com os testemunhos, uma pista que, não sendo conclusiva, conduz,

Não obstante, de entre as referências bibliográficas impressas, a mais antiga data de 1801 e aponta como instituidor o livreiro francês, M. de Meaussé³⁴. Comumente aceite pela crítica é o ano de 1814, por ser dessa data o primeiro catálogo conhecido com a chancela do livreiro francês Pedro Bonnardel³⁵.

Com base nos catálogos dos estabelecimentos, Manuela D. Domingos estudou o perfil destas instituições em Portugal, apurando um período de vida activa de pouco mais de cem anos (1814-1920), cuja idade de ouro situou-se entre as décadas de 1870 a

para lá da tese do seu aparecimento apenas no século XIX (sob a noção de aluguer domiciliário), a uma outra alternativa: a existência de incipientes gabinetes de leitura, no mínimo de periódicos, ainda no século XVIII. Na verdade, Pina Manique, em 1792, não deixa dúvidas: “em alguns cafés, bilhares, casas de pasto, boticas e em algumas assembleias costumam ter ali as gazetas, correios, assim estrangeiros, como portugueses, para servirem e atrair gentes, que lhes dêem consumo e consigam os seus interesses”».

34. A referência é feita por Carl Ruders, na sua carta de 24 de Outubro de 1801, na qual aborda o comércio, importação e leitura de livros estrangeiros em Portugal: «Todos os escritos, fomentando superstições, podem aqui ser impressos e postos à venda, sem impedimento algum; mas pelo que diz respeito à importação irregular de livros estrangeiros em Portugal, ignoro como as coisas se passam.

A maneira mais usual e menos embaraçosa empregada pelos particulares parece ser o contrabando. Toda a gente, sem por isso incorrer em censura, pode ler e possuir livros proibidos; ninguém faz inquéritos a tal respeito. Mas se algum particular, mesmo estrangeiro, cai na asneira de declarar na alfândega os livros que mandou vir, é de recear que tenha de esperar por eles longo tempo, e até, talvez, de ficar sem alguns, sobretudo se dizem respeito a Portugal. O Intendente da Polícia, receando – não sem motivo – que neles se fale da sua pessoa ou dos seus actos, procura, por todos os modos, impedir a introdução, no país, desses escritos considerados atentórios.

Os livros de que aqui me sirvo, segundo presumo, nunca passaram pela alfândega; de contrário não me teriam chegado às mãos sem reclamações e dificuldades, o que não vale a pena se se não trata de porções consideráveis. Quando alguém deseja qualquer livro do estrangeiro, costumam os marinheiros encarregar-se de o trazer e de o fazer chegar ao seu destino.

O francês M. de Meaussé, que montou aqui um gabinete de leitura, recebe, ordinariamente, quantos livros quer, mas não lhe é permitido consentir que os naturais do país se aproveitem deles. Esta restrição, porém, é iludida por intermédio do que se chama um terceiro.

Assim, por exemplo, se uma senhora da sociedade deseja ler qualquer volume dessa livraria, como lhe é defeso pedi-lo emprestado, encarrega desse serviço qualquer estrangeiro e está o negócio feito.» Subls. meus. In RUDERS (1981), pp. 224-225.

35. O conjunto dos catálogos deste gabinete foi estudado por ESTEVES (1984), pp. 213-235. A notícia da abertura do Gabinete originou investigação policial, que, considerando-o uma instância de «ensino público» ilegalmente estabelecida, emitiu parecer negativo ao seu funcionamento. A abertura da informação policial é elucidativa quanto à reacção da autoridade: «Tendo aparecido na Gazeta de Lisboa numero 189 hum avizo que annunciava ter se estabelecido nesta capital defronte do Correio Geral hum gabinete de leitura onde se dizia reunida huma collecção de livros de viagens, novellas, e poemas escriptos em portugues, que se allugarião pagando uma subscrição mensal, ou diaria, pareceo me conveniente entrar no conhecimento deste facto **pela sua novidade neste paiz, e pella influencia que elle podia ter na educação da mocidade**, objecto de suma importancia.» Subls. meus. In «Informação do Intendente Geral da Polícia sobre o anúncio da abertura do gabinete de leitura de Pedro José Bonnardel. AN/TT, Intendência Geral da Polícia, liv. 15, fl. 40v-41v, *apud* CURTO *et al.* (2007), p. 666.

ALVES (2000), p. 234, apesar de reconhecer a «inexistência oficial de gabinetes de leitura» nota que tal não implica a inexistência total desta modalidade de leitura: «Este registo pressupõe a inexistência oficial de gabinetes de leitura, “novidade neste país”, ao mesmo tempo que pode dar a entender a sua existência clandestina – ou privada, que não necessita de autorização. [...] À vista da facilidade com que Bonnardel anuncia a sua criação e da não obstacularização por parte da *Gazeta* à inserção do anúncio, a existência de espaços congéneres parece um facto, tanto mais evidente quanto faz notar o modo de aí participar, que parece ser coisa vulgar.»

1890³⁶. Com berço na cidade de Lisboa e aqui uma actividade circunscrita à casa Bonnardel até ao aparecimento do Gabinete Nacional de Leitura (1835)³⁷, foi em 1834 que a dispersão geográfica se iniciou. Primeiramente, alcançou o Porto através da *Sociedade de Ciências Médicas e Litteratura da Cidade do Porto*, que o instalou na Real Academia de Marinha e Comércio. Em 1835, a *Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução* propôs-se criar um e, em Loulé, em Dezembro desse ano, a Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé dava os primeiros passos, sendo secundada pela criação do Gabinete de Leitura de Angra do Heroísmo, fundado em 1837, e pelo Círculo Eborense no mesmo ano³⁸, data em que também no Rio de Janeiro, a 14 de Maio, um grupo de 43 emigrantes portugueses fundava um gabinete, de que resultou o monumental Real Gabinete Português de Leitura³⁹ (v. Quadro 2).

Quadro 2: Expansão de uma nova base institucional de leitura (1801-1851)

Datas	Localização	Identificação
1801	Lisboa	1.ª referência à existência de um gabinete de leitura destinado a estrangeiros, da iniciativa do livreiro francês, M. de Meaussé (In Carl Israel Ruders, <i>Viagem em Portugal: 1798-1802</i>).
1814	Lisboa	1.º catálogo conhecido, com a chancela do livreiro francês Pedro Bonnardel;
1834	Porto	Sociedade de Ciências Médicas e Literatura da Cidade do Porto
1835	Lisboa	Gabinete Nacional de Leitura
1835	Coimbra	Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução
1835	Loulé	Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé
1837	Angra do Heroísmo	Gabinete de Leitura de Angra do Heroísmo
1837	Évora	Círculo Eborense
1838	Lisboa	Gabinete de Leitura Mercantil da Praça de Lisboa
1839	Lisboa	Cabinet de Lecture – de Mlle. Férin
1839	Lisboa	Leitura Francesa
1840	Porto	Gabinete de Leitura da Livraria Moré
1845[?]	Lisboa	Livraria Arsejas com aluguer de livros
1845	Lisboa	Loja de Bordallo com aluguer de livros
1846	Lisboa	Gabinete de Leitura do Grémio Literário
1848	Évora	Loja de Livros e Gabinete de Leitura de V. J. da Gama
1848	Lisboa	Cabinet de Lecture de la Librairie Belge et Française

Fontes: DOMINGOS (1985), pp. 180-191 e GUEDES (1987), pp. 165-176.

36. Cf. DOMINGOS (1985), pp. 137-191 e REBELO (2002), pp. 77-78.

37. Cf. GUEDES (1987), p. 172.

38. Sobre esta sociedade, cf. BERNARDO (2001).

39. Cf. <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/In%C3%ADcio.aspx>.

Cabe referir que o Gabinete de Leitura de Loulé não foi arrolado pela bibliografia específica que vimos seguindo, tendo os primeiros subsídios sido carreados por Luís Palma, em 1993, e publicados na *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*⁴⁰.

Em Portugal, os gabinetes de leitura assumiram duas modalidades de funcionamento. Manuela Domingos propôs uma divisão entre os gabinetes promovidos pelas associações de índole cultural ou profissional, destinados a um público mais restrito, o dos sócios, e os gabinetes de leitura ligados ao comércio, abertos à totalidade dos seus clientes, em coexistência ininterrupta.

Esta distinção teve implicações ao nível do funcionamento dos gabinetes. Enquanto as associações, constituídas por particulares e reguladas por Estatutos, disponibilizavam um lugar e horário específicos para a leitura, estabeleciam o modo e os objectos de leitura, assim como a forma de aluguer, normalmente através de uma cotização que visou a compra do acervo literário e tendo como fim geral a formação e o entretenimento dos sócios num quadro amplo de interesses intelectuais comuns, os gabinetes de leitura com ligações comerciais foram, sobretudo, um espaço de aluguer de livros, levados para o domicílio e com objectivos económicos evidentes para os seus promotores⁴¹.

Sob uma ou outra modalidade, os gabinetes de leitura devem ser ponderados como uma das instituições que, ao longo do século XIX, viabilizaram a expansão da leitura a um público cada vez mais numeroso e socialmente heterogéneo, permitindo ler sem possuir uma biblioteca pessoal, actualizar-se sem comprar. A par do longo processo de criação das bibliotecas públicas que, então, começou a ganhar forma⁴², os gabinetes de leitura tiveram um importante papel na viabilização da leitura pública, aqui considerada enquanto prática cultural generalizada, independentemente da natureza do seu promotor.

40. Cf. PALMA (1993), pp. 133-153. O trabalho pioneiro de Luís Palma não incluiu a análise dos Estatutos, que, como o autor esclareceu, não se encontravam juntos ao livro das actas, depositado no Arquivo Municipal de Loulé. No decorrer desta investigação, foi possível localizá-los no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Ministério do Reino, Liv. 1526, estando a sua transcrição integral disponível no anexo documental 1.

41. V. DOMINGOS – *Op. cit.*, pp. 154-162. A autora considera mais apropriada a designação «alugueres de leitura», como justifica: «uma vez que lhes falta precisamente o lugar para ler, com maiores ou menores comodidades», p. 162.

42. A concepção do livro e da leitura como um objecto e uma actividade de interesse público, isto é, a ser disponibilizado e gerido sob a tutela Estatal, é própria do contexto cultural de finais do século XVIII, impondo-se ao longo de Oitocentos, com particular ênfase no quadro das reformas liberais, que criou várias bibliotecas públicas no país através da Portaria-circular de 25 de Agosto de 1836.

Data do final do século XVIII (1796), a fundação da Real Biblioteca Pública da Corte, actual Biblioteca Nacional de Portugal. No contexto liberal foram oficialmente criadas: a Real Biblioteca Pública do Porto (9.3.1833); a Biblioteca do Arsenal Real da Marinha (7.1.1835); a Biblioteca das Cortes (22.10.1836); a Biblioteca de Vila Real (1839); a Biblioteca de Braga (estabelecimento ordenado por decreto de 17.11.1836); a Biblioteca Pública de Ponta Delgada (1841); a Biblioteca Pública de Angra (10.11.1860). Concomitantemente, foram criadas as bibliotecas liceais, por decreto de 17.1.1836, art.º 67.º.

Para a história da evolução da biblioteca pública em Portugal, seguimos REBELO (2002); BARATA (2003); MELO (2004) e (2010); TOMÁS (2006); VAZ e CALIXTO (ccord.) (2006) e CABRAL (2014).



Figura 4: Aspecto de um Gabinete de Leitura

Fonte: *Le Cabinet de Lecture*, *Journal Littéraire et Politique*. 1835.

Rep.: BnF, Estampes et photographie, MD MAT-3A (Librairie). [Em linha]. Disponível em: <http://expositions.bnf.fr/lecture/grand/131.htm>.

4. 1. A identidade da *Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*: valores, organização e missão

A documentação relativa à Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé está dispersa entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Municipal de Loulé. Nela estão compreendidos o *Livro das actas*, referente ao período de 1835 a 1848, embora com hiatos⁴³; o *Livro de registo da receita e despesa*, que apenas assenta contas de 1837 a 1844⁴⁴, um conjunto de documentos relativos às despesas⁴⁵ e os *Estatutos* da Sociedade, aprovados por portaria de 13 de Setembro de 1836⁴⁶, cuja transcrição integral incluímos no anexo documental n.º 1.

Para traçarmos os princípios identitários que guiaram a acção da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, circunscrevemos a análise aos Estatutos e ao Livro de actas da assembleia. O primeiro, enquanto documento normativo oficial, exprime os valores, a missão, a metodologia, a organização e o funcionamento ideal da Sociedade e o segundo facultava-nos um acesso aproximado à vida da associação, à aplicação concreta dos normativos, aos seus modos de proceder, às características sociais dos seus agentes, às suas relações com as demais instituições e sujeitos, ao engendrar da «visão da sua identidade social»⁴⁷.

A 29 de Dezembro de 1835, reuniram-se dezoito indivíduos, todos «Cidadãos» da vila de Loulé, com o propósito de constituir uma Sociedade com a designação *Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé*⁴⁸. A reunião decorreu na casa do Reverendo Prior José Rafael Pinto e foi proposto por ele que a admissão à sociedade fosse realizada por meio de voto. Estas duas referências e a eleição para Presidente da Sociedade fazem crer que tenha sido José Rafael Pinto o principal dinamizador, embora tal facto seja irrelevante para o funcionamento da Sociedade, que alicerçou todo o seu funcionamento nos princípios processuais legais e regulamentares que guiavam o quadro institucional do Liberalismo⁴⁹.

43. O livro, com 149 folhas, tem algumas folhas em branco, nomeadamente, metade da fl. 117v. e a fl. 118, com grande probabilidade, destinadas à redacção da acta referente ao mês de Julho, o que acabou por não ocorrer, acontecendo o mesmo às folhas 128 a 133, que compreendem o intervalo de Junho a Dezembro de 1841. Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001.

44. Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/02/Lv001.

45. Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/03/mç001 e mç002.

46. Acessível em ANTT, fundo Ministério do Reino, lv. 1526, fls. 57v.-61v. Oferecemos recentemente uma cópia do Estatutos ao Arquivo Municipal de Loulé, que integrará o respectivo fundo arquivístico.

47. In BOURDIEU (2011), p. 142.

48. No anexo documental n.º 2 transcrevemos integralmente a acta da fundação da Sociedade e incluímos a sua reprodução.

49. Embora este trabalho não assuma como essencial a perspectiva biográfica, abro uma excepção para o

Desde a primeira hora, foi no voto da assembleia que residiu toda a autoridade da organização, formada entre «Cidadãos» que ali se encontravam de forma livre e em igualdade de circunstâncias. Nesse dia, por meio de sufrágio, votaram-se os candidatos a sócio, sendo dezassete aprovados e dois excluídos⁵⁰, assim como foram eleitos os membros da Junta Directiva e da Comissão responsável pela redacção dos Estatutos.

A Junta Directiva foi inicialmente composta pelo Presidente, dois vogais, um director e um secretário, sendo eleita com periodicidade semestral até Dezembro de 1837 e com duração anual a partir dessa data. Nesse ano, a estrutura directiva da Sociedade também se complexificou, sendo criadas as funções de vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro, no acto electivo de 31.5.1837⁵¹.

Todas as actividades da Sociedade, desde a redacção de uma carta à elaboração de um programa de festejos, eram desenvolvidas por comissões de número ímpar, eleitas pela assembleia, a quem respondiam pelos trabalhos desenvolvidos, sendo aí discutidos e votados. A coesão e o compromisso colectivo ficaram evidentes na celeridade da redacção dos Estatutos, cujos artigos, um total de 32, foram apresentados pela comissão eleita, discutidos e aprovados pela assembleia a 13 de Janeiro de 1836. Os Estatutos, regulando a vida interna, objectivos, direitos e deveres dos sócios eram igualmente a fonte de legitimação face à demais sociedade, isto é, o garante da sua visibilidade oficial⁵².

Convém assinalar que nesta data não existia legislação específica sobre o associativismo, ficando o reconhecimento público e legal sujeito à aprovação de estatutos, cujos requisitos variavam segundo o contexto político⁵³. Por este, claramente favorável à constituição de sociedades que pudessem «criar o ambiente certo para multiplicar o tipo de ser humano que convinha ao Estado liberal: o cavalheiro ilustrado, amador de ciências e de literatura, frequentador de clubes, conferências, recitais [...]»⁵⁴ e que contribuisse para instalar uma «mentalidade civilizadora», foram os Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé aprovados por portaria de 13 de Setembro de 1836, em pleno ambiente da Revolução de Setembro (9 e 10 de Setembro)⁵⁵.

.....
 caso do Prior José Rafael Pinto, incluindo uma breve biografia no anexo documental n.º 3, por considerá-la ilustrativa da riqueza e da complexidade de uma época de transição na sociedade portuguesa, que não se reduz a opacas dicotomias.

50. V. Anexo documental 4: Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835. Foram excluídos os candidatos Jerónimo António de Sousa Piedade e João Mendes Correia. O último não foi listado como estando presente na reunião.

51. A relação dos sócios eleitos para funções na Junta Directiva encontra-se disponível no anexo documental 5: Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé.

52. V. anexo documental 1.

53. O direito à associação só foi legislado pelo Código Civil, artigo 365.º, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867. A partir do Decreto de 22.10.1868, a aprovação dos Estatutos passou a competência dos Governos Civis. Cf. BERNARDO – *Op. cit.*, p. 90.

54. In RAMOS, SOUSA e MONTEIRO (2012), p. 512.

55. V. no anexo documental 1, a Portaria que antecede os Estatutos.

A missão e a estratégia da Sociedade do Gabinete de Leitura foram explicitadas no artigo 2.º do documento estatutário, oficializando uma mudança de paradigma cultural que merece leitura atenta:

O só e único fim da Sociedade é espalhar a instrução, que se adquire com a leitura, meditação e discussão de Periódicos bem redigidos: estabelecer a comunicação das ideias: firmar mais e mais aquela união fraternal que em geral deve ligar toda a família Portuguesa e, em particular, os moradores desta Vila; arraigar firmemente no fundo de seus corações uma constante adesão à Rainha e à Carta.⁵⁶

O programa de acção da Sociedade estruturou-se em torno de um dos valores capitais do Liberalismo, a instrução⁵⁷. Com raízes no quadro ideológico das Luzes, como aludimos no ponto 2, os meios de acção agora propostos são distintos, tanto ao nível das práticas quanto dos objectos adoptados. O conceito adquiriu uma intencionalidade colectiva, pois trata-se de educação cívica, promovida pela leitura enquanto actividade de «meditação e discussão». Este assunto é regulado especificamente no capítulo 8.º, intitulado «Da leitura, e discussão», onde se declaram as horas e os modos de leitura.

Proibiu-se a leitura «em voz alta» em determinado período, considerado como prejudicial à «meditação», mas determinou-se as regras para o contexto adequado à «discussão» das ideias que a Sociedade pretendeu fomentar, como podemos ler:

26.º Às três horas da tarde dos dias imediatos aos da chegada do correio se ajuntarão os sócios que quiserem na sala da Sociedade, e formada esta em sessão, o Presidente declarará aberta a discussão, **a qual será pública, guardando porém os Espectadores o silêncio e decência devida.**⁵⁸

Como se compreende por este excerto, a Sociedade do Gabinete de Leitura não pode considerar-se um grupo fechado e exclusivo. As palavras lidas e discutidas entoavam fora dele, abrindo-se a todos aqueles que, enquanto espectadores e ouvintes, quisessem assistir a estas sessões públicas, embora sem o direito de intervenção directa. A abertura das portas durante o período de debate permitia formar um «círculo de leitura»⁵⁹ abrangente, susceptível de ser replicado em outros contextos sociais, tais como a taberna, a farmácia, a oficina, a rua, a casa, onde o lido, o visto e o ouvido funcionavam como gérmen de uma nova cadeia de sentidos, de atitudes e de percepções sobre a realidade, com curso e alcance imprevisíveis⁶⁰.

56. In *Estatutos...*, cap. 1.º, art.º 2.º.

57. Sobre este assunto, cf. TORGAL (1998), pp. 515-550.

58. Subls. Meus. In *Estatutos...*, cap. 8.º, art.º 26.º

59. A noção de «círculo de leitura» envolve a leitura em público, mas releva a função activa de cada leitor – leitor, auditor, espectador - na construção de sentidos. Sobre este conceito, v. ALVES (2013), p. 27.

60. No processo de revisão dos Estatutos, antes da sua aprovação definitiva, José Rafael Pinto propôs a alteração do artigo 14.º do capítulo 6.º que, na primeira versão, apenas previa a presença na sala à hora da leitura de pessoas residentes na terra, argumentando: «sendo um dos fins da Sociedade o **espalhar as**

Outro aspecto que importa sublinhar é o facto de os Estatutos da Sociedade do Gabinete consagrarem a incorporação de um género discursivo e de um formato tipográfico específico, o Periódico⁶¹, como fonte primária de conhecimento e de ideias comuns, de informação e de debate. Sobre o periodismo e a intensificação do movimento da imprensa periódica dispomos de dados seguros⁶²; no entanto, sobre a distribuição, os agentes e as instituições que a tornaram acessível, particularmente na periferia, a percepção é mais nebulosa. Temos, por isso, nesta Sociedade um exemplo do que significou a expansão e a importância social da leitura dos Periódicos na orientação e alargamento da esfera pública. Neste caso, foi o impulsor da constituição da Sociedade, tendo por fim específico a meditação e discussão de jornais, enquanto forma privilegiada de participação no espaço público e de promoção do sentido de coesão local e nacional, disseminando a instrução afeiçoada aos princípios liberais, como explicitamente afirmam os seus Estatutos: «arraigar firmemente no fundo de seus corações uma constante adesão à Rainha e a Carta».

O Gabinete reconheceu ao jornal impresso o protagonismo na orientação da opinião e na dinamização do espaço público politizado, requerido pelo sistema representativo e proporciona-nos a imagem do ambiente cultural em que os textos dos Periódicos ganharam a vida dialogante da leitura⁶³. Este exemplo não deixa dúvidas quanto ao

luzes e instrução se deveria facultar a entrada da sala do Gabinete às pessoas de fora da terra e ao Oficial do Destacamento, os quais não podem ser sócios, em consequência de não habitarem nesta vila e, sendo o fim do artigo catorze Cap. 6.º dos Estatutos para que as pessoas, que não são Membros da Sociedade se utilizem desse modo de frutos dela, sem para ela concorrerem se alterasse este artigo, em benefício das citadas pessoas.»

A proposta foi discutida, assentando-se que «fossem admitidas na sala do Gabinete à hora da Leitura as pessoas de fora da terra e o Oficial do Destacamento, não vindo residir nesta vila, sendo primeiro qualquer destas pessoas afiançada por algum dos Membros da Sociedade, só vindo em sua companhia, sujeitando-se em tudo ao deter menção os Estatutos.» Acta da sessão de 14 de Março de 1836, fl. 2v. (subls. meus).

Como pode constatar-se pela versão definitiva dos Estatutos transcrita no anexo documental 1, a opção final foi abrangente, não restringindo a admissão de sócios através do critério da residência (cap. 7.º, art.º 20.º).

61. Em toda a documentação oficial da Sociedade a palavra «Periódico» é grafada com maiúscula, o que mantivemos por considerarmos que se trata de uma valorização explícita deste género textual.

62. Por exemplo, em TENGARRINHA (1989), pp. 152-153.

63. Este exemplo materializa integralmente a conceptualização de José Augusto Santos Alves sobre a constituição do espaço público liberal, que pode ler-se neste excerto longo, mas indispensável: «Definido como a esfera intermediária, que historicamente se constituiu na época das *Luzes*, entre a Sociedade Civil e o Estado, o espaço público liberal é um espaço, acessível a todos os cidadãos, que o desejem ser, em que um público se reúne para formular uma opinião pública. Trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, mantidos pelos actores políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que compõem a sociedade. É pois, antes de tudo, um espaço simbólico que requer tempo para se formar, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, se opor e deliberar. A troca discursiva de posições assentes no uso público da razão sobre os problemas de interesse geral permite esclarecer uma opinião pública. Esta publicidade crítica é um meio de pressão à disposição dos cidadãos para contrariar o poder do Estado.

O espaço público liberal não releva da ordem da vontade, ou seja, não se decreta a sua existência, como se organizam eleições, apenas se constata a sua existência. Simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em acção, ou seja, a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses, das ideologias. Constituindo o laço político que liga os cidadãos anónimos, o espaço público liberal fornece-lhe o sentimento de partilha e de participação efectiva na política. Se podemos voluntariamente instituir

predomínio do jornal na vida política, social e cultural dos anos 30 de Oitocentos, alcançando uma amplitude nacional e remetendo o livro para um papel secundário na esfera da formação da cidadania, o que não significou, bem entendido, uma desqualificação. As urgências do tempo eram diferentes. Exigiam facilidade, rapidez e uma atitude selectiva, como bem expressou o coevo *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*⁶⁴.

A distinção entre o domínio privado e o domínio público observa-se igualmente ao nível do espaço onde decorreram as reuniões da Sociedade. Embora a primeira reunião tivesse decorrido na casa de um dos sócios, foi em espaço neutro do ponto de vista dos interesses particulares dos membros da Sociedade que os encontros prosseguiram, sendo alugada uma casa pertencente à Misericórdia e separando claramente a esfera doméstica da esfera pública.

Na sessão de 31 de Dezembro de 1836, os sócios manifestaram o desejo de transferir o espaço de encontro para um local mais adequado, propondo as antigas instalações da Câmara Municipal, também pertença da Misericórdia. Nada ficou resolvido, mas, a 9 de Janeiro de 1837, a assembleia reuniu-se extraordinariamente a pedido do então 1.º vogal da Junta Directiva, José Rafael Pinto, que apresentou a seguinte proposta:

Tendo o Governo de S. Majestade Fidelíssima, a Rainha, cedido a muitas outras Sociedades Edifícios Nacionais, para celebrarem as suas Sessões; e sendo esta Sociedade do Gabinete de Leitura uma das autorizadas pelo Governo, e não tendo casa própria, proponho que vista a urgência de se fazer quanto antes

.....
a liberdade de opinião, a liberdade de imprensa, a publicidade das decisões políticas, isto não basta para criar um espaço público liberal. O espaço público supõe a existência de indivíduos autónomos, capazes de produzir a sua opinião, não “alienados nos discursos dominantes”, acreditando nas ideias e na argumentação e não apenas no afrontamento físico. Esta ideia de construção das opiniões por intermédio da informação e dos valores, depois das suas discussões, supõe também que os indivíduos sejam relativamente autónomos para produzirem a sua própria opinião. Em resumo, a legitimidade das palavras, da argumentação, que se impõe contra a dos sujeitos da história, constitui o eixo fundador em torno do qual giram os valores do inovador conceito.» In ALVES (2013), pp. 18-19.

64. «Neste estado, pois, da ilustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as nações e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo e porque esta tendência é generosa e útil.

Mas como se dilataria a instrução, como se faria descer a variada ciência até os últimos degraus da escala social, se houvésemos de empregar nisto essa multidão de escritos especiais sobre todos os conhecimentos humanos, esses inumeráveis livros acumulados por toda a parte em bibliotecas imensas? Fora baldada empresa, como o prova o que acerca disto dissemos. Além disso, o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas tem de repouso para dar à cultura do espírito; e nenhum ânimo, por certo, seria assaz curioso de instrução para gastar esses curtos momentos em folhear centenas de volumes e embrenhar-se em meditações profundas, que só uma aplicação constante pode tornar profícuas. Que é pois necessário fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalizar a instrução; para traduzir em obra a ideia característica do tempo actual? [...]

De feito, a parte mais útil da moderna literatura tem sido o resumir os amplos produtos da inteligência. Com uma rapidez admirável tem surgido os compêndios, os quadros sinópticos, os jornais de instrução popular.»

O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Lisboa: na Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. N.º 1, 6.5.1837, pp. 1-2.

uma representação a tal respeito, esta Sociedade dispense nesta minha Proposta os trâmites porque costumam passar as demais Propostas. E decidindo assim a Assembleia = Proponho que esta Sociedade faça uma representação ao Governo, pedindo se lhe conceda, enquanto existir a Sociedade, a pequena Sala, e quarto, que ficam no topo da escada principal do Convento das Freiras, ao lado esquerdo, com os seus competentes baixos.⁶⁵

A discussão que se seguiu foi longa, mas a proposta acabou integralmente aprovada e remetida ao administrador-geral do Algarve, que emitiu parecer positivo nos termos seguintes: «com a condição de as conservar em bom estado e restituir quando for determinado»⁶⁶.

Acreditamos que a cedência do espaço estatal não chegou a verificar-se, pois, a 11 de Janeiro de 1841, a Sociedade decidiu mudar-se para um local com maiores comodidades, tendo João Francisco de Oliveira cedido «uma sala e dois quartos dando-lhe a Sociedade a gratificação que julgasse a propósito e que, além disso, se oferecia seu filho para todo o serviço interno da mesma Sociedade»⁶⁷ e, a 12 de Dezembro de 1844, o Presidente lembrava que «existindo nesta Vila um Teatro estabelecido na Igreja do Extinto convento das Freiras desta mesma, cuja propriedade se acha pertence a Fazenda Nacional, se pedisse ao Governo de S.M. a Rainha, a exemplo de outras sociedades, a quem tem sido concedidos espaços públicos para semelhante fim»⁶⁸. O pedido foi aprovado por unanimidade, porém, em 16 de Janeiro de 1848, o assunto reapareceu. Cláudio José Pinto dirigia-se à Sociedade oferecendo instalações da sua propriedade em troca da readmissão. A proposta foi recusada⁶⁹.

Tanto a institucionalização através da aprovação estatutária, quanto o pedido formal para atribuição de um espaço autónomo em propriedade estatal – uma forma sugestiva de partilha legal do poder – exprimem o desejo da Sociedade fazer-se reconhecida pela comunidade local. A relação entre a identidade da Sociedade e a nova ideologia dominante aumentava as probabilidades da sua «eficácia performativa»⁷⁰.

Aquando da apresentação da carta que deveria acompanhar os Estatutos, Manuel António Vieira proferiu «um brilhante discurso» visando consciencializar os sócios para as vantagens futuras do cumprimento integral das normas estatutárias, declarando:

65. In *Livro das actas*, sessão de 9.1.1837, fl. 24.

66. ALGARVE. Administração geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] n.º 22, 17.1.1837, *Faro [a] Ministério da Fazenda*. [Ms.] 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

67. In *Livro das actas*, sessão de 11.1.1841, fl. 122v.

68. In *Livro das actas*, sessão de 12.12.1844, fl. 139v.

69. Cláudio José Pinto participou na fundação da Sociedade, mas a 31 de Agosto de 1837 pediu a demissão em sequência de uma proposta que não obteve a recepção desejada por parte da restante assembleia. A demissão não só foi aceite, como foi registado em acta «que nunca mais em tempo algum seria admitido a Sócio». In *Livro das actas*, sessão de 31.8.1837, fl. 47v.

70. V. BOURDIEU – *Op. cit.*, p. 149.

[...] quanto era necessário para o esplendor da mesma a fiel execução dos nossos Estatutos e demais determinações da Sociedade. E **quanta honraria provinha a cada um dos membros** que compõem esta Sociedade de pertencerem a ela e os **benefícios** que de tal associação **provinha não somente aos membros que a compõem, mas também os que algum dia podem provir aos habitantes desta Vila.**⁷¹

O trabalho em torno do reconhecimento desenvolveu-se com recurso a estratégias diversas que, através da legitimação do grupo, visaram alcançar correlativo reconhecimento simbólico para os sócios e seus conterrâneos, como se retira das palavras de José Rafael Pinto: «promover o maior lustre e mais duradoura conservação da Sociedade, que tão ligada se acha com a honra e bom nome não só de seus sócios, mas de todos os Habitantes desta Vila»⁷².

Entre tais estratégias, contam-se, por um lado, as de natureza interna, destinadas à coesão e dignificação dos seus membros, como o zelo pelo integral cumprimento dos Estatutos e a respectiva actualização, assim como pelas demais decisões tomadas em assembleia; a prestação de juramento da Junta Directiva eleita; o cuidado com a organização documental do Gabinete quer em termos bibliográficos quer em termos arquivísticos, pois, toda a dinâmica funcional da Sociedade assentou no registo escrito como as actas abundantemente testemunham; os agradecimentos e as menções honrosas registadas em acta, ou, no limite, a felicitação pública através de publicitação «num dos periódicos mais acreditados da Capital»⁷³.

Por outro lado, registam-se as de natureza externa, onde foram incluídas a elaboração do timbre da Sociedade, a emissão de diplomas aos sócios, as comemorações do aniversário e as iniciativas de carácter público (envolvendo ou dirigindo-se à população), detalhadamente planeadas. Detenho-me em duas, que manifestam expressivamente o impacto individual e colectivo desta Sociedade: os diplomas e as iniciativas públicas, respectivamente.

Os diplomas aos sócios não estavam inicialmente previstos nos Estatutos e a sua primeira forma foi a de um «atestado de boa aptidão, honradez, conduta civil, política e moral» passado ao sócio Francisco Joaquim Félix da Silva Lima, como prova de confiança prestada pelo conjunto da Sociedade⁷⁴. Pouco tempo depois, ao ponderar a alteração dos Estatutos, foi criado o «Diploma de sócio» com as insígnias da Sociedade⁷⁵,

71. Subls. meus. In *Livro das actas*, sessão de 3.7.1836, fl. 9f.

72. In *Livro das actas*, sessão de 9.4.1837, fl. 32v.

73. In *Livro das actas*, sessão de 31.8.1838, fl. 91v.

74. In *Livro das actas*, sessão de 31.12.1836, fl. 22v.-23v.

75. As Armas da Sociedade ainda não existiam à data da aprovação do modelo do diploma (2.6.1837, fl. 36-37). Nessa ocasião, José Rafael Pinto propôs: «Um círculo dentro do qual em duas figuras rectilíneas se veja em uma as Armas da Vila e na outra um livro com uma pena, que no lugar que se julgar mais apropriado se leia – 29 de Dezembro de 1835 – e bem assim – Gabinete de Leitura de Loulé – Que ele mesmo Sócio oferecia

para ser entregue a cada sócio no acto da admissão, juntamente com a cópia dos Estatutos⁷⁶.

A legitimidade alcançada pela Sociedade extrapolou a dimensão identificativa (diferenciadora), sendo recorrente o pedido para emissão de atestados de comportamento, o que no Antigo Regime era responsabilidade das entidades oficiais, judiciais ou religiosas. Agora era possível que um sócio, na situação de mudar de residência, solicitasse a uma sociedade de instrução «um atestado de seu bom ou mau comportamento político, civil e moral, não só na Sociedade, mas nesta Vila o tempo que nela tem residido», como se pode ler na acta da sessão de 18 de Julho de 1837 (fl. 43f.), reconhecendo a autoridade que este espaço-lugar de sociabilidade efectivamente alcançara.

Certamente, a conquista deste poder esteve relacionada com acções de demarcação pública e política levadas a cabo pela Sociedade. Destaco a antecipação aos agentes e vias oficiais que permitiram clarificar o seu posicionamento, interferindo com os canais legítimos de expressão pública.

A 13 de Setembro de 1836, a Sociedade reuniu-se extraordinariamente, na sequência das notícias que tinham chegado pelo correio. Na abertura da sessão, o Presidente, José Rafael Pinto, foi de parecer que deveriam ser convidadas as autoridades da vila para assistir àquela sessão. Manuel António Vieira protestou, argumentando que os sócios desconheciam o assunto que ali os trazia. Seguiu-se o relato:

[...] tendo no correio de hoje vindo a fausta notícia de que na Capital se tinha proclamado a Constituição de 1820 [sic], a que S. M. S. a Rainha tinha anuído, esta Sociedade devia dar demonstrações de regozijo, e que a sua opinião era se convidassem as Autoridades e juntamente com estas os membros da Sociedade se dirigissem aos sítios mais públicos desta Vila e aí vitoriassem à Constituição de 1820 [sic].⁷⁷

A reacção colectiva dos sócios à notícia foi imediata:

[...] então, não sendo já possível aos Membros da Sociedade sufocar por mais tempo os transportes de alegria, em que superabundavam seus corações, prorromperam em Vivas à Constituição, à Rainha, e a S. A., seu digno Esposo.⁷⁸

um escudete de Armas antigas que possuía, o qual querendo a Sociedade recebê-lo, resultaria daqui economia à mesma Sociedade e finalmente que ele se propunha a apresentar um desenho do timbre d'Armas, de que fizera menção.» In *Livro das actas*, sessão de 15.6.1837, fl. 37f.

A assembleia aprovou o timbre e a oferta. O timbre foi mandado fazer numa casa de Lisboa, custou 6\$400 réis e foi registada a sua entrada na Sociedade a 15.8.1837.

76. Cf. *Livro das actas*, sessões de 13.1; 31.1; 9.4; 26.5 e 2.6.1837.

77. In *Livro das actas*, sessão de 13.9.1836, fl. 11v.

78. *Ibidem*.

A adesão ao Setembrismo fez-se sem reservas e a Sociedade tomou as rédeas dos acontecimentos locais. A Câmara só faria a aclamação no dia seguinte e a maioria dos sócios conveio que, conforme os sentimentos da Sociedade, deveria convocar as autoridades para aquela sessão e manifestar imediatamente o seu regozijo publicamente. Foi nomeada a Comissão, composta pelos sócios Francisco Joaquim Félix da Silva Lima, Joaquim Manuel Gouveia e Francisco de Freitas Oliveira para convidar as autoridades, desenrolando-se rapidamente os acontecimentos, como se lê na respectiva acta:

[...] e a Sociedade ficou em Sessão permanente até à sua chegada, a qual teve pouca demora comparecendo os Sr.^{es} Presidente da Câmara, Juiz de Direito, Administrador do Concelho, o Comandante da força militar estacionado nesta Vila os quais apoiando com muito gosto o decidido pela Sociedade, acompanhavam a mesma até à Praça Principal, precedidos da Sociedade Filarmónica, e logo o Sr. Presidente da Sociedade do Gabinete de Leitura entoou os vivas à Constituição de 1820 [*sic*], à Rainha a Senhora D. Maria Segunda, a S. A. o Príncipe D. Fernando Augusto e a todos os amantes da Liberdade e com particularidade aos Malaguenhos proclamadores da Constituição do ano 12 sendo estes Vivas repetidos pelo imenso gentio que naquele sítio se tinha agolpado e pela tropa com grande entusiasmo e, em seguida, a Sociedade Filarmónica tocou o hino de 1820, e mais hinos Patrióticos, as janelas espontaneamente se iluminarão e assim se percorreu as ruas principais desta Vila entre os Vivas e Aclamações.⁷⁹

Os festejos prolongaram-se no dia seguinte com a aclamação da Câmara e com a organização por conta da Sociedade de um «baile, e seu competente chá, para o que se convidariam as pessoas decentes desta Vila»⁸⁰. O Juiz de Direito associou-se à celebração, disponibilizando a sala de audiências para a realização do baile. Entretanto, a Sociedade preparou a sessão de juramento da Constituição, sendo o parecer de vários sócios que, à semelhança da proclamação, também no juramento à Constituição a Sociedade se antecipasse às demais autoridades. A maioria votou o dia 22 de Setembro para solenemente prestar juramento à Constituição. Na mesma sessão (18.9.1836), foi aprovada uma felicitação à Rainha incluindo algumas reivindicações, como podemos ler:

[...] que os membros desta Sociedade ficavam armados da maneira que lhes era possível e que pediam a Sua Majestade haja de mandar definitivamente armas à Guarda Nacional desta Vila, para sossego e segurança dos habitantes da mesma e que se fizesse ver a Sua Majestade que esta Sociedade tinha remetido à Autoridade competente os seus Estatutos, os quais até ao presente não foram aprovados e se lhe pedisse haja de os aprovar [...].⁸¹

79. *Id.*, fl. 12v.

80. In *Livro das actas*, sessão de 14.9.1836, fl. 13f.

81. In *Livro das actas*, sessão de 18.9.1836, fl. 14v.

Coincidentemente, os Estatutos foram aprovados por portaria datada do simbólico dia 13 de Setembro, dia em que a Sociedade assumira, em primeira mão, a condução local dos acontecimentos. O significado e o impacto social da iniciativa não podem ser descurados, pois a Sociedade transgredia a norma que determinava a prioridade das entidades municipais, exibindo uma clara demonstração de poder perante a população e demais instituições⁸².

A adesão à Revolução de Setembro corroborou a tendência geral favorável ao sistema liberal, manifestado em 1822, data em que 87,5% das câmaras municipais do Algarve se pronunciaram favoráveis ao novo regime⁸³. O pleno funcionamento do Gabinete, considerado a partir dos registos das actas, acompanhou a própria cronologia Setembrista, apresentando registos regulares de actividade entre o período de 1835 a 1842, como pode observar-se no *Gráfico 1 Evolução cronológica do número de sessões realizadas anualmente na SGLLE com registo em acta*.

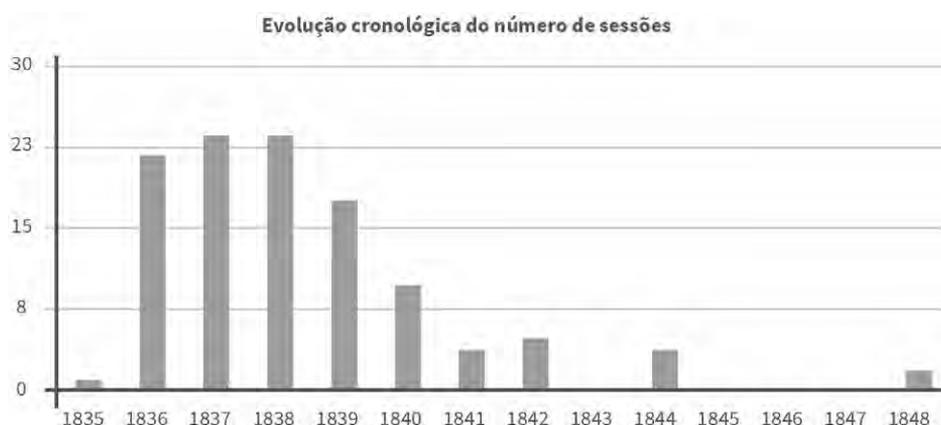


Gráfico 1: Evolução cronológica do número de sessões realizadas anualmente na SGLLE com registo em acta

Fonte: *Livro das actas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1835-1848*. Acessível em AMLLE: fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001.

Não podemos asseverar que as lacunas registadas no livro das actas correspondam a fases de inactividade. Na realidade, as actas redigidas em data posterior a 1842 não exprimem interrupções na actividade e a redacção aponta para a normalidade do funcionamento da Sociedade, pelo que considero aceitável a voluntária omissão durante este intervalo.

82. Referindo-se à primeira experiência liberal e ao juramento das bases da Constituição, escreve Maria Cândida Proença: «Em muitos casos, o juramento de adesão envolvia toda a comunidade sendo prestado em primeiro lugar pelas entidades municipais, seguindo-se as religiosas e militares e, por último, toda a população». In PROENÇA (1989), p. 132.

83. V. PROENÇA (1989), p. 135.

As normas para a admissão de sócios condicionaram a quantidade de informação produzida nas fontes que vimos seguindo, sendo, por isso, necessário alargar a pesquisa a outras tipologias documentais, tais como os registos da contribuição municipal directa (décima)⁸⁴ e do recenseamento eleitoral⁸⁵, pois a identidade e a eficácia do Gabinete de Leitura também se afere a partir das coordenadas socioprofissionais, económicas e literárias dos seus protagonistas.

Além da plêiade dos dezassete sócios fundadores residentes na vila de Loulé, a versão definitiva dos Estatutos não colocou qualquer entrave explícito à admissão de candidatos a sócios nem distinguia os sócios fundadores dos restantes, que tinham apenas de se conformar com o espírito do documento estatutário (cap.º 7.º, art.º 20.º), o que os colocava em condições de ser elegíveis para a Junta Directiva da Sociedade⁸⁶. Apesar das normas de admissão não serem exclusivistas, dois requisitos estavam implícitos na admissão: a sólida instrução literária e a igualmente consistente capacidade financeira para suportar as verbas relativas à assinatura dos periódicos, correio, aluguer de instalações e demais despesas que, por «maioria absoluta», fossem aprovadas (cap.º 6.º).

Em 1836, o valor por sócio para a assinatura dos jornais cifrava-se nos \$960 réis semestrais (\$160/mês), valor significativo se o compararmos com a remuneração do contínuo da Sociedade, cifrado em \$240 réis mensais pelos serviços prestados (idas ao correio, o cuidado do Gabinete, comunicações a sócios), ou seja, apenas mais \$080 réis por mês.

Para além das assinaturas, as despesas com as manifestações públicas poderiam chegar a um esforço individual de 3\$000 réis⁸⁷. A partir do ano de 1837, foi estabelecido o sistema de quotas mensais a \$300 réis mensais (v. Figura 5 e Figura 6). Percebe-se, assim, que o universo de integração é mais restrito do que os Estatutos poderiam sugerir e que o grupo se distingue por marcas políticas, culturais e económicas fortes.

84. *Registo de documentos relativos à Sisa*. [Ms.] 1849-1850; 1850-1851. Acessível em AMLLE, Fundo Câmara Municipal, PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/cd 002 (D1-E01-M2) e PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/ed 003 (D1-E01-M2).

85. *Recenseamento Eleitoral*. [Ms.]. 1834-1847. Acessível em AMLLE, fundo Câmara Municipal, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv002 a Lv0091. *Registo de documentos relativos ao recenseamento eleitoral: Rellação dos 40 contribuintes mais collectados do Concelho de Loulé*. [Ms.] 1852-1855. Acessível em AMLLE, fundo Câmara Municipal, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç001.

86. Cf. *Anexo documental 5: Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*.

87. Para termo de comparação, elaborámos um quadro síntese onde se podem consultar os vencimentos auferidos por diversas categorias profissionais no Algarve durante o período de 1846-1868. V. anexo documental 6.

L. 3.
37

Recebeo o Director dos Theatros para
as despesas seguintes e gantou:

Para a assignatura do Diario de Governo, Na- cional, Occupavel, e Polico	218500
Janeiro d' Annua	58400
Porto do Correo do mar de Junho	18430
Deito do Julho	18430
Agosto	18280
Setembro	18575
Outubro	18585
Novembro	18210
Dezembro	18270
As Contas 7 meses a 240 R.	18680
Aluguel de Casas a 800 R cada mes 7 ditos	58500
Commod. Urna	8530
Commod. Livro	8200
Para no decurso dos 7 meses	18280
Arreito para Luminarias, e uso Ordinario do S. de fozes	18250
Papel, Tinta, Penas, Sacas, e garrafa pa- ra Tinta nos 7 meses	8590
Assignatura de Provedores para o Anno 1837	118200
Conto pelo Director	R ^o 638710
Recebido pelos Theatros	R ^o 598070
Saldo a favor da Sociedade	R ^o 58350

Salla do Gabinete de Leitura em Pou-
le 1 de Janeiro del 1837.

Declara no fica mais em poder do Thea-
tro por declara cao feita em sua respec-
tabilidade pelo Director Joaquim Jose
Arfael Pinto, a quantia de

	18600
	68950
Mais igual quantia em poder do The- atro a favor da Sociedade, que de ma- is se tinha lançado para a assignatura do Diario de Governo	18500
	88550

Figura 5 Receitas e despesas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé relativas ao ano de 1837

Fonte: Livro de Receita e despesa da Sociedade, 1837-1844, fl. 3f.

Rep.: AMLLE, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/02/Lv001

Receito

Saldo a favor da Sociedade das Últimas Contas	35100
Janeiro 21 Quilates de Sarcos a 300 R ^{rs}	65300
Fevereiro 23 D. ^{rs}	65400
Março 23 D. ^{rs}	65400
Abril 23 D. ^{rs}	65500
Maiço 22 D. ^{rs}	65500
Junho 22 D. ^{rs}	65500
Julho 22 D. ^{rs}	65500
Agosto 22 D. ^{rs}	65500
Setembro 22 D. ^{rs}	65500
Outubro 22 D. ^{rs}	65500
Novembro 21 D. ^{rs}	65500
Dezembro 19 D. ^{rs}	65700
<u>Summa</u>	
	810400

Figura 6 Receitas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé relativas ao ano de 1838.

Fonte: Livro de Receita e despesa da Sociedade, 1837-1844, fl. 5v.

Rep.: AMLLE: PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/02/Lv001

No recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Gerais, realizado a 26 de Setembro de 1847⁸⁸, em cumprimento do decreto de 12 de Agosto de 1847⁸⁹, 13 dos 17 sócios fundadores (76%) constavam da relação do recenseamento, que arrolou um total de 379 indivíduos na freguesia da vila, cumprindo os requisitos eleitorais. O forte poder económico do grupo é também confirmado pela «relação dos 40 maiores contribuintes do concelho de Loulé, colectados no lançamento de décima e impostos anexos», relativa a 1852 (decreto de 30 de Setembro de 1852)⁹⁰, onde estão incluídos 4 sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, e, no ano de 1855, cinco sócios integravam o restrito grupo da dezena de proprietários que mais pagavam da quota de décima de prédios urbanos no concelho⁹¹.

Ao nível das habilitações literárias, a uniformidade caracteriza o grupo, sendo a totalidade dos sócios alfabetizada («sabe ler e escrever»⁹²), um dos quais apresenta o curso eclesiástico completo e dois o bacharelato em Medicina pela Universidade de Coimbra. As ocupações profissionais identificadas dependem mais do mérito literário do que do mérito económico do grupo⁹³, no qual 71% dos sócios possuem uma actividade profissional letrada, como se observa no *Gráfico 2 Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios fundadores da SGLLE*.

88. Embora o Arquivo Municipal de Loulé possua as relações do recenseamento eleitoral a partir de 1834, optámos por tomar o ano de 1847 por referência, uma vez que no cotejo entre os dados dos diferentes anos, concluiu-se que este é o que apresenta a maior variedade de informação (nome, residência, idade, estado, emprego, classificação literária e verbas da colecta da décima sobre prédios, indústria, rendas, foros, pensões e ordenados), estando integralmente legível e apresentando-se, por isso, como a fonte mais consistente. Cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007.

89. Esta eleição regia-se pelos critérios eleitorais estabelecidos pelo decreto de 5 de Março de 1842, que definiu a capacidade eleitoral com base nos seguintes escalões: mínimo de 100\$000 réis para pensionistas do Estado; mínimo de 10\$000 réis para a colecta da décima sobre prédios, rendas, foros e pensões, de ordenados provenientes de câmaras municipais, hospitais e misericórdias; de 5\$000 réis para a colecta de prédios rústicos e urbanos arrendados; de 1\$000 réis para a colecta de prédios rústicos não arrendados ou rendimentos provenientes da indústria; no caso de egressos, o voto dependia de um rendimento anual mínimo de 100\$000 réis e no caso de estarem empregados de 12\$000 réis.

90. AMLLE, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç 001.

91. *Dez proprietários que pagam no dito concelho mais quota de décima de prédios urbanos*. [Ms.]. 1855. Acessível em AMLLE. Fundo Sociedade Agrícola do concelho de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/mç003.

92. *Recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Gerais, realizado a 26 de Setembro de 1847*. [Ms.]. 1847. Acessível em AMLLE, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007.

93. Conforme os dados apurados para o ano de 1847, não existe na sociedade louletana de então uma homologia entre a condição económica e a condição literária. Entre os 379 eleitores recenseados na freguesia da vila, apenas 103 possuíam habilitações literárias (27,18%).

Frequência relativa das actividades profissionais dos sócios fundadores

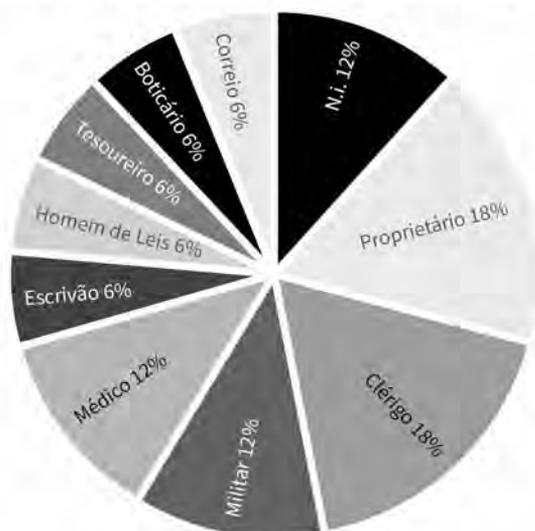


Gráfico 2: Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios fundadores da SGLLE

Fonte: Anexo documental 4 Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835

Estes números não são irrelevantes. Em 1837, a população da freguesia de Loulé ascendia a 8393 habitantes⁹⁴ e, em 1847 (data em que obtivemos dados seguros sobre as habilitações literárias do conjunto de indivíduos eleitores), foram contabilizados 379 eleitores na freguesia em condições económicas de elegerem deputados às Cortes Gerais (decreto de 12.8.1847), dos quais 103 (27,17%) possuíam habilitações literárias («sabe ler e escrever»). Ora, nessa data, integravam o Gabinete de Leitura cerca de 40 desses indivíduos letrados (39%), o que aponta, efectivamente, para a posição privilegiada da Sociedade.

Outro traço comum que reforça a coesão e a identidade do grupo é a média de idades fixada nos 32 anos, com uma variabilidade entre os 19 e os 55 anos, o que significa uma coincidência entre a fase da formação intelectual e ideológica da maioria dos sócios e o período revolucionário. O entrelaçar dos atributos económico, literário, profissional, etário e ideológico proporciona a imagem de um grupo social com características homogéneas, não obstante a diversidade de funções socioprofissionais que individualmente desempenharam. As ligações ao poder local, a mediação entre o poder regional e central e a participação em outros espaços de sociabilidade também se registaram⁹⁵.

94. Cf. LOPES (1988 [1841]), mapa n.º 2. Vol. 2.

95. V. Anexo documental 4: Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835.

A homogeneidade cultural e a heterogeneidade profissional foram condições que permitiram, seguramente, uma capacidade de indução e de amplificação superior ao nível dos valores e práticas partilhados internamente, atendendo à diversidade de contextos em que actuavam e interrelacionavam-se, facilitando a «união fraternal que em geral deve ligar toda a família Portuguesa e, em particular, os moradores desta Vila». O sentido abrangente, integrador e público destas organizações é bem claro na auto-representação traçada por uma outra Sociedade coeva, a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, (cujos *Anais* integraram o acervo do Gabinete), enquanto: «um centro de luzes, [de onde] partam prolíficos e luminosos raios, que vão despertar [...] até nos mais remotos ângulos do território Português»⁹⁶.

Este poder de influência deve ser tido em consideração na avaliação ao efeito produzido pelas ações concretas e na própria longevidade da Sociedade do Gabinete, atendendo a que o perfil dos sócios posteriormente admitidos e as relações estabelecidas com outros agentes acentuam os seus traços de identidade. Contabilizámos, através das admissões registadas em acta, a integração de mais 39 sócios [29 (74%) activos, 10 (26%) correspondentes], com especial incidência no ano de 1836, no qual foram admitidos 15 novos sócios (v. *Gráfico 3 Evolução cronológica do número de admissões de sócios à SGLLLE*).

Podemos garantir que o número total de admissões foi superior, uma vez que nem todos os processos ficaram registados em acta, como prova a acta da sessão de 15 de Março de 1839 (fl. 102-103), na qual se explica que o registo podia ser substituído pela carta de admissão enviada ao sócio. Até 15 de Junho de 1837, todos eram considerados sócios activos, sendo nesta data criada a classe de sócios correspondentes para aqueles que, residindo fora do concelho, não podiam comparecer às sessões, mas, ainda assim, pretendiam ter o seu nome ligado à Sociedade⁹⁷.



Gráfico 3: Evolução cronológica do número de admissões de sócios à SGLLLE

Fonte: Livro das actas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1835-1848. Acessível em AMLLE, fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLLE/A/01/Lv001.

96. *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (Mai.-1822), p. 1.

97. V. Anexo documental n.º 7: *Quadro dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLLE, 1836 a 1848*.

Os dados sobre estes associados não são tão completos como os que recolhemos para o conjunto dos sócios fundadores; todavia, ao nível das habilitações literárias, mantém-se o quadro anteriormente observado, isto é, a totalidade dos sócios era alfabetizada, três dos quais eram bacharéis, dois em Leis e um em Medicina Veterinária.

No quadro das ocupações profissionais, observa-se uma maior diversidade de profissões letradas e a emergência de especialidades próprias da dinâmica Oitocentista, como a de escritor e a de médico veterinário ou a de negociante com uma representatividade idêntica à de militar. A classe dos proprietários e a dos eclesiásticos é predominante, como ilustra o *Gráfico 4 Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLE (1835-1848)*.

Actividades profissionais dos sócios admitidos depois da fundação do Gabinete de Leitura de Loulé (1836-1848)

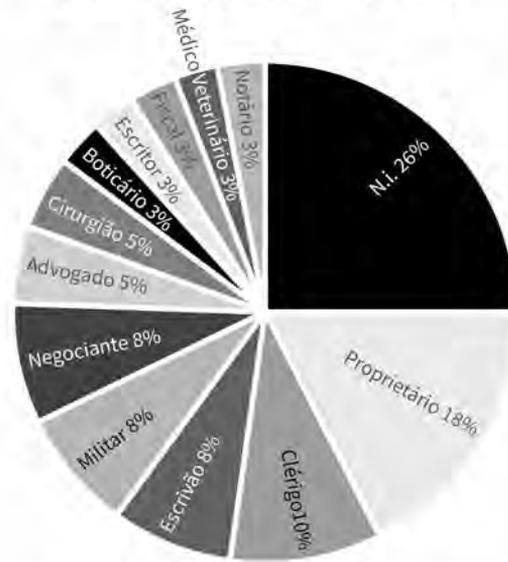


Gráfico 4: Distribuição da frequência relativa das actividades profissionais dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLE (1835-1848)

Fonte: Anexo documental 7 Quadro dos sócios admitidos em data posterior à fundação da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé.

O alcance geográfico da Sociedade ultrapassou os limites do concelhios, podendo ser medido pela origem dos sócios correspondentes. Entre os cinco identificados, contam-se sócios no Algarve, em Vila Real de Santo António (1) e Porches (1), e fora da região, em Lisboa (2) e em Mato Grosso, Brasil (1), onde também os seus «luminosos raios» irradiavam. Esta dispersão de sócios permite admitir uma esfera de influência mais ampla do que a local e matizar a importância da eventual inexistência destas organizações nesses lugares.

Considerando a informação que nos permitiu caracterizar a morfologia desta Sociedade de educação cívica («uma escola de instrução, civilidade e boa moral», cap. 16.º, art.º 19.º), poderemos considerá-la uma instituição de afirmação do círculo intelectual local, que se afigura como elite, no sentido de se auto-representar enquanto um grupo distinto que assumiu a responsabilidade política de intervir socialmente⁹⁸. No entanto, o quadro só fica completo através da imersão nos ritmos e nos ritos desta associação, que teve como principal impulsor a leitura e a discussão das ideias em circulação no espaço cultural periodístico.

98. Sobre o conceito de elite cultural, apoiamo-nos em RAMOS (1992), pp. 483-528; SIRINELLI (1998), pp. 259-280 e BUSINO (1999), pp. 245-270.

As sessões de leitura do Gabinete não correspondiam às sessões registadas em acta que vimos seguindo, as quais resultavam das assembleias realizadas no último dia de cada mês para tratar de assuntos relativos ao funcionamento interno da Sociedade. O ritmo da leitura era desencadeado pela regularidade e frequência trissemanal do correio⁹⁹.

Cabe notar que o crescimento e a expansão da imprensa periódica estiveram intimamente relacionados com a institucionalização e regularização do serviço de correios, garantido a circulação de mercadorias e de notícias a uma escala global, tornando-as acessível ao público em geral e aumentando a frequência e regularidade dos actos de leitura. Até ao início do século XVIII, o Algarve não possuiu este canal de comunicação devidamente estruturado, sendo somente integrado na rede do correio ordinário em 1702. Margarida Sobral Neto esclareceu que, até lá, «o transporte de cartas era feito, por via marítima ou terrestre, por correios extraordinários ou por pessoas que se dirigiam àquela região para efectuar negócios ou tratar de outros assuntos, caso de almocreves e recoveiros»¹⁰⁰. A cobertura dos serviços de correio no Algarve implicou, por sua vez, a criação de vários correios assistentes em várias localidades do Alentejo. O acréscimo de despesas com esta nova rota levou a que os estafetas ficassem, em teoria, com a exclusividade do transporte de encomendas e de cartas, sendo os almocreves excluídos deste serviço.

Não terá sido coincidência a fixação do Gabinete de Leitura de Pedro José Bonnardel, em Lisboa, «defronte do Correio Geral». Esta localização permitia agilizar todo o processo de abastecimento e comércio literário¹⁰¹. Os postos de correio não relevam apenas o aumento da intensidade das comunicações escritas, pois instituíram-se também como um importante mediador do mercado das letras, cuja relevância aumentava à medida que a sua localização se afastava dos centros urbanos, onde diminuía o número de alfabetizados.

Ao longo dos tempos, o director de correio assumiu um papel central nas relações sociais da comunidade, estando em contacto quase permanente com toda a população, a quem conhecia pelo nome e pela profissão. Por essas razões terá a *Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa*, em comissão composta por Rodrigo da Fonseca Magalhães, António de Oliveira Marreca, José Estevão Coelho

99. «O Correio Geral parte para todo o Reino, e sai de Lisboa nas Segundas-feiras, Terças e Sábados de Tarde.» In *Folhinha Constitucional civil e política, para uso dos Reinos de Portugal e Algarve, e Ilhas Adjacentes, principalmente para a Cidade de Lisboa em o ano e 1838, 2 depois do Bissextos*. Lisboa: na Imprensa de Alcobia, 1837, p. 83.

100. In NETO (2005), p. 26.

101. V. «Informação do Intendente Geral da Polícia sobre o anúncio da abertura do gabinete de leitura de Pedro José Bonnardel. AN/TT, Intendência Geral da Polícia, liv. 15, fl. 40v-41v, *apud* CURTO (2007), p. 666.

de Magalhães e Luís Augusto Rebelo da Silva, proposto na sessão de 8 de Agosto de 1846: «encarregar oficialmente as administrações dos correios em todos os distritos, de receberem assinaturas para livros, jornais ou publicações quaisquer»¹⁰². E outra comissão formada por José Maria Grande, o duque de Palmela, António de Oliveira Marreca e José Estevão foi mais ambiciosa, sugerindo em favor da circulação de impressos: «obrigar os correios assistentes a estabelecer em cada cabeça de distrito e concelho uma loja de livreiro para a venda de impressos portugueses, mediante uma comissão não excedente a 8 por cento»¹⁰³.

Através da documentação do Gabinete de Leitura de Loulé, pudemos testemunhar a importância do «correio assistente» da vila como intermediário cultural, ora encaminhando prospectos de publicações para a Sociedade¹⁰⁴, ora pedindo à Sociedade a subscrição de obras específicas, tais como o *Recreio: jornal das famílias* ou livros de instrução primária¹⁰⁵.

Após a chegada do correio à vila e a recepção dos Periódicos no Gabinete, os sócios dispunham, em exclusivo, da sala de leitura: «sendo vedada a entrada nela nas horas de leitura a quem o não for»¹⁰⁶. E, durante as 36 horas seguintes, dedicavam-se à leitura silenciosa dos vários jornais¹⁰⁷.

A prática da leitura em silêncio integrava-se no conjunto dos demais rituais de leitura a cumprir pelos sócios, por exemplo, o respeito pela ordem de acesso: «tendo o Director mandado buscar os Periódicos, os porá sobre a mesa, e serão lidos por aqueles que presentes se acharem, depois pelos que sucessivamente virem entrando na sala preferindo em iguais circunstancias os mais velhos»¹⁰⁸; e a apropriação ordeira dos materiais: «Nenhum socio poderá tirar qual quer Periódico da mão de outro, sem que ele queira, ou tenha acabado de ler»¹⁰⁹.

No dia seguinte à chegada do correio, às 15 horas, os sócios reuniam-se livremente na sala para discutir as ideias difundidas pela imprensa, podendo daí emanar a formulação de propostas concretas a adoptar no seio da vida associativa ou sociopolítica envolvente, como podemos comprovar nos seguintes artigos:

26.º Às três horas da tarde dos dias imediatos aos da chegada do correio se ajuntarão os sócios que quiserem na sala da Sociedade e formada esta em sessão, o

102. In Ribeiro (1879), p. 52.

103. *Id.*, p. 53.

104. *Livro de actas*, sessão de 11.3.1840, fl. 112f.-113f.

105. *Livro de actas*, sessão de 31.12.1837, fl. 65f.-66f.

106. In *Estatutos...* Cap. 6.º, art.º 14.º.

107. *Id.*, Cap. 8.º, art.º 24.º.

108. *Id.*, Cap. 8.º, art.º 23.º.

109. *Id.*, Cap. 8.º, art.º 24.º.

Presidente declarará aberta a discussão, a qual será pública, guardando porém os Espectadores o silêncio e decência devida.

27.º Qualquer dos sócios que quiser fazer alguma proposta, pedirá a palavra ao Presidente, este lha dará, assim como aos mais que lha pedirem; porém sempre pela ordem, por que foi pedida.¹¹⁰

O artigo 26.º é claro quanto à publicitação das discussões ao prever a participação de indivíduos de fora do círculo oficial do Gabinete. Mais relevante é o facto de ao fazê-lo contribuir activamente para a propagação de um novo modelo cultural que dessacralizava a escrita, colocando-a no centro da discussão pública¹¹¹.

A conservação dos impressos foi zelosamente prevista, articulando-se com as regras de empréstimo domiciliário, apenas aceite depois das horas de leitura acima estabelecidas, por um prazo máximo de 10 horas, e de apenas um jornal (cap.º 6.º, art.º 16.º). O extravio de «algum Periódico ou folha dos mesmos, livro, ou algum outro papel pertencente à Sociedade, ficará obrigado a apresentar outro igual, para que não haja falta nas colecções»¹¹².

Os ritmos e os rituais adoptados pelo Gabinete demonstram um modo de utilização e de apropriação dos objectos impressos claramente interventivo e emancipador. Se foi o Periódico a definir novos ritmos de leitura, de sociabilidade e de pensamento, a instituir representações e um imaginário comum, é evidente que as repercussões não foram unidireccionais. Pelo contrário, os sócios fundadores deste círculo de leitura assumiram uma atitude problematizante, transformadora, assente no debate público de ideias e de pontos de vista que o integrou e fez participar no desenvolvimento da história.

110. *Id...*, cap.º 8.º, art.ºs 26.º e 27.º.

111. Jürgen Habermas, ao destacar o papel das sociedades na formação da esfera pública não deixou de ponderar a eventual função educadora que aqui fica evidenciada. Diz o autor: «Onde quer que o público se estabelece de forma institucional como um grupo estável de interlocutores, não se equipara ao público, mas reivindica agir em seu nome, como seu porta-voz, e mesmo, talvez, como seu educador – a nova forma de representação burguesa.» E, ponderando a sua influência social, acrescenta: «Em termos potenciais, ele é sempre também um corpo publicístico, visto as suas discussões não terem e permanecer internas e podem ser dirigidas ao mundo exterior [...]» In HABERMAS (2012 [1962]), pp. 116-117.

112. In *Estatutos...*, cap. 6.º, art.º 18.º.

No sistema representativo, no século em que estamos e no meio do movimento literário em que se agita toda a Europa, os jornais são uma necessidade, uma das primeiras necessidades de um povo que presa a sua liberdade, que deseja a sua máxima civilização e que se interessa na sorte do seu semelhante. Os jornais habitam os homens das diversas nações e diferentes climas, a tomarem entre si conhecimento e interessarem-se uns pelos outros, familiarizam o sábio com o que estuda, tornam comum a ciência e são como uma cadeia que prende mutuamente todos os interesses e todos os povos. Na actualidade os livros estão substituídos pelos jornais, até por estes se aprende, e quase que só eles são lidos.¹¹³

A identidade literária do Gabinete correspondeu à identidade editorial do «Periódico», através do qual a Sociedade se definiu e re-criou em cada subscrição, em cada chegada do correio.

O fluxo de novas entradas de Periódicos foi determinado pelo sistema de assinatura (trimestral, semestral ou anual), mediante a votação em assembleia. As subscrições podiam também ser feitas por subscrição voluntária de um sócio ou de um amigo da Sociedade em seu favor. A decisão quanto a assinaturas era minuciosamente ponderada, tomando em linha de conta a adequação das publicações aos fins da Sociedade. A sessão de 31 de Janeiro de 1838 ilustra o procedimento:

O Sr. Benevides propôs a assinatura do *Periódico dos Pobres* por conta da Sociedade, mostrando com energia as vantagens da leitura daquele periódico actualmente. Apesar de reservas feitas pelo sócio Vaz atendendo à letra dos Estatutos, a proposta foi aprovada. O Sr. Pinto propôs o *Procurador dos Povos*, como jornal da oposição a subscrever e analisado pelos restantes sócios, foi decidido que “não estava o referido periódico nas circunstâncias de satisfazer os desejos da Sociedade.”¹¹⁴

113. *A Restauração*. Lisboa: Typ. de M.[anuel] A.[ntónio] F.[erreira] Portugal, n.º 1, 25.5.1842, p. 3. Ao que apurámos, este jornal não integrou o acervo do Gabinete, mas o seu editor, Manuel António Ferreira Portugal teve ligações ao Algarve, pois foi ele o editor do jornal *Chronica do Algarve*, impresso em Faro em Julho de 1833 [cf. PALMA (2013b)] e o responsável por um outro jornal aqui subscrito: *O Estandarte* (2.8.1847-22.11.1847), assinado a 1.9.1847. Cf. *Anexo n.º 8: Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé*.

114. In *Livro das actas*, sessão 31.1.1838, fl. 71f.

Maioritariamente, as assinaturas foram assumidas pela Sociedade, seguindo-se as assinaturas voluntárias dos sócios e, por último, a de indivíduos exteriores à Sociedade, como se observa no *Quadro 3 Evolução cronológica do n.º de primeiras assinaturas de Periódicos, distinguindo-se o tipo de subscritor*.

Quadro 3. Evolução cronológica do número de primeiras assinaturas de Periódicos, distinguindo-se o tipo de subscritor

Data	Assinatura da Sociedade	Assinatura voluntária de sócio	Assinatura voluntária de externo	N.i.	Total de assinaturas por ano
1836	9	0	3	0	12
1837	5	1	0	2	8
1838	0	0	1	0	1
1839	2	1	0	0	3
1840	1	0	0	0	1
1847	3	0	0	0	3
Total	20	2	4	2	28

Fonte: Anexo documental n.º 8 Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

Os anos de 1836 e de 1837 constituíram a fase de maior número de subscrições, o que era expectável, atendendo a que se trata do período inicial da actividade da Sociedade. Terminado o prazo da primeira assinatura, a decisão da renovação cabia novamente à assembleia, que reavaliava o mérito das publicações.



Figura 7 Recibos das assinaturas dos Periódicos subscritos pela SGLLE, relativos ao ano de 1847

Rep: AMLLE: PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/03/mç 001-002.

Apesar de condicionados pela frequência trissemanal do correio, a actualidade diária foi a que mais cativou o público leitor do Gabinete, com 11 jornais diários subscritos, entre um total de 28, garantindo uma regularidade de leitura que ultrapassava a permitida pelo correio, como podemos observar no Quadro 4.

Quadro 4. Periodicidade dos Periódicos recebidos na SGLLE

Diário	Bissemanal	Trissemanal	Semanal	Mensal	N.i.	Total
11	2	2	4	5	4	28

Fonte: Anexo documental n.º 8 Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

O desejo de estar a par da actualidade e dela participar através da leitura e discussão dos acontecimentos publicitados pela imprensa comprova-se através dos intervalos que mediam o surgimento dos Periódicos e a respectiva assinatura.

Entre o número de jornais que surgiram em data posterior à fundação do Gabinete de Leitura de Loulé e a sua subscrição pela Sociedade, observa-se a rápida divulgação dos Periódicos, aferida a partir das subscrições com data inferior a 1 mês e entre 1 a 3 meses, as mais frequentes, como se sistematiza *Quadro 5 Intervalo temporal entre o surgimento de Periódicos após a fundação da SGLLE e respectiva assinatura*.

Quadro 5. Intervalo temporal entre o surgimento de Periódicos após a fundação da SGLLE e respectiva assinatura

Meses	{<1 mês}	{1>;≤3}	{3>;≤6}	{6>;≤9}	{9>;≤12}	{12>;≤24}	N.i.
N.º Periódicos	3	5	2	2	0	1	2

Fonte: Anexo n.º 8 Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

A maioria dos títulos consolida a ligação primordial entre o formato periodístico, estabilizado nas quatro páginas, a três colunas e 39 cm, e a politização da linguagem impressa, forjada durante os períodos revolucionários. Dos Periódicos subscritos, dezassete eram de natureza política, seis de cariz literário e três de índole industrial (v. *Quadro 6 Identidade dos Periódicos assinados pela SGLLE*).

Quadro 6. Identidade dos Periódicos assinados pela SGLLE

Político/Noticioso	Literário/Miscelânea	Científico/Industrial	N.i.	Total
17	6	3	2	28

Fonte: Anexo n.º 8 Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

Apesar do predomínio das leituras políticas, as assinaturas realizadas logo em 1836 evidenciam a preocupação dos sócios com outros géneros de publicações e a sua abertura à própria dinâmica do mercado editorial, que experimentava novos géneros apoderando-se do formato periodístico (incluindo a gravura), como explica de forma esclarecedora a «Introdução» de um destes jornais:

Ainda que a liberdade da Imprensa abrisse mais a porta à cultura literária da Nação Portuguesa, nem por isso em qualquer das duas épocas em que essa liberdade tem sido franqueada, se tem dado à luz **escritos tendentes** à geral **ilustração**: parece vem logo absorver toda a atenção do público a política, as questões contenciosas, os ataques pessoais, e uma imensa farragem de objectos inúteis, pela máxima parte, ao desenvolvimento das faculdades das **pessoas**

menos estudiosas, mas desejosas de se ilustrarem pela leitura no que não puderam adquirir em sua juventude. Este país é susceptível de cultura muito maior dos espíritos; mas neste ponto, se há muitas pessoas dadas à boa leitura, é, sem comparação imensa, a porção da sociedade, que não se aplica a ela, já porque não teve nos primeiros anos o incentivo dos bons princípios que se bebem nos bem regulados estudos menores, já porque não tem havido o estímulo de bons Jornais, que perseverem na publicação de artigos próprios para polir e encaminhar a nossa sociedade pela **leitura amena e proveitosa**. [...] Ora os Jornais de ramos Científicos, tais como os de Física, Medicina, Jurisprudência, &c., como só se dirigem á ilustração desses ramos particulares, que tem Obras óptimas em que se estudem suas doutrinas e que só podem ser lidas por pessoas dedicada a essas Ciências; que esses Jornais, dizemos, se não possam entre nós longo tempo sustentar, pouco nos pode admirar, visto que aqueles a quem se destinam sabem o Francês, em que podem ler Jornais dessas Faculdades e podem nas Obras dos Autores respectivos beber instrução mais profunda sobre a Ciência a que se dedicam.

Porém, **a erudição em geral**, a cultura nos conhecimentos da História e Ciências que a iluminam, na Moral prática, que é base da boa civilização e do bom procedimento do homem social; a Crítica judiciosa que ensina a discernir e a ler com discernimento, a avaliar com discricção, e a pesar na balança do bom siso os escritos que aparecem na República literária; as dilucidações que podem dar à língua nacional um mais extenso polimento na leitura das melhores Obras; a mesma Poesia em fim, que, sendo de bom cunho, é não só um grato entretenimento, mas um dos meios mais eficazes para apurar a elocução na prosa: tudo isto **pode concorrer para generalizar a leitura de um Jornal ou obra periódica, que judiciosamente ofereça esta útil e proveitosa lição**.

[...]

Este meio tem sido o mais seguido e o mais proveitoso nas mais polidas nações da Europa para difundir a ilustração nas diversas classes da Nação, e é de esperar que seja bem acolhido entre os Portugueses este Jornal e auxiliado para poder dar igual fruto ao que outros desta natureza tem produzido em quase todas as Nações da Europa.¹¹⁵

A citação é longa, mas importante, porque aborda a temática da diversificação e especialização de géneros textuais e as recíprocas identidades tipográficas em clara transformação. Matizando a afirmação provocatória d' *A Restauração*, usada na epígrafe, de que «os livros estão substituídos pelos jornais, até por estes se aprende, e quase que só eles são lidos», *A Minerva*, por sua vez, clarifica a relação, que não era qualitativa, entre os formatos do jornal e do livro. O primeiro apresentava-se

115. Subls. meus. *A Minerva ou Jornal de Figura Amena e Proveitosa*. Lisboa: na Imprensa Imparcial, n.º 1, Mai.-1836, p. 1-3.

mais adequado à escrita de natureza política, noticiosa e aos textos de «erudição em geral, a cultura nos conhecimentos da História e Ciências». Por seu lado, o livro estava reservado para as «Obras» de especialização e de aprofundamento do Saber, vocacionadas para públicos selectos com sólidos hábitos de leitura. Não se tratava, pois, de uma desvalorização e sim do resultado da adequação entre o suporte, o conteúdo e o público. Esta relação foi, de resto, considerada atentamente pelo jornal, ao harmonizar o seu teor formativo, enciclopédico e universalizante com a dinâmica periódica e materialmente mais frágil, mediante a prática editorial colecçãoável, prática essa que perdurou e não pode ser descurada na análise a estes objectos culturais, sob pena de negligenciarmos a variedade sincrónica e diacrónica de formas, de usos e de sentidos que lhes foram investidos.

Figuras 8 a 10: Diferentes funções da gravura no Periódico na década de 1830: divulgação de conhecimentos úteis (8), a moda associada a padrões de civilidade (9) e a conhecimentos históricos (10).

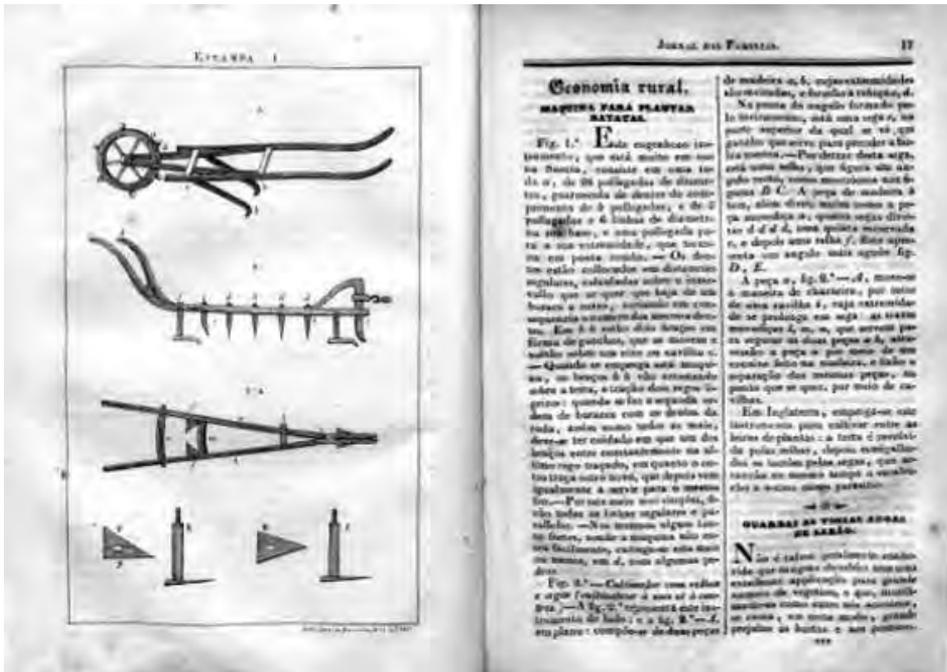


Figura 8 «Economia Rural: máquina para plantar batatas».
Fonte: *O Recreio: Jornal das Famílias*, 1838, n.º 1.
Rep.: BNP: J. 92 B.



Figura 9 «Modas».
 Fonte: O Recreio: Jornal das Famílias, 1838, n.º 1.
 Rep.: BNP: J. 92 B.



Figura 10 «Ruínas da Igreja de São Paulo de Lisboa» na sequência do Terramoto de 1755
 Fonte: O Arquivo Popular: Semanário Pintoresco, 1837, n.º 22, 2/Set.
 Rep.: BNP: J. 359 B.

Tratando-se de objectos do quotidiano, os jornais foram editados e lidos também com vista à colecção, imitando o formato do livro. Encontram-se, assim, periódicos, que reproduzem este formato, com texto a uma coluna, in-8.º (18-22 cm) e com paginação contínua, o que deve ser tido em linha de conta, quando consideramos conceitos com os de efemeridade e de fragilidade do formato (v. Figura 11 e Figura 12).

<i>Indice deste N.º I.</i>	
	Fig.
Introdução	1
ARTIGO. I. Os Falladores	3
— II. <i>A Pida de Mira</i> , ou quadro da vida humana	9
— III. (Commissada) <i>Censura do At. do Livro Pida de Santa Theresia pelo P. José Agostinho de Macedo</i>	14
— IV. <i>Sobre o gosto na Litteratura e nas Artes</i>	19
— V. <i>Carta sobre principios de educação Geografica, tocando a meninos</i>	26
— VI. <i>Sobre a arte de agradar na sociedade</i>	31
— VII. <i>Sobre os Jogadores</i>	37
— VIII. <i>Carta de lousa premiada na Lularia</i>	40
— IX. <i>Sobre o poder colossal da Russia, descrito em hum notavel discurso no Parlamento de Inglaterra em 19 de Febreiro deste anno</i>	48
— X. <i>Sobre os Automatos</i>	60

N. B. *Asignua-se por seis meses a 1440 réis, ou por tres meses a 720 réis, e vende-se cada N.º (de 8 folhas) avulso por 300 réis, nas Lojas de Livros de Correalho, Bertrand, e Jorge Rey, ao Chão; de João Henriques, e J. J. Nepomuceno na Rua Augusta. Em Coimbra na de Menquilha na Rua das Covas.*

A MINERVA,

OU

Jornal de Illustração amena e proveitosa.

INTRODUÇÃO.

Ainda que a liberdade da Imprensa abrisse mais a porta á cultura litteraria da Nação Portuguesa, nem por isso em qual-quer das duas épocas em que essa liberdade tem sido fran-queada, se tem dado á luz escritos tendentes á geral illu-stração: parece vem logo absterver toda a attenção do público a politica, as questões contenciosas, os ataques pessoais, e huma immensa farragem de objectos inúteis, pela maxima parte, ao desenvolvimento das facultades das pessoas menos estudiosas, mas desejosas de se illustrarem pela leitura, no que não poderão adquirir em sua juventude. Este paiz he susceptivel de cultura muito maior dos espiritos; mas neste ponto, se ha muitas pessoas dadas á boa leitura, he sem com-paração immensa a porção da sociedade, que não se applica a ella, já porque não teve nos primeiros annos o incentivo dos bons principios que se bebem nos bem regulados estudos menores, já porque não tem havido o estímodo de bons Jour-naes, que poseverem na publicação de artigos proprios para polir e encaminhar a nossa sociedade pela leitura amena e proveitosa. Alguns Journaes se tentão neste sentido; mas parão por diversos motivos, já relativos aos editores, já, e desgrazadamente as mais das vezes, por pouco auxiliados. Ora os Journaes de ramos Scientificos, taes como os de Eysi-

Figura 11 Aspecto de *A Minerva ou Jornal de Illustração Amena e Proveitosa*. Lisboa: na Imprensa Imparcial, n.º 1 (Mai.-1836) (cf. Anexo 8, n.º 7). Periódico mensal, com 64 pp., com índice e texto a 1 col.

Rep.: BNP: J. 99 B.

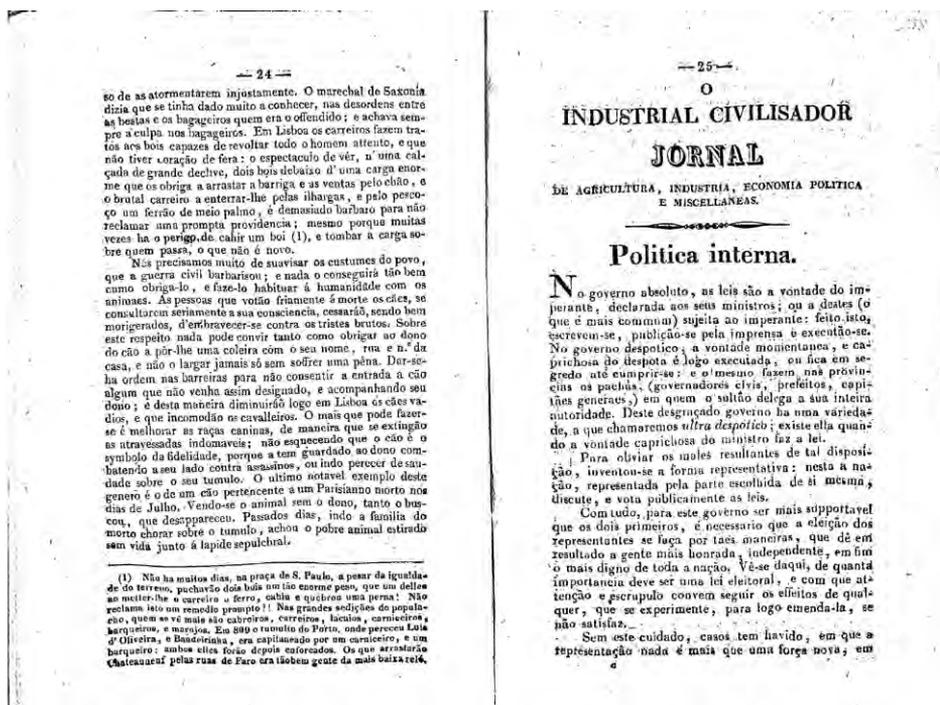


Figura 12 Aspecto de *O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscelâneas*. Lisboa: na Imprensa de C.A.S. Carvalho, n.º 2 (1835) (cf. Anexo 8, n.º 8). Periódico sem periodicidade identificada, texto a 1 col., 24pp. numeradas continuamente, como é possível observar na abertura do n.º 2, acima reproduzido (p. 25).

Rep.: BNP: J. 335//2 P.

Na verdade, o jornal poderia ter uma esperança de vida tão longa quanto a do livro, como provam as diligências da Sociedade do Gabinete de Leitura em torno da organização, encadernação e arquivo dos seus materiais impressos, viabilizando e visibilizando um entendimento patrimonial do impresso.

Estaremos perante a primeira hemeroteca de uso público existente no Algarve?

Claramente valorizados pelo conjunto de leitores, ouvintes e espectadores que frequentaram o Gabinete de Leitura de Loulé, os jornais adquiriram a autonomia de um bem cultural colectivamente reconhecido, que se manifestou no especial cuidado e protecção. Caracterizado pela facilidade de transporte e de manuseio, a preservação nem sempre foi uma tarefa fácil. As actas das sessões deixaram testemunho dos reparos endereçados aos sócios que violavam os Estatutos, retendo os Periódicos em suas casas para além do tempo previsto.

Na sessão de 2 de Junho de 1837, Carlos André Pinto «expôs a grande falta que havia no Gabinete de muitos papéis pertencentes ao mesmo, mostrando os males que se tem seguido»¹¹⁶ e propôs a nomeação de uma comissão para o exame das diversas colecções, intitulada *Comissão de arranjo e melhoramento do arquivo do Gabinete*.

A 18 de Julho, o relator, o Prior José Rafael Pinto, apresentou o relatório acerca do estado das colecções, propondo melhoramentos à assembleia. O relatório e proposta ficaram durante oito dias consultáveis e, a 15 de Agosto, foram votadas as propostas, que incluíam:

- 1) a recomendação para completar as colecções de Periódicos lacunares por extravio;
- 2) a recomendação para completar as colecções mandadas assinar pela Sociedade;
- 3) a recomendação para formação de um catálogo.

As três recomendações foram aprovadas, mas, no que concerne às duas primeiras, os sócios optaram por uma avaliação individual aos Periódicos¹¹⁷.

Na sessão de 31 de Março de 1838 foi apresentada nova proposta, com carácter de urgência, para completar as colecções e proceder à conservação dos Periódicos pelo sócio Francisco Joaquim Félix de Silva Lima. Foi a mesma discutida e aprovada, mas sem que o seu teor fosse transcrito. É pela acta da sessão de 30 de Novembro de 1838 que tomamos conhecimento de alguns pormenores, como a seguir transcrevemos:

Teve a palavra o Sócio Oliveira sobre a encadernação dos papéis do Gabinete e obtendo a palavra o Tesoureiro informou que não se tinha efectuado a encadernação em consequência da falta de 5 números.

116. In *Livro de actas*, sessão de 2.6.1837, fl.36f-27v.

117. Livro das actas, sessão de 15.8.1837, fls. 44v.-47f. Foi deliberado que a Sociedade adquirisse os números em falta do *Diário do Governo*, *O Nacional*, o *Periódico dos Pobres*, o *Arquivo Popular* e o *Anómalo* para dispor de colecções completas, ficando como estavam *O Espanhol*, *O Movimento*, *A Revista*, *Diário do Povo*, *O Artilheiro*, *O Examinador* e *O Correio*.

O Sócio Lima disse que ainda que faltassem números em algumas obras, se encadernassem as que estivessem completas, visto haver fundos, e que se pusessem nas estantes.

Sabendo mais o Tesoureiro, disse que visto haver falta de números e mesmo por se acharem algumas folhas perdidas, dos anos de 35 e 36 resolvesse a Sociedade se queria se comprassem alguns trimestres, ou que se encadernassem só os números que existirem.

Falaram sobre este objecto os Sócios Vaz e Oliveira este disse que, segundo julgava, havia fundos, se fizesse a encadernação porem que sobre isto se consultasse o Tesoureiro. E obtendo este a palavra disse que ainda quando não houvesse fundos ele se prestava a abonar, excepto para as despesas correntes. E falando o Sócio Vaz obteve esclarecimentos do Tesoureiro se a cobrança dos fundos chegava para o custeamento das despesas ordinárias e encadernação e, dizendo o Tesoureiro que os fundos não chegavam para ambas as cousas, e apenas para as despesas ordinárias.

O Sócio Oliveira teve a palavra e disse que não chegando os fundos para ambas as despesas, continuavam os impressos a estarem fechados como dantes.

O Sócio Lima disse que visto a receita excedia a despesa ordinária e por isso havia chegar para a encadernação.¹¹⁸

A questão foi adiada para que o tesoureiro, José Mendes Correia, apresentasse formalmente as contas à Sociedade e, por fim, os sócios deliberassem sobre estas questões. O que ficou patente pela leitura integral do corpo de actas é que o tema era muito relevante e regularmente abordado nas sessões da assembleia. A divisão interna dos espaços físicos do Gabinete também o demonstra. A Sociedade possuía dois espaços distintos que eram destinados, por um lado, à organização documental – a secretaria – e, por outro lado, à organização e preservação dos impressos – o arquivo. A adequada preservação dos objectos de leitura, mormente dos Periódicos, realça o valor que lhes foi atribuído e identicamente o carácter de esteio identitário.

Neste mesmo sentido, a Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé oferece-nos ainda uma rara tomada de posição que ilustra as dissemelhanças e as permeabilidades de uma época, impossível de reduzir a caracterizações dicotómicas, não raro, conducentes a uma visão maniqueísta. Referimo-nos ao interesse manifestado pela Sociedade em tornar-se donatária das colecções das bibliotecas conventuais, entretanto extintas pelo decreto de 28 de Maio de 1834.

118. In *Livro de actas*, sessão de 30.11.1838, fl. 93-94.

Geralmente desvalorizadas pelos agentes políticos do novo regime¹¹⁹, não obstante o projecto de criação de uma rede de bibliotecas públicas distritais (portaria-circular de 25 de Agosto de 1836) composta pelos acervos conventuais por forma a estabelecer (paradoxalmente) as bases literárias e científicas do novo regime¹²⁰, a Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé foi, de acordo com o estado actual dos conhecimentos, a única instituição algarvia, coetânea dos acontecimentos, que se dirigiu ao Governo Civil¹²¹ demonstrando vivo interesse neste património bibliográfico.

A 7 de Janeiro de 1837, José Rafael Pinto (prior) expressou aos demais sócios essa intenção:

Proponho que esta Sociedade faça uma representação ao Governo, pedindo se lhe conceda, enquanto existir a Sociedade, a pequena Sala, e quarto, que ficam no topo da escada principal do Convento das Freiras, ao lado esquerdo, com os seus competentes baixos. Que nesta representação se peça também os livros dos extintos Conventos da Graça e Capuchos.¹²²

A proposta foi debatida e, no ponto referente aos livros, ficou registado:

Entrou na discussão a outra parte da Proposta que diz = Que nesta representação se façam também os livros dos extintos Conventos da Graça e Capuchos = E obtendo a palavra o Autor da Proposta, **mostrou quanto útil seria para a Sociedade se obtivessem os livros das livrarias dos extintos Conventos da Graça e Capuchos, e sendo apoiado** pelos S.^{es} = Benevides, Cláudio José Pinto e alguns outros Sócios, propôs o Sr. Presidente a sua aprovação, e assim se venceu.¹²³

Estavam em causa o total de 985 volumes, repartidos em número de 417 pelo Convento da Graça e de 568 pelo Convento de Santo António. A proposta de José Rafael Pinto valorizava o universo cultural das extintas ordens regulares, que o próprio integrara durante a sua formação, mas singulariza-se, em meu entender, por transportar uma solução integradora, capaz de conciliar diferentes mundos de leitura, que importaram diferentes concepções mentais, diferentes relações com a cultura das letras, diferentes

119. Cf. CARVALHO (1998), p. XIII.

120. Cf. Portaria-circular de 25 de Agosto de 1836, onde se lê: «Tomando em consideração a necessidade, não só de pôr em segurança e ordem as Livrarias, Manuscritos, Pinturas, e quaisquer preciosidades literárias e científicas, que pertenciam aos Conventos das extintas Ordens Regulares, mas também de empregar, com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de difundir a instrução e de excitar o gosto pelas letras e belas artes, estabelecendo, em cada uma das Capitais dos Distritos Administrativos destes Reinos, e Ilhas adjacentes, uma Biblioteca Pública, – um Gabinete de raridades, de qualquer espécie, e outro de Pinturas:[...]».

121. A gestão global das bibliotecas conventuais ficou a cargo do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC) e a implementação local foi responsabilidade dos Governos Civis. O processo de gestão, arrecadação e redistribuição nacional das bibliotecas conventuais foi pormenorizadamente trabalhado por Barata (2003) e em PALMA (2015a) são descritas e analisadas as especificidades do processo na região do Algarve.

122. In *Livros de actas*, sessão de 9.1.1837, fl. 24v.

123. In *Livro de actas*, sessão de 9.1.1837, fl. 26. Subls. meus.

usos e diferentes objectos de leitura. A oposição entre a «mentalidade civilizadora», que alguns arautos do Liberalismo se esforçaram por impor à custa da rasura da «mentalidade fradesca» desfaz-se nesta moção que diluiu as fronteiras epistemológicas entre *casa de estudo* e *casa de discussão*. Livros e Periódicos podiam conviver harmoniosamente com os mesmos leitores, mas desempenhando funções diversas.

Contudo, a proposta não teve o acolhimento desejado, por, já nessa data, o governo Setembrista liderado por Passos Manuel (Manuel da Silva Passos) e energicamente apoiado pela Sociedade do Gabinete de Leitura ter colocado em marcha as suas políticas educativas que incluíram, para além da criação dos liceus nas capitais de distrito, a fundação do gabinete de raridades e de pinturas e de uma biblioteca pública distrital a prover com os bens provindos dos extintos conventos. Com este argumento, o administrador-geral do distrito pronunciou-se desfavoravelmente, afirmando: «quanto aos livros é meu parecer que não se lhe concedam enquanto não se proceder à colecção e escolha daqueles que devem compor a proposta que já subiu ao conhecimento de V. Ex.^a [...]»¹²⁴.

Não se revelou a melhor decisão. Nesse mesmo ano de 1837, os livros foram roubados e vendidos a peso pela tropa que se aquartelara no Convento da Graça, onde os livros permaneciam. A informação foi transmitida de forma sintética pelo próprio José Rafael Pinto¹²⁵, e, pormenorizadamente, pelo igualmente sócio do Gabinete de Leitura, Manuel António Vieira, ambos na qualidade de administrador de concelho¹²⁶. Assim, sem conseguir obter ou proteger os livros das bibliotecas conventuais, o arquivo da Sociedade foi sendo enriquecido através das subscrições e ofertas dos sócios.

A organização, o cuidado com a integridade e a preservação dos impressos acentuam o seu elevado significado para esta comunidade de leitores. Mas guardar, ter a capacidade para o fazer, para além de uma forma de consolidar a identidade socio-literária da Sociedade, representou um meio de legitimação e um instrumento de afirmação

124. ALGARVE. Administração geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] n.º 22, 17.1.1837, Faro [a] Ministério da Fazenda. [Ms.] 1837. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

Consistia a proposta aludida pelo administrador no seguinte: «Quando ao estabelecimento de uma Biblioteca Pública (parte essencial do futuro Sistema Literário que deve executar-se neste Distrito e cuja falta cada vez se sente mais) devo dizer a V.Ex.^a que poderá efectuar-se, ainda que em se começo apresente em condições indispensáveis. Para este fim pode destinar-se o Edifício do Seminário Episcopal, único que tem as convenientes proporções, com as Salas contíguas, onde se ensinavam as Disciplinas preparatórias e as Ciências Eclesiásticas aos alunos do dito Seminário e aos mais mancebos que seguiam a vida Literária: a este Edifício pois deverão recolher-se todas as Livrarias dos extintos Conventos deste Distrito, que juntas ao do referido Seminário, formarão uma pequena Biblioteca, não acabada mas susceptível de consideráveis melhoramentos com algum subsídio do Governo.» In ALGARVE. Administração geral; QUEIRÓS, Basílio Cabral Teixeira de – [Ofício] n.º 637, 4.10.1836, Faro [a] 4.ª Repartição do Ministério do Reino. [Ms.] 1836. Acessível em ADF, fundo Governo Civil, lv. 199A.

125. LOULÉ. Administração de concelho; PINTO, José Rafael – [Ofício] n.º 83, 21.6.1839, Loulé [a] administrador geral interino do distrito de Faro. [Ms.] 1839. Acessível em ADF, fundo Fazenda do Reino, mç. 146.

126. LOULÉ. Administração de concelho; VIEIRA, Manuel António – [Ofício] 2.8.1839, Loulé [a] administrador geral do distrito de Faro. [Ms.] 1839. Acessível em ADF, fundo Fazenda do Reino, mç. 146.

da reunião de cidadãos, se não da sua autoridade, face às demais instituições do antigo e do novo regime político com severas dificuldades em garantir a defesa da sua memória.

O entendimento patrimonial do acervo bibliográfico, que se colhe da leitura das discussões que nesta Sociedade ocorreram é, em meu entender, um argumento relevante no que diz respeito à importância política, social e cultural que o Periodismo granjeou e do espaço de poder conquistado pela sociedade civil, sobretudo, porque revelados a partir da perspectiva da apropriação dos textos. Um poder efectivamente exercido e sancionado pela história, que preservou a sua memória¹²⁷.

127. Os actos de preservar, separar, reunir, excluir são, em si mesmos, actos de produção cultural como ensinam CERTEAU (1988) e RICOEUR (2010 [2000]).

5. Conclusões

O estudo do acervo documental da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé (1835-1848?) revelou-nos uma instituição que evidenciou, na totalidade e de forma homogénea, a consumação de um novo padrão de vida social, política e cultural, próprio da Contemporaneidade.

As razões para o inscrevermos nesta matriz são de diversa índole: o Gabinete instaurou um novo espaço de sociabilidade ancorado na prática da leitura e do debate público de ideias; os sócios leitores auto-representaram-se como um grupo empenhado e participativo, actuando através do debate discursivo; procedeu organicamente como um microcosmo do regime constitucional, sendo a pertença à cultura escrita, independentemente do estatuto socioprofissional, o elemento estruturante e o traço verdadeiramente distintivo; e, por fim, evidenciou a interdependência entre a prática da sociabilidade intelectual e um género textual específico, o Periódico, protagonista da criação do regime mediático em que vivemos e com rara expressão nas instituições que organizaram a difusão local da escrita impressa nos finais do Antigo Regime.

No segundo quartel de Oitocentos, o Gabinete de Leitura de Loulé representou a consolidação de uma mudança de paradigma, assente na confluência de diferentes transformações que ganhavam forma em Portugal. Deu corpo à expressão de uma nova identidade institucional; de uma nova identidade discursivo-tipográfica; de uma nova relação significativa dos leitores, auditores e espectadores com a escrita; de uma nova configuração do espaço de intervenção da sociedade civil, que se manifestou tanto na geografia urbana, quanto no estabelecimento de redes sociais e políticas impulsionadas, fortalecidas e continuamente reelaboradas pela intensa circulação cultural.

A dessacralização da escrita e a crítica discursiva traçavam a arquitectura da cidadania contemporânea, preparando um longo e, por vezes, doloroso processo de valorização cultural que instituiu o livre acesso ao livro e à leitura como um dos pilares das sociedades democráticas, cujo desenvolvimento depende, como sublinha o Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas: «tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação»¹²⁸.

É nesta genealogia que se inscreve a Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé.

128. «Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas» (1994). [Em linha]. [Consul. 19.4.2016]. Disponível em: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifesoUnescoBibliotecas-Publicas.aspx>.

6. Fontes e Bibliografia

71

6. 1. Fontes

I Fontes Manuscritas

1. Arquivo Distrital de Faro, Faro, Portugal

Fundo Fazenda do Reino:

Mç 146: [*Correspondência avulsa*]. 1849

Fundo Governo Civil:

Cx. 131, mç. 2: *Mapas de vencimentos dos empregados de saúde do Distrito de Faro (1852-1926)*

Cx. 297, mç. 2: *Mapas com relação de médicos e farmacêuticos (1862)*

Lv. 172: *Livro de vencimento de professores (1856-1859)*.

Lv. 175: *Livro de correspondência com a 1.ª Repartição do Reino*. 1.1.1849-31.12.1853.

Lv. 199A: *Livro da correspondência com os Ministros*. 1836-1837.

Lv. 201 A: *Livro de Correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores (19/10/1858-28/12/1861)*.

Lv. 327A: *Livro da correspondência com o Ministério do Reino*. 6.6.1834-31.10.1835.

Lv. 355A: *Livro de correspondência com os Ministérios*. 4.1.1838-4.7.1839.

Lv. 373: *Livro de correspondência com Repartições Superiores*. 4.1.1850-17.6.1857.

Lv. 465: *Livro da correspondência com o Ministério do Reino*. 8.11.1842-30.12.1848.

2. Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, Portugal

Fundo Câmara Municipal:

PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/cd 002 (D1-E01-M2): *Registo de documentos relativos à Sisa*. [Ms.] 1849-1850;

PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/ed 003 (D1-E01-M2): *Registo de documentos relativos à Sisa*. [Ms.] 1850-1851.

PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv002 a Lv0091: *Recenseamento Eleitoral*. [Ms.]. 1834-1847.

PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç001: *Registo de documentos relativos ao recenseamento eleitoral: Relação dos 40 contribuintes mais colectados do Concelho de Loulé*. [Ms.] 1852-1855.

PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007: *Recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Gerais, realizado a 26 de Setembro de 1847*. [Ms.]. 1847.

Fundo Sociedade Agrícola do Concelho de Loulé:

PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/mç003: *Dez proprietários que pagam no dito concelho mais quota de décima de prédios urbanos.* [Ms.]. 1855.

Fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé:

PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001: *Livro das actas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1835-1848.*

PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/02/Lv001: *Livro de Receita e despesa da Sociedade, 1837-1844.*

PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/03/mç001 e mç002: *Registos relativos às receitas e despesas.*

3. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

Fundo Ministério do Reino:

Lv. 1526: *Registo de correspondência expedida ao Governo Civil de Faro (3.9.1835-10.5.1844).*

Mç. 2043, letra R-S: *Estatutos da Sociedade Philanthropica Tavirense, 1835.*

4. Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes, Vila Real de Santo António, Portugal

Documento 37: *Estatutos e regimento interno da Sociedade Patriótica de Villa Real de Santo Antonio.* 1835.

5. Biblioteca António Rosa Mendes da Universidade do Algarve, Gambelas-Faro, Portugal.

Fundo Sociedade do Teatro Lethes:

Cx. 5: *Livro do Registo da Correspondência.* 11.3.1849-4.6.1856.

Cx. 7: *Actas das Sessões da Direcção Teatral.* 1845-1846.

Cx. 7: *Livro das actas da Direcção.* 5.10.1846-14.10.1856.

II Fontes Impressas: Monografias

LOPES, João Baptista da Silva (1988 [1841]) – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve.* Prefácio de Isabel Nobre Vargues. Reprodução fac-similada da edição de 1841. Faro: Algarve em Foco Editora.

O Manuscrito de João da Rosa. 2.^a ed. act. e anotada por António Rosa Mendes. Olhão: Câmara Municipal, 2008.

MARQUES, A. H. Oliveira (1996) – *História da maçonaria em Portugal: política e maçonaria.* Lisboa: Editorial Presença. Vol. 2.

MARQUES, A. H. Oliveira e DIAS, João José Alves (1990) – *História da maçonaria em Portugal.*

Volume I: das origens ao triunfo. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 1.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (2002) – *História do Teatro Lethes*. 2.^a ed. Faro: AJEA Edições.

ROCHA, Manuel João Paulo (1991 [1909]) – *Monografia: as forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*. Porto: Typographia Universal. Edição fac-similada com o título *Monografia de Lagos*. Faro: Algarve em Foco Editora.

RUDERS, Carl Israel (1981) – *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

III Fontes Impressas: Periódicos

Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Lisboa: Imprensa Nacional, Mai.-1822-Ago./1854.

Arquivo Popular: Semanário Pitoresco. Lisboa: Typ. de A. J. C. da Cruz, v. 1, n.º 1 (1.4.1837) – v. 7, n.º 52 (30.12.1843).

O Artilheiro. Porto: Imprensa do Gandra e Filhos, n.º 1 (22.8.1835) – n.º 154 (14.7.1837).

Le Cabinet de Lecture: Journal Littéraire et Politique. [Em linha]. 1835. [Consult. 4.2.2016]
Disponível em: <http://expositions.bnf.fr/lecture/grand/131.htm>

Crónica do Algarve. Manuel António Ferreira Portugal, ed. Faro: Imprensa do Governo, 15.7.1833-20.7.1833.

O Correio. Lisboa: n.º 1 (3.12.1836) – n.º 94 (23.12.1837).

Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (1.1.1835) – n.º 256 (31.10.1859).

Diário do Povo. Lisboa: Tip. de José Baptista Morando, n.º 1 (13.11.1835) – n.º 122 (18.4.1836).

O Director. Lisboa: Tip. Transmontana, n.º 1 (2.1.1838) – n.º 825 (24.12.1840).

O Examinador. Lisboa: Tip. do Examinador, n.º 1 (13.2.1837) – n.º 119 (14.7.1837).

Folhinha Constitucional civil e política, para uso dos Reinos de Portugal e Algarve, e Ilhas Adjacentes, principalmente para a Cidade de Lisboa em o ano e 1838, 2 depois do Bissexto. Lisboa: na Imprensa de Alcobia, 1837.

O Independente: Jornal Político, Literário e Comercial. Lisboa: na Tip. de A. S. Coelho, n.º 1 (20.1.1836) – n.º 207 (4.11.1836).

O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscelâneas. Lisboa: na Imprensa de C.A.S. Carvalho, 1835.

Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras. Lisboa: Tip. de J. B. Morando, n.º 1 (Abr.-1836) – n.º 5 (Ago.-1836).

O Mensageiro: Jornal da Tarde e das Províncias. Lisboa: Tip. Transmontana, n.º 1 (17.12.1838) – n.º 47 (12.4.1839).

A Minerva ou Jornal de Ilustração Amena e Proveitosa. Lisboa: na Imprensa Imparcial, n.º 1 (Mai.-1836) – n.º 2 (Jun.-1836).

O Movimento: Periódico Semanal. Lisboa: Sebastião José Carlos, n.º 1 (1835) – n.º 44 (1836).

Museu Pitoresco: Jornal d'Instrução e Recreio. Lisboa: na Imprensa de Galhardo e Irmãos, v. 1, n.º 1 (Mai.-1840) – v. 2, n.º 21 (1843).

O Nacional. Lisboa: A.C. Dias, n.º 1 (3.11.1834 – n.º 2229 (30.12.1842).

O Porto Franco. Lisboa: na Tipografia de R. D. Costa, n.º 1 (2.8.1836) – n.º 38 (8.11.1836).

O Recreio: Jornal das Famílias. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (Jan. 1835) – n.º 12 (Dez. 1842).

O Tempo. Lisboa: Tip. de Eugénio Augusto, n.º 1 (4.3.1835) – n.º 459 (24.8.1839),

O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

[Em linha]. Lisboa: na Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. N.º 1 (1837) -157 (1844). [Consult. 15.3.2016]. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.htm>

Periódico dos Pobres. Lisboa: na Imprensa de João Nunes Esteves, n.º 1 (30.9.1826) – n.º 72 (31.3.1848).

O Estandarte. Lisboa: M.[anuel] A.[ntonio] F.[erreira] Portugal, n.º 1 (2.8.1847) – n.º 1147 (22.11.1847).

A Restauração. Lisboa: Tip. de M.[anuel] A.[ntónio] F.[erreira] Portugal, n.º 1, 25.5.1842.

A Revista. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 36 (2.7.1834) – n.º 594 (4.11.1836).

Revista Universal Lisbonense. [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, T. 1, n.º 1 (1.10.1841) – a. 13, n.º 35 (1859). Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>

A Revolução de Setembro. [Em linha]. Lisboa: ed. resp. J. F. S. Castro (Typ. J. B. da A. Gouveia), n.º 1 (22.6.1840) – a. 60, n.º 15031 (20.1.1901). 38 cm. 4p. a 2 cols. (passa a 4 cols.). Disponível em: <http://purl.pt/14345>.

III.3 Fontes Impressas: Legislação

Leis de ensino. [Em linha]. Disponível em: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xix/>

Leis de Imprensa. [Em linha]. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/>

6. 2. Bibliografia

ALVES, José Augusto dos Santos (2000) – *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Editora.

____ (2013) – *Glória, Memória e Mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Lisboa: mediaXXI, 2013.

ANDERSON, Benedict (2012 [1983]) – *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Tradução de Catarina Mira e estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70.

AUGÉ, Marc (2012 [1992]) – *Não-Lugares: introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre.

BAPTISTA, Abel Barros – «‘Vem de longe a marca do suporte material’: Uma entrevista com João Luís Lisboa». *MATLIT: Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura*. [Em linha]. Centro de Literatura Portuguesa, Vol. 2, n.º 1, 2014, p. 159-164. [Consult. 2.5.2016]. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/2182-8830_2-1_8.

BARATA, Paulo (2003) – *Os livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BARBIER, Frédéric (1990) – «Les conditions matérielles de la diffusion». In CHARTIER, Roger e MARTIN, Henri-Jean (dir.) – *Histoire de l'Édition Française: les Temps des Éditeurs du Romantisme à la Belle Époque*. Paris : Fayard / Cercle de la Librairie. Vol. 3.

BARTHES, Roland e COMPAGNON, Antoine (1987) – «Leitura». In GIL, Fernando (coord.) – *Enciclopédia Einaudi: Oral / Escrito – Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 184-206. Vol. 11.

BERNARDO, Maria Ana (2001) – *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX: o Círculo Eborense*. Lisboa: Edições Cosmos.

- BOURDIEU, Pierre – *O poder simbólico*. 2.^a ed. revista e actualizada com introdução de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70.
- BURKE, Peter (1990 [1980]) – *Sociologia e História*. 2.^a ed. Tradução de Fátima Martins. Porto: Edições Afrontamento.
- BUSINO, Giovanni (1999) – «Elite». In GIL, Fernando, coord.-resp. – *Enciclopédia Einaudi: Sociedade-Civilização*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 245-270. Vol. 38.
- CABANITA, P.^o João Coelho (1998) – «Prior José Rafael Pinto – 1803/1864». *Folha do Domingo*. Faro, n.º 4277, 28.8.1998.
- CABRAL, Maria Luísa (2014) – *A Real Biblioteca e os Seus Criadores em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (1998) – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: I Inventário da livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, pp. I-XXVIII.
- CASCÃO, Rui (1998) – «Vida Quotidiana e Sociabilidade». In MATTOSO, José (dir.), TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.) – *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 439-459. Vol. 5.
- CERTEAU, Michel de (1988) – *L'écriture de l'histoire*. 2.^a ed. [S.l.]: Gallimard.
- CHARTIER, Roger (1988) – *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.
- _____ (1997) – *A Ordem dos Livros*. Tradução de Leonor Graça. Lisboa: Vega Passagens.
- CHARTIER, Roger (coord.) (1998 [1984]) – *As utilizações do objecto impresso (séculos XV-XIX)*. Tradução de Ida Boavida. Lisboa: Difel.
- CHARTIER, Roger e MARTIN, Henri-Jean (dir.) (1990) – *Histoire de l'Édition Française: les Temps des Éditeurs du Romantisme à la Belle Époque*. Paris : Fayard / Cercle de la Librairie. Vol. 3.
- CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel – «O livro uma mudança de perspectiva». In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, dir. – *Fazer História, 3, novos objectos*. Lisboa: Bertrand, 1987 [1974].
- CURTO, Diogo Ramada et al. (2007) – *As gentes do livro: Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- DIAS, J. S. da Silva (1972) – *O Eclétismo em Portugal no século XVIII: génese e destino de uma atitude filosófica*. Coimbra: Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos.
- DOMINGOS, Manuela D. (1985) – «O público dos gabinetes de leitura». In *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância / Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, pp. 137-191.
- ESTEVES, Rosa (1984) – «Gabinetes de leitura em Portugal no século XIX (1815-1853)». *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 1, pp. 213-235.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2002) – *Rebeldes e Insubmissos: resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FURTADO, José Afonso (2000) – *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras, Lda.
- GUEDES, Fernando (1987) – «Gabinetes de leitura nos séculos XIX e XX». In *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 1987, pp. 165-208.
- HABERMAS, Jürgen (2012 [1962]) – *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- IRIA, Alberto (2004 [1941]) – *A Invasão de Junot no Algarve: subsídios para a história da guerra peninsular – 1808-1814*. Reprodução fac-similada da edição de 1941. Amadora: Livro Aberto, Editores Livreiros Lda.

- LISBOA, João Luís (1992) – *Ciência e Política: Ler nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1996) – *História da Maçonaria em Portugal: Política e Maçonaria 1820-1869 (1.ª parte)*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 2.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1997) – *História da Maçonaria em Portugal: Política e Maçonaria 1820-1869 (2.ª parte)*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 3.
- MARQUES, A. H. Oliveira e DIAS, João José Alves (1990) – *História da maçonaria em Portugal. Volume I: das origens ao triunfo*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. 1.
- MARTINS, António Coimbra (1984) – «Luzes». In SERRÃO, Joel (dir.) (1984) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984, p. 86-106. Vol. IV.
- MELO, Daniel (2004) – *A leitura pública no Portugal Contemporâneo, 1936-1987*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- _____ (2010) – *A leitura pública na I República*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- MENDES, António Rosa (2009) – *Olhão fez-se a si próprio*. Olhão: Gente Singular Editora.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena (2002) – *História do Teatro Lethes*. 2.ª ed. Faro: AJEA Edições.
- MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François e VALLOTON, François (dir.) (2009) – *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques: 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NETO, Gomes (2009) – *Governo Civil de Faro: 175 Anos de História*. Faro: Governo Civil.
- NETO, Margarida Sobral (2005) – «A integração do Algarve na rede do correio ordinário». In NETO, Margarida Sobral (coord.) – *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, pp. 26-27.
- PAILHÈS, Jean-Louis (1988) – «En marge des bibliothèques: l'apparition des cabinets de lecture». In JOLLY, Claude (dir.) – *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques sous l'Ancien Régime: 1530-1789*. Paris: Promodis - Éditions du Cercle de la Librairie, pp. 421-425. Vol. 2.
- PALMA, Luís (1993) – «A Sociedade do Gabinete de Leitura e a vida política e cultural de Loulé no 2.º quartel do século XIX». *Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 2, p. 133-153.
- PALMA, Patrícia de Jesus (2013a) – «Poder, território e ciência: a instituição militar em Tavira». In AA.VV. – *Memória e Futuro: Património, Coleções e a Construção de um Museu para Tavira. [Catálogo]*. Tavira: Câmara Municipal, pp. 104-129.
- _____ (2013b) – «Restauração e imprensa no Algarve (1808-1811): um impressor, a independência de duas nações». *Promontoria: Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. Faro: Centro de Estudos de Património e História do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, n.º 10, pp. 231-256.
- _____ (2015a) – *O Reyno das Letras. A cultura literária na periferia: Algarve, 1759-1910*. Lisboa. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vols.
- _____ (2015b) – «Uma biblioteca e um seminário: a acção reformadora de D. José Maria de Melo no Algarve». SALDANHA, Sandra Costa (dir.) – *Invenire: Revista de Bens Culturais da Igreja*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, pp. 39-42.
- PARENT-LARDEUR, Françoise (1981) – *Lire a Paris au temps de Balzac: Les cabinets de lecture à Paris, 1815-1830*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- PEREIRA, José Esteves (1990) – «As ideias do século». In REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 273-302. Vol. 1.
- PINTO, Segismundo [s.d.] – *Pinto de Monchique, depois, da Casa da Praça, em Loulé. Genealogia*. Exemplar policopiado disponibilizado pelo Centro de Documentação de Loulé.

- PROENÇA, Maria Cândida (1989) – «As cartas de adesão ao movimento liberal (1820/1823)». In COSTA, Fernando Marques, DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo – 1750-1850*. Lisboa: Veja, pp. 131-141.
- RADICH, Maria Carlos (1982) – «Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos. 1820-1836». In *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX: comunicações ao colóquio*. Lisboa, Sá da Costa, 1982. Vol. 1.
- RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela (2001) – *Jornais e Revistas Portuguesas do Séc. XIX*. Pref. de José Manuel Tengarrinha. Lisboa: Biblioteca Nacional. 2 vols.
- RAMOS, Rui (1988) – «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo». *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XXIV (103-104), pp. 1063-1145 [Consult. 10.4.2016]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>
- _____ (1992) – «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)». *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XXVII, pp. 483-528. [Consult. em 10.4.2016]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122305425608cDG4ay1Vx871J0.pdf>
- RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2012) – *História de Portugal*. 7.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REBELO, Carlos Alberto (2002) – *A Difusão da Leitura Pública*. Porto: Campo das Letras.
- RIBEIRO, José Silvestre (1879) – *Historia dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências. T. VIII.
- RICHTER, Nöe (1987) – *La Lecture & ses Institutions, 1700-1918*. [S.l.]: Éditions Plein Chant et Université du Maine.
- RICOEUR, Paul (2010 [2000]) – *La Memoria, la Historia, el Olvido*. Madrid: Editorial Trotta.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima (1983) – *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Editorial Presença / Instituto de Ciências Sociais, 1983, pp. 93-135.
- _____ (1990) – «Sociabilidade, Comunicação e Aprendizagem». In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 365-388. Vol. I.
- SIRINELLI, Jean-François (1998) – «As Elites Culturais». In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François – *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1998, pp. 259-280.
- TARDE, Gabriel (1991 [1901]) – *A Opinião e a Multidão*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda.
- TENGARRINHA, José (1989) – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho.
- TOMÁS, Paula Cristina Carvalho (2006) – *A Imagem Política dos Arquivos e das Bibliotecas nos Debates Parlamentares e na Legislação (1820-1974)*. Lisboa. Dissertação de mestrado em Ciências Documentais, apresentada ao Departamento de Ciências Documentais da UAL. Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal.
- TORGAL, Luís Reis – «A Instrução Pública». In MATTOSO, José (dir.), TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.) – *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 515-550. Vol. 5.
- TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre (1998) – «Da Revolução à Contra-Revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político.»; «Produção e Reprodução Cultural». In MATTOSO, José (dir.), TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.) – *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 57-76; pp. 575-584. Vol. 5.
- VAZ, Francisco A. Lourenço e CALIXTO, José António (coord.) (2006) – *Frei Manuel do Cenáculo: Construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, SA.
- WILHELM, Eberhard Axel (ed.) (1988) – 1 «O Algarve há 140 anos: a viagem do botânico alemão Heinrich Moritz Willkomm». *Anais do Município de Faro*. Vol. 18. Faro: Câmara Municipal, pp. 177-213.

Sítios da Internet:

Biblioteca Nacional de Espanha: <http://www.bne.es/>

Biblioteca Nacional de França: <http://www.bnf.fr/>

Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: <http://dglab.gov.pt/>

Hemeroteca Municipal de Lisboa: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

Real Gabinete Português de Leitura: <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/In%C3%ADcio.aspx>

Repositório Digital da História da Educação: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/>

7. Anexo Documental

79

1. Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1836
2. Acta primeira da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé
3. Biografia de José Rafael Pinto
4. Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835
5. Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé
6. Vencimentos auferidos por diversas categorias profissionais no período 1846-1868
7. Quadro dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLLE, 1836 a 1848
8. Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

1. Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1836

Rep.: *Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé, a que se refere a Portaria de 13 de Setembro de 1836.* [Ms.] 1836. Acessível em ANTT, fundo Ministério do Reino, Liv. 1526, fls. 57v-61v.

«4.^a Rep.^{am}, n.º 1424, L.º 2.º

Sua Majestade A Rainha, Atendendo ao que lhe representaram alguns cidadãos da Vila de Loulé, pedindo faculdade para formarem uma Associação de Leitura, regulada pelos Estatutos que submetiam à Régia sanção; e considerando A Mesma Augusta Senhora que os referidos Estatutos não contém matéria contrária à Legislação vigente, antes se conforma com ela enquanto procura promover a ilustração: Há por bem, Autorizar a dita Associação, e Aprovar os Estatutos que baixam com esta por mim assinados. E assim o Manda participar ao Administrador Geral do Distrito de Faro para que nesta inteligência, assim o faça constar aos suplicantes, entregando-lhes os Estatutos, cuja execução ele deverá inspecionar. Palácio das Necessidades em 13 de Setembro de 1836 = Manoel da Silva Passos.

Estatutos da Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé, a que se refere a Portaria de 13 de Setembro de 1836.

Capítulo 1.º

Artigo 1.º A Sociedade compõe-se dos Sócios já admitidos e dos mais que para o futuro se admitirem.

2.º O só e único fim da Sociedade é espalhar a instrução, que se adquire com a leitura, meditação e discussão de Periódicos bem redigidos: estabelecer a comunicação das ideias: firmar mais e mais aquela união fraternal que em geral deve ligar toda a família Portuguesa e, em particular, os moradores desta Vila; arraigar firmemente no fundo de seus corações uma constante adesão à Rainha e à Carta.

3.º Haverá uma Junta Directiva, composta de um Presidente, dois Vogais, um Director e um Secretário, nomeados em separado, por escrutínio secreto à pluralidade de votos.

4.º A Junta será nomeada todos os seis meses e poderão os seus Membros ser reeleitos, mas não obrigados a aceitar.

Capítulo 2.º

Artigo 5.º Incumbe ao Presidente, propor os trabalhos que se hajam de fazer na sociedade; manter a ordem na sala da mesma; chamar à ordem qualquer dos sócios: na discussão dar a palavra, pela ordem que lhe tiver sido pedida; mandar reunir a sociedade.

Capítulo 3.º Dos Vogais

Artigo 6.º Os Vogais ajudarão e aconselharão o Presidente ao desempenho de suas obrigações: farão na sua ausência as suas vezes, preferindo o mais votado; e, na falta destes, substituirá o mesmo Presidente em ordem sucessiva aquele dos Sócios que para vogal tiver obtido maior número de votos.

Capítulo 4.º Do Director

Artigo 7.º Ao Director incumbe receber as prestações dos Sócios e mais dinheiros da Sociedade: mandar fazer as assinaturas dos Periódicos com antecipação de modo que não haja falta; dirigir-se aos empresários, para reclamar qualquer falta de remessa que porventura possa haver; cuidar da arrecadação e boa ordem de todos os papéis, livros e mais objectos pertencentes à Sociedade: tratar do asseio da sala; mandar buscar os Periódicos ao correio logo que ele chegue. Por estes trabalhos gratuitos, tendo sido desempenhados bem e com zelo, a Sociedade reunida no dia da eleição da Junta lhe votará os devidos agradecimentos.

8.º O Director terá a chave da sala da Sociedade: abri-la-á, logo que cheguem os Periódicos do Correio, e aí estará vigiando a guarda dos efeitos da Sociedade; quando não possa demorar-se, deixará o mais velho dos Sócios presentes para fazer as suas vezes, que se chamará primeiro Delegado do Director. Este querendo retirar-se deixará outro em seu lugar, eleito pela forma dita, este outro e assim por diante, de maneira que sempre fique na sala quem vigie a guarda dos efeitos nessa depositados.

9.º Os Delegados do Director são responsáveis pelas suas obrigações, uns aos outros numa ordem sucessiva e inversa até ao primeiro que é o Director.

10.º Achando-se a sala da Sociedade fechada, quando algum sócio quiser ir ler, e não estando o Director em casa, ou não a podendo ir abrir, lhe será entregue a chave, e fará ali as vezes de Director com a mesma autoridade e responsabilidade.

Capítulo 5.º Do Secretário

Artigo 11.º Ao secretário incumbe toda a escrituração da Sociedade: as ordens da Junta por escrito além de feitas pelo secretário serão assinadas por todos os seus Membros.

Capítulo 6.º Dos Sócios

Artigo 12.º Todo o sócio no princípio de cada semestre entregará ao Director a quantia que lhe pertencer para a assinatura dos Periódicos que a Sociedade houver aprovado e este lhe passará recibo da entrega.

13.º - Todo o sócio além da supradita despesa é obrigado a concorrer para a do correio e para quaisquer outras aprovadas pela maioria absoluta da Sociedade.

14.º - Aos Sócios somente é permitido ler os Periódicos na sala da Sociedade, sendo vedada a entrada nela nas horas de leitura a quem o não for.

15.º - Nenhum sócio poderá levar da sala da Sociedade, ou mandar buscar Periódico algum, sem que tenham passado as horas de leitura, que serão trinta e seis contadas desde a chegada do correio.

16.º - Passado o tempo marcado no parágrafo antecedente, qualquer socio poderá levar, ou mandar pedir por escrito, o Periódico que quiser, porém um só de cada vez, e não o podendo demorar em seu poder por mais de dez horas, o qual lhe será dado pelo Director, ou seus Delegados fazendo-o notar seu nome, e o título do Periódico no livro competente.

17.º O sócio que receber qualquer Periódico, o entregará ou mandará entregar ao Director ou a quem na ocasião da entrega fizer as vezes do mesmo, a fim de ser descarregado no livro.

18.º O sócio que extraviar algum Periódico ou folha dos mesmos, livro, ou algum outro papel pertencente à Sociedade, ficará obrigado a apresentar outro igual, para que não haja falta nas colecções.

19.º O sócio que na Sala da Sociedade promover desordens, por palavras, ou por obras, e se não portar com a decência devida a um tal Estabelecimento, que deve ser uma escola de instrução, civilidade e boa moral, ficará sujeito a ser expulso da Sociedade. Os actos por ele praticados serão levados ao conhecimento dela, reunida em sessão pelo Presidente, ou por quem nessa ocasião fizer sua vez; e sendo a expulsão aprovada por dois terços de toda a Sociedade será efectivamente expulso, para o que concorrerão todos os sócios unanimemente e não poderá já mais ser novamente admitido. De tudo isto se formará auto que será assinado por todos os sócios.

Capítulo 7.º

Da admissão de novos Sócios

Artigo 20.º Aquele que pretender entrar na Sociedade se dirigirá ao Presidente, ou pessoalmente, ou por escrito, o qual o fará ciente dos Estatutos e, querendo o Candidato sujeitar-se a eles, o mesmo Presidente convocará a Sociedade e o proporá e, sendo a sua admissão aprovada por dois terços dos Sócios, ficará admitido, e não o sendo poderá ser novamente proposto passados seis meses.

21.º O Candidato não poderá estar presente à votação para ser admitido, porém se lhe fará constar por carta assinada pelo Presidente a resolução da Sociedade.

22.º O Sócio novamente admitido, no acto da admissão, pagará por inteiro a mesma quantia, que naquele semestre pertenceu a cada sócio, ainda que ele esteja já começado, ou mesmo adiantado.

Capítulo 8.º Da Leitura e discussão

83

Artigo 23.º Logo que chegue o correio, tendo o Director mandado buscar os Periódicos, os porá sobre a mesa, e serão lidos por aqueles que presentes se acharem, depois pelos que sucessivamente vierem entrando na sala preferindo em iguais circunstâncias os mais velhos.

Artigo 24.º Nenhum Sócio poderá tirar qualquer Periódico da mão de outro, sem que ele queira, ou o tenha acabado de ler.

25.º Nenhum sócio poderá ler em voz alta, senão tendo precedido a aprovação de todos os Sócios então presentes.

26.º Às três horas da tarde dos dias imediatos aos da chegada do correio se ajuntarão os sócios que quiserem na sala da Sociedade e, formada esta em sessão, o Presidente declarará aberta a discussão, a qual será pública, guardando porem os Espectadores o silêncio e decência devida.

27.º Qualquer dos Sócios que quiser fazer alguma proposta, pedirá a palavra ao Presidente, este lha dará, assim como aos mais que lha pedirem; porém sempre pela ordem por que foi pedida.

28.º Nenhum Sócio poderá na mesma sessão e sobre a mesma matéria ter a palavra mais de duas vezes, excepto o autor da proposta para a sustentar.

Capítulo 9.º Da Junta

Artigo 29.º A Junta proporá à Sociedade quaisquer medidas que julgar conveniente ao aumento e glória dela, as quais contudo se não poderão pôr em prática sem a aprovação da maioria absoluta da mesma.

30.º A Junta dará as providências necessárias para se solenizar todos os anos o dia vinte e nove de Dezembro, aniversário da instalação da Sociedade, que será pelo modo em que a maioria absoluta concordar; porém, sempre tal, que a houve, e faça transpirar os nobres sentimentos de Liberalismo, que reinam nos corações de seus Sócios.

31.º A Junta todos os seis meses tomará contas ao Director, tanto do que recebeu, como do que gastou, à vista do livro que estará na mão do secretário; e depois levará tudo ao conhecimento da Sociedade.

32.º e último. Estes Estatutos se poderão alterar no fim de cada ano, com a aprovação da Sociedade, tendo precedido discussão sobre tal objecto. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 13 de Setembro de 1836 = Manoel da Silva Passos.»

2. Acta primeira da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

Rep.: *Livro das actas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé.* [Ms.] 1835-1848. Acessível em AMLLE, fundo SGLLE, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001, fl. 1.:

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de mil e oitocentos e trinta e cinco anos, reunidos em casa do Reverendo Prior desta vila de Loulé, os Cidadãos da mesma, Manuel António Vieira, José Álvares de Oliveira, Joaquim José Pinto, José Francisco Cavaco, Cláudio José Pinto, Tomás Joaquim de Sousa Ramos, João José Jara, Francisco de Paula Drago Lobo, José Rafael Pinto, Joaquim Manuel Pereira Vaz Velho, José Francisco de Sousa Ferreira, José Francisco de Freitas, Francisco de Freitas Oliveira, o Reverendo [sic] Diogo de Oliveira e Horta, José Caetano Benevides, Manuel Alexandre de Mendonça Rasquinho, o Reverendo Jerónimo António de Sousa Piedade, para o fim de formarem uma sociedade denominada = Sociedade do Gabinete de Leitura da Vila de Loulé = foi proposto pelo Reverendo Prior qual era o fim daquela reunião e que para se formar a sociedade seria bom que cada um dos Membros, que houvessem de ser considerados como fazendo parte da mesma sociedade, fossem votados e sendo aprovado unanimemente pelos circunstantes, se decidiu que na votação, onde houvesse uma terça parte de votos em contra, atento o número dos presentes, não fosse a pessoa sobre quem recaísse a votação admitida à sociedade. E procedendo-se imediatamente a votar sobre cada uma das pessoas acima nomeadas ficaram aprovadas todas, excepto o Reverendo Padre Jerónimo António de Sousa Piedade e José Mendes Correia. Depois se procedeu a eleição dos Membros que deviam compor a Junta Directiva, conforme o que a mesma sociedade, já instalada, tinha resolvido, constando de um Presidente, dois Vogais, um Director e um Secretário; obtiveram votos para Presidente o Reverendo Prior, onze votos, Doutor Oliveira, quatro, e o Doutor Vieira, dois; ficando nomeado pela maioria dos votos o Reverendo Prior; para Vogais, o Doutor Vieira, doze votos, o doutor Oliveira, seis, Benevides, cinco, Pinto Sénior, quatro, Ramos, dois, Drago, Sousa, Rasquinho, Padre Diogo e Cláudio José Pinto, um, cada um, obtendo maior número de votos o Doutor Vieira e o Doutor Oliveira; para Director Cláudio José Pinto, dez votos, Sousa Ferreira e Freitas, dois, Cavaco, Benevides e Pinto Sénior, um; obtendo maior número de votos Cláudio José Pinto; para Secretário José Francisco Cavaco, nove votos, Sousa Ferreira, três, Benevides, dois, Freitas e Vaz Velho, um, obtendo maior número de votos José Francisco Cavaco. Em seguimento se procedeu a nomear uma Comissão de cinco Membros para redigirem os Estatutos da Sociedade e foram eleitos o Reverendo Prior e Vieira com treze votos, o Doutor Oliveira, onze, Benevides e Pinto Sénior com dez; e assim se concluiu esta sessão do que para constar se lavrou esta acta que a Mesa assinou.

O Presidente José Rafael Pinto
 O Vogal Manuel António Vieira
 O Vogal José Álvares de Oliveira
 O Director Cádio José Pinto
 O Secretário José Francisco Cavaco

Benedito, com, Paulo Junior, quatro, Antonio
 deis, Diogo, Louren, das quinhão, Pedro Diogo, e
 Claudio José de São Paulo, um, todos em, obtendo maior nu-
 mero de votos, e Antonio Vieira, e Alberto Oliveira, sem
 votos, Claudio José de São Paulo deu votos, Louren Ferraz
 e Freitas deis, Cavaco, Benedito e Paulo Junior um,
 obtendo maior numero de votos, Claudio José de São Pau-
 lo Secretario José Francisco de Cavaco, para votos, Louren
 Ferraz um, Benedito deis, Paulo, e José de São Paulo um,
 obtendo maior numero de votos, José Francisco de Cavaco.
 Em consequente de verificação de seu meo humo Commis-
 sas de Censo e Membros para dirigirem os trabalhos da
 Sociedade, e para Paulo, obtendo Prior, e Vieira
 sem votos, e Alberto Oliveira, e Cavaco, e
 Paulo Junior sem voto, e assim se concluiu esta sessão de
 que para o trabalho de leitura esta feita que se altera a seguir
 segue.

O Presidente José Manuel Pinto
 O Regal Manuel Antonio Silva
 O Regal Louren Ferraz
 O Director Claudio José de São Paulo
 O Secretario José Francisco de Cavaco

Reprodução da Acta primeira.

© AMLLE

3. Biografia de José Rafael Pinto

José Rafael Pinto nasceu em Loulé, provavelmente em 1803, e aqui faleceu a 14 de Novembro de 1864. Era filho de outro do mesmo nome (1776-1849), capitão de Ordenanças do Terço da Capitania-mor de Loulé, e de Bernarda Joaquina Cavaco Pinto. Cresceu no seio de uma família abastada com largos rendimentos prediais e actividade comercial. O capitão José Rafael Pinto edificou para sua residência a Casa da Praça, actual edifício dos Paços do Concelho, sendo possível extrair uma ideia do conforto da casa, através da consulta ao inventário dos danos provocados por ocasião da invasão dos guerrilhas, a 24 de Julho de 1833, e o respectivo pedido de indemnização, redigido a 7 de Abril de 1834. São nove páginas de bens listados, que orçaram o valor de 10.834\$540 (AHL: CMLLE/H/002).

Para além de José Rafael Pinto (Prior), conhecem-se mais oito filhos: Cláudio José Pinto (1807-1862, militar), Claudina das Dores Martins Cavaco Pinto (1809-18?), António Joaquim Pinto, Joaquim José Rafael Pinto, Carlos André Pinto (1813-18?, boticário), João Nicolau Pinto (1817-1833, assassinado a 24/07/1833) e Mariana Vitória Claudina Cavaco Pinto¹²⁹.

José Rafael Pinto ingressou na Ordem dos Carmelitas para desenvolver estudos e, a 31 de Agosto de 1824, era quaternário vigário da Sé de Elvas, completando o curso eclesiástico. Recebeu o subdiaconado em 1825 e a 11 de Março de 1826 recebeu o Presbiterado na Capela do Paço Episcopal de Elvas, sendo nomeado Prior colado da paróquia da Senhora da Encarnação do Caia a 10 de Junho de 1826.

Entre 1824 e 1826[?] foi secretário do bispo de Elvas, D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde (Porto, 1765 – Gibraltar, 1828), prelado maçom, membro da Loja da Liberdade (1818[?]-1823)¹³⁰.

Devido às perseguições políticas, José Rafael Pinto exilou-se com D. Fr. Joaquim de Meneses e Ataíde e outros liberais em Gibraltar, onde permaneceu entre 1828 e 1834. É oportuno lembrar que o exílio político não era uma opção que se abria a todos os portugueses cujas convicções políticas eram oponentes ao regime instalado; eram necessárias condições financeiras mínimas para o fazer, ainda que a principal motivação fosse de facto a política¹³¹.

Em Gibraltar esteve particularmente activo um grupo de exilados que defenderam o federalismo liberal ibérico, como meio de devolver a liberdade à Península, e que viam em D. Pedro o imperador capaz de unir Portugal, Espanha e Brasil¹³². José Rafael Pinto não terá sido certamente alheio a este movimento ideológico, mesmo que dele não tivesse tomado parte, o que efectivamente desconhecemos. Seja como for, o que está estudado demonstra que a emigração de 1828-32 (mais que a de 1823-26), em que o Prior Rafael Pinto se integra, definiu «o

129. Cf. PINTO [s. d.]

130. D. Frei Joaquim de Meneses e Ataíde foi nomeado cônego Regrante de Santo Agostinho em 1781; em 1799 era Cronista da Casa do Infantado e foi nomeado no mesmo ano Reitor do Colégio de Santo Agostinho. Entre 1804 e 1811, foi Bispo de Meliapor; entre 1811 e 1820 foi Vigário Capitular do Funchal e, por fim, foi Bispo da diocese de Elvas entre 1820 e 1828, tendo exercido também entre 1826 e 1828 as funções de Par do Reino. Foi filiado da loja maçónica *Liberdade*, em Elvas, entre 1820-1823. Foi autor e compositor. Com a vinda de D. Miguel partiu para o exílio acompanhado pelo seu secretário, o Prior José Rafael Pinto, em Gibraltar, onde faleceu pouco depois, a 5 de Novembro de 1828.

131. TORGAL e VARGUES (1998), pp. 68-69, afirmam: «A opção pelo exílio fora do País não era então, como provavelmente em qualquer tempo, uma decisão fácil para quem não possuía substanciais meios de riqueza que permitissem uma sobrevivência em terras distantes. [...] Daí resultou que esse êxodo fosse essencialmente o dos grupos sociais mais cultos e também mais comprometidos politicamente, constituindo-se um movimento de elite. [...]

132. Cf. TORGAL e VARGUES (1998), pp. 74-75.

88 rumo do liberalismo em Portugal e a formação dos seus grupos políticos protopartidários»¹³³, que virão a manifestar-se no pós-1834 através da criação de sociedades.

Regressado a Portugal e à sua terra natal em 1834, José Rafael Pinto foi nomeado Prior da Matriz de Loulé, tomando posse a 16 de Junho de 1834, funções que desempenhou até ao seu falecimento.

Em termos político-administrativos desempenhou o cargo de administrador do concelho entre Janeiro e Junho de 1839.

Nos domínios social e cultural, destacou-se enquanto sócio fundador da Sociedade Filarmónica de Loulé (<1836)¹³⁴, sócio fundador da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé (1835), Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?) e sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855).

Em 1846, Heinrich Willkomm, botânico e geógrafo alemão percorreu o Algarve em viagem científica, na qual teve oportunidade de conhecer e relacionar-se com José Rafael Pinto e com outros párocos algarvios, a quem fora recomendado desde Cádiz, de quem deixou testemunho, confessando: «fui extraordinariamente surpreendido pela inteligência que é, quase sem excepção, própria destas pessoas.». Comparando o exemplo do Algarve com Espanha, afirmou:

Aqui, Portugal e Espanha mostram de maneira estranha exactamente os contrastes. Em Espanha o povo está esclarecido e o clero é beato, em Portugal, ou pelo menos ainda no Algarve, o clero está esclarecido e o povo é beato. No Algarve encontrei sacerdotes que não só estavam bem informados sobre todos os assuntos mas eram também liberais em relação à política e à religião, sobretudo, porém, no que diz respeito à política.

E ilustrou a sua exposição com o exemplo do Prior José Rafael Pinto:

Neste aspecto distinguia-se nomeadamente o pároco de Loulé, aquele eclesiástico para quem trouxe recomendações de Espanha. Por toda a parte em todas as imediações Rafael Pinto era geralmente estimado e amado pelos seus conhecimentos de utilidade pública e pela sua beneficência. No ano de 1833 [sic], quando se tinha declarado abertamente partidário do princípio liberal (quase todo o clero algarvio tinha feito o mesmo), tinha sido obrigado pelas hordas de D. Miguel (...) a abandonar a pátria e a fugir para Gibraltar, onde tinha vivido durante seis anos. Por isso falava muito correntemente espanhol, uma circunstância que me possibilitava informar-me de todos os aspectos acerca das condições do Algarve e de todo o Portugal. Tanto este padre como os párocos de Alte, Silves e Monchique, aos quais me recomendou, me receberam com a maior gentileza e encontrei em todas as pessoas muito cultas.¹³⁵

Heinrich Willkomm descreveu com pormenor as relações, o modo de estar, os gostos e interesses de José Rafael Pinto, confirmando um perfil culto e interventivo na comunidade envolvente, com larga actuação espiritual e material junto da comunidade. Leiamos-lo:

Na conduta dúctil e elegantemente fina, no olhar um tanto insidioso, nos conhecimentos amplos de política, história e ciências naturais, arte e literatura não só de Portugal mas também do estrangeiro, julguei reconhecer o discípulo da Sociedade de Jesus; mas pode ser que me

133. In *Id.*, p. 69.

134. Segundo CABANITA (1998), o Prior José Rafael Pinto fez testamento cerrado a 17 de Agosto de 1862, instituindo seu testamenteiro José Caetano Benevides e legando a sua colecção de músicas a Manuel Martins Campina, mestre da Filarmónica. Apesar da nossa indagação, não lográmos localizar o referido testamento.

135. In WILHELM (1988), p. 198.

tenha enganado. Fora da igreja (e encontrei o mesmo em todos os eclesiásticos portugueses que cheguei a conhecer, assim como em parte também nos espanhóis) não deixou transparecer o padre. Tanto em sua casa como entre o povo, com que costumava misturar-se de bom grado, era um homem mundano, sereno e sociável, e, às vezes, permitia-se também um gracejo alegre com raparigas e mulheres bonitas, entre as quais parecia ser muito querido. Quando ele saía a pé ou a cavalo sem estar a tratar de missões oficiais, costumava, tal como qualquer outro habitante de Loulé, vestir o traje nacional. Ocupava-se zelosamente de agricultura, nomeadamente de arboricultura, procurava introduzir em toda a parte melhoramentos na cultura da terra e já tinha feito várias coisas para a civilização dos seus confessados. Gostava extraordinariamente de mecânica e de física e os seus esforços tinham conseguido melhorar os moinhos, implantar os pára-raios, elevar o sistema de regadio através do aperfeiçoamento das noras, etc. Em suma, cuidava continuamente em toda a parte da prosperidade material, da civilização material da população que, também por isso, lhe era cegamente devotada. Até mesmo em relação à política procurava instruir os subordinados, pois tinha fundado uma associação de leitura que assinava todos os jornais publicados em Portugal que lhe pareciam adequados, mas não em relação à religião!¹³⁶

Para José Rafael Pinto, política e religião não eram inconciliáveis, mas ocupavam lugares distintos, que deviam ser respeitados, como nos conta o viajante, que transcreveu o diálogo tido com o Padre, no qual afirmou:

Procure-se esclarecer politicamente o povo, entusiasmem-no na sua nacionalidade, nas suas liberdades e nos seus direitos, melhore-se o seu destino procurando civilizá-lo; mas não se sacuda a Igreja, a religião como aconteceu em Espanha e, em parte, infelizmente também em Portugal. Estas montanhas largas e selvagens – e apontou para as cristas escuras da serra vizinha – ainda têm obstruído até agora o caminho para o Algarve ao cepticismo destrutivo; – queremos fazer com que isso, também para o futuro, fique assim! A situação arruinada de um país, abusos despóticos dos soberanos, a falta de respeito pelos direitos mais sagrados do povo podem tornar necessária uma revolução política e esta pode trazer também uma melhoria substancial e exercer uma influência benéfica sobre a totalidade do povo; mas é preciso dar-se por satisfeito com a política e não se suscite simultaneamente uma revolução religiosa. O Governo quebra o leme do navio do Estado quando deixa a Igreja afundar-se e o povo fica infeliz quando perde a confiança na Igreja e nos seus criados abandonando-os até à troça juntamente com os mistérios mais sagrados da religião, como acontece no país vizinho [...]¹³⁷.

O percurso de José Rafael Pinto permite contestar as representações que tendem a associar, de forma linear e generalizada, a Igreja secular ou regular ao obscurantismo. Com efeito, a análise à escala do individual permite observar nuances e realidades mais porosas, em que é possível distinguir o diálogo entre o sujeito e a dimensão pluriforme dos fenómenos políticos, sociais e culturais, de onde emergem rupturas, continuidades, tensões, diferentes soluções para as mesmas questões e diferentes temporalidades. Esse é, de resto, segundo José Sebastião da Silva Dias, um dos maiores desafios que se colocam ao investigador: «descobrir a opção retardatária debaixo da máscara progressista, ou, pelo invés, descobrir a opção progressista debaixo da máscara retardatária.»¹³⁸

136. *Id.*, pp. 98-99.

137. *Id.*, p. 200.

138. In Dias (1972), p. 13.

4. Quadro dos sócios fundadores da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 29.12.1835

N.º	Nomes	Data de entrada	Data de saída	Residência (data de ref.º 1847)	Idade em 1835 (margem de erro de 1 ano)	Habilitação Literária	Actividade Profissional
1	Cláudio José Pinto	29.12.1835	15.9.1837: pediu demissão devido a desentendimento interno. Foi aceite com a menção de que «nunca mais em tempo algum seria admitido».	Vila	27	Sabe ler e escrever	Militar; proprietário
2	Diogo de Oliveira e Horta (prior)	29.12.1835	15.12.1837	[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever	Clérigo
3	Francisco de Freitas Oliveira	29.12.1835		Vila	42	Sabe ler e escrever	Clérigo (egresso)
4	Francisco de Paula Drago Lobo	29.12.1835		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever; teve alguns estudos	Proprietário
5	João José Jara	29.12.1835		Rua Ferradores	24	Sabe ler e escrever	Boticário
6	Joaquim José Pinto	29.12.1835		Vila	[n.i.]	Sabe ler e escrever	[n.i.]
7	Joaquim Manuel Pereira Vaz Velho	29.12.1835		Vila	26	Sabe ler e escrever	Correio
8	José Álvares de Oliveira (dr.)	29.12.1835Z		Rua S. Sebastião	44	Bacharel em Medicina pela Univ. Coimbra	Médico; proprietário
9	José Caetano Benevides	29.12.1835		Rua do Arco	22	Sabe ler e escrever, teve alguns estudos	Homem de Leis; proprietário
10	José Francisco Cavaco (senior)	29.12.1835	15.11.1838: pediu demissão devido à avançada idade e doença	Rua da Igreja	[n.i.]	Sabe ler e escrever	[n.i.]
11	José Francisco de Freitas	29.12.1835	15.9.1837: pediu demissão, mas foram-lhe oferecidas todas as vantagens e cómodos da Sociedade	Vila	19	Sabe ler e escrever	Escrivão; proprietário
12	José Francisco de Sousa Ferreira	29.12.1835		Vila	22	Sabe ler e escrever, teve alguns estudos	Proprietário
13	José Rafael Pinto (prior)	29.12.1835	15.12.1837: pediu demissão devido a desentendimento interno	Vila	31	Curso eclesiástico. Ingressou na Ordem dos Carmelitas Descalços e estudos em Elvas, onde terminou o curso em 1824.	Proprietário Clérigo (egresso); prior colado da Igreja Matriz de São Clemente (nomeação a 12.11.1833, tomada de posse a 16.6.1834-13.11.1864)

Rendimentos em 1847					Contribuição Municipal Directa para o ano económico de 1850/1851 (Décima Predial)	1852 (40 maiores contribuintes)	Cargos político-administrativos	Outras actividades
Prédios	Indústria	Rendas	Foros	Ordenados				
4\$255	0	0	0	0	nc	17\$571		Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro), admitido em 8.5.1849; Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855)
nc					nc	nc		
0	\$800	0	0	Prestacionado	nc	nc		
nc					nc	nc		
2\$365	5\$000	0	0	0	11\$870	nc		Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?); Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro)
nc					nc	nc		
nc					nc	nc		
44\$860	3\$080	0	46\$200	0	54\$910	72\$088	Membro da Junta Geral do Distrito em representação do concelho de Loulé (1849)	Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?); Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855)
8\$400	0	0	0	0	15\$965	20\$204	Membro da Junta Geral do Distrito em representação do concelho de Loulé (1850); Presidente da Câmara Municipal (1852)	Presidente interino da Sociedade Filarmónica de Loulé (1837); Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro), admitido em 29.5.1849; Retirou assinatura a 13.9.1854; Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?); Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855)
nc					nc	nc		
2\$570	0	0	0	0	nc	nc		
1\$750	0	0	0	0	nc	nc		
1\$525	0	0	0	400\$000	3\$575	nc	Administrador do concelho de Loulé (Jan.-Jun./1839)	Fundador da Sociedade Filarmónica de Loulé (<1836); Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?); Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855)

Continua...

...continuação

N.º	Nomes	Data de entrada	Data de saída	Residência (data de ref.ª 1847)	Idade em 1835 (margem de erro de 1 ano)	Habilitação Literária	Actividade Profissional
14	José Rafael Pinto (sénior)	29.12.1835	15.9.1837: pediu demissão devido a doença. Foram-lhe oferecidas todas as vantagens e cómodos da Sociedade	Praça	55	Sabe ler e escrever	Militar; proprietário
15	Manuel Alexandre de Mendonça Rasquinho	29.12.1835	15.12.1837: pediu demissão, ficando salvaguardada a possibilidade de ingressar na Sociedade	Vila	30	Sabe ler e escrever	Tesoureiro
16	Manuel António Vieira (dr.)	29.12.1835		Largo do Carmo	47	Bacharel em Medicina	Médico
17	Tomás Joaquim de Sousa Ramos	29.12.1835		Largo da Fonte	27	Sabe ler e escrever, teve alguns estudos	Proprietário

Fontes: Livro das actas da SGLLE, 1835-1848 (AMLLE, Fundo da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, cota PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001).

Livro do Recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Geraes, 1836-1847 (AMLLE, Fundo da Câmara Municipal, Recenseamento eleitoral, cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007, fl. 83-118).

Contribuição Municipal Directa para o ano económico de 1850/1851 (AMLLE, Fundo da Câmara Municipal, Registo de documentos relativos à SISA, cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/ed003/cx199).

Registo de documentos relativos ao recenseamento eleitoral 1852-1855 (40 maiores contribuintes do conceito) (AMLLE, Fundo da Câmara Municipal, Recenseamento eleitoral, AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç001).

Fundo da Sociedade Agrícola de Loulé, 1849-1855 (AMLLE, cotas PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/FI001; PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/Mç002; PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/Mç003)

Rendimentos em 1847					Contribuição Municipal Directa para o ano económico de 1850/1851 (Décima Predial)	1852 (40 maiores contribuintes)	Cargos político-administrativos	Outras actividades
Prédios	Indústria	Rendas	Foros	Ordenados				
23\$210	0	0	0	0	33\$735	nc		
\$640	\$600	0	0	0	nc	nc		
3\$650	0	0	0	200\$000	23\$650	nc	Administrador do concelho de Loulé (1837; 1839)	Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?); Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855)
18\$505	0	0	0	0	20\$230	23\$876	Secretário da Administração de concelho 1837	Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855); Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro)

5. Sócios eleitos para a Junta Directiva da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé

Datas das eleições	Presidente	1.º Vogal	2.º Vogal (função extinta a 31.5.1837)	Director
29.12.1835-30.6.1836	José Rafael Pinto (prior)	Manuel António Vieira	José Álvares de Oliveira	Cláudio José Pinto
30.6.1836-31.12.1836	José Rafael Pinto (prior)	Manuel António Vieira	José Álvares de Oliveira	Cláudio José Pinto
31.12.1836-31.5.1837	José Álvares de Oliveira	Manuel António Vieira	Prior José Rafael Pinto	Diogo de Oliveira e Horta
31.5.1837-31.12.1837	José Álvares de Oliveira	Manuel António Vieira		Joaquim José Pinto
31.12.1837-31.12.1838	Manuel António Vieira	José Álvares de Oliveira		Francisco de Freitas Oliveira
31.12.1838-3.1.1840	José Caetano Benevides	José Francisco de Sousa Ferreira		João José Jara
3.1.1840-1.1.1841	António Vaz da Fonseca e Melo	José Caetano Benevides		João José Jara
1.1.1841-12.1.1842	José Álvares de Oliveira	António Vaz da Fonseca e Melo		José Francisco Cavaco
12.1.1842-?	António Vaz da Fonseca e Melo	José Álvares de Oliveira		João José Jara
2.6.1844-?	António Vaz da Fonseca e Melo	José Álvares de Oliveira		Joaquim José Pinto
16.1.1848-?	José Caetano Benevides			Joaquim José Rafael Pinto

Fonte: Livro das actas da SGLLE, 1835-1848. Acessível em AMLLE, Fundo Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001.

Sub-director (função criada a 30.6.1836)	Secretário	Vice-Secretário (31.5.1837)	Tesoureiro (31.5.1837)	Vice-tesoureiro (31.5.1837)
	José Francisco Cavaco			
Francisco de Freitas Oliveira	José Francisco Cavaco			
Manuel Alexandre de Mendonça Rasquinho	José Francisco de Freitas			
José Francisco Cavaco	Francisco Joaquim Félix da Silva Lima	José Francisco Cavaco	Francisco Martins de Andrade	José Mendes Correia
Joaquim José Pinto	José Pedro Alexandrino Simão	José Francisco Cavaco Junior	José Mendes Correia	Manuel Martins Cavaco
Francisco de Freitas Oliveira	Francisco Joaquim Félix da Silva Lima	José Álvares de Oliveira	José Mendes Correia	José Francisco Cavaco Junior
Francisco de Freitas Oliveira	José Francisco Cavaco	José Pedro Alexandrino Simão	José Mendes Correia	Francisco Joaquim Félix da Silva Lima
António Joaquim de Oliveira	Francisco Joaquim Félix da Silva Lima	José Pedro Alexandrino Simão	Francisco de Freitas Oliveira	Tomás Joaquim de Sousa Ramos
Francisco de Freitas Oliveira	José Francisco Cavaco	José Pedro Alexandrino Simão	Joaquim Cândido Pereira de Magalhães	José Francisco de Sousa Ferreira
	José Francisco Cavaco		João José Jara	
	José Francisco Cavaco		José Francisco Cavaco (interino)	

6. Vencimentos auferidos por diversas categorias profissionais no período 1846-1868

Data	Profissão	Ordenado anual	Ordenado mensal aproximado
1846/1847	Prior	120\$000-400\$000	10\$000-33\$330
	Médico	200\$000	16\$666
	Escrivão do Juiz de Direito	200\$000	16\$666
	Coadjutor	115\$000	9\$580
	Professor de ensino primário	110\$000	9\$167
	Cirurgião	100\$000	8\$330
	Escrivão da administração	60\$000	5\$000
	Carcereiro	43\$200	3\$600
1856	Professor do Liceu de Faro	350\$000	29\$167
	Professor de Latim fora do Liceu	200\$000	16\$666
	Reitor do Liceu de Faro	120\$000	10\$000
	Professor de instrução primária	90\$000	7\$500
	Secretário do Liceu de Faro	50\$000	4\$167
1857	Cirurgião	300\$000	25\$000
1858	Trabalhador agrícola		30 dias: 5\$400-6\$000
	Trabalhador mecânico		30 dias: 12\$000-7\$200
1864	Farmacêutico	30\$000	2\$500
1868	Delegado de saúde do distrito	120\$000	10\$000
	Fiscal de saúde de concelho	100\$000	8\$330
	Guarda-mor de saúde	80\$000	6\$665
	Intérprete escrivão	80\$000	6\$665

Ordenado diário	Fonte
	Arquivo Municipal de Loulé, Fundo da Câmara Municipal, Recenseamento eleitoral, PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007.
	ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 172: <i>Livro de vencimento de professores (1856-1859)</i> .
	ADF, Fundo do Governo Civil, cx 297, mç 2.
\$180-\$200 \$400 para oficiais; \$240 para moços e serventes	ADF, Governo Civil de Faro, <i>Livro de Correspondência dirigida aos Ministérios e Repartições Superiores (19/10/1858-28/12/1861)</i> , Lv. 201 A, ofício n.º 14, fl. 24v.
	ADF, Fundo do Governo Civil, cx 297, mç 2.
	ADF, Fundo do Governo Civil, cx 131, mç 2.

7. Quadro dos sócios admitidos em data posterior à fundação da SGLLE, 1836 a 1848

N.º	Nome	Data de entrada	Data de saída	A (activo)	C (correspondente)	Residência (data de ref.ª 1847)	Idade à data da admissão (margem de erro de 1 ano)	Habilitação Literária
1	Anastácio José Ramos Faísca	11.3.1840		x		Vila	25	Sabe ler e escrever
2	António de Pedro de Mendonça	?	30.6.1836: expulso por incumprimento dos Estatutos	x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
3	António Joaquim de Barros	11.12.1840		x		Rua Espírito Santo	38	Sabe ler e escrever, teve alguns estudos
4	António Joaquim de Oliveira, Rev. Pe.	2.6.1837		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
5	António Joaquim Pimentel Jorge	4.2.1838			x	[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
6	António Rodrigues de Mendonça, dr.	1.5.1842		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
7	António Vaz da Fonseca e Melo	2.6.1837		x		Praça	30	Sabe ler e escrever, frequentou a Universidade
8	Carlos André Pinto (n. 1813-?)	13.1.1836	15.9.1837: pediu demissão por falta de meios, mas foram-lhe oferecidas todas as vantagens e cómodos da Sociedade	x		Vila	23	Sabe ler e escrever: carta regular de aprovação em Farmácia, assinada pelo Físico-mór do Reino, a 12.9. 1834
9	Domingos de Sousa Viegas, Rev. Padre	3.8.1836	31.10.1837: pediu demissão	x		Vila	[n.i.]	Sabe ler e escrever
10	Evangelista	12.12.1844		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
11	Francisco António Martins Bastos	11.3.1840			x	Lisboa	[n.i.]	Sabe ler e escrever
12	Francisco de Paula Ataíde	15.5.1839			x	Porches	[n.i.]	Sabe ler e escrever
13	Francisco Jerónimo Benevides	16.3.1840		x		Rua Nova, Loulé	[n.i.]	Sabe ler e escrever
14	Francisco Joaquim Félix da Silva Lima	7.4.1836		x		[n.i.]	32	Sabe ler e escrever
15	Francisco Maria de Magalhães	15.6.1837			x	[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
16	Francisco Martins de Andrade	18.9.1836		x		Rua dos Inocentes	32	Sabe ler e escrever
17	General Fontoura, José Joaquim Gomes da	4.2.1838		x		[n.i.]	49	Sabe ler e escrever
18	Jerónimo António Benevides	25.9.1839		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
19	João Ferreira Pinto	15.2.1838			x	[n.i.]	[n.i.]	Bacharel formado em Leis

Actividade Profissional	Rendimentos em 1847					Contribuição Municipal Directa para o ano económico de 1850/1851 (Décima Predial)	1852 (40 maiores contribuintes)	Cargos político-administrativos	Outras actividades
	Prédios	Indústria	Rendas	Foros	Ordenados				
Escrivão do juiz									
[n.i.]									
Proprietário						17\$395	21\$688		
Clérigo									
Militar (Capitão de Caçadores n.º 4)								Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro), admitido em 3.4.1849	
[n.i.]									
Proprietário						45\$730		Presidente da Câmara Municipal (1835)	
Boticário									
Clérigo									
[n.i.]									
Escritor									
Clérigo									
Proprietário						17\$665		Sócio da Comissão Filial Agrícola do Concelho de Loulé (1855)	
Escrivão								Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro), admitido em 29.5.1849	
Militar (Ajudante Major de Infantaria n.º 8)									
Proprietário; Correo assistente interino (1846)	15\$530	\$960				17\$220	13\$035	Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?);	
Militar (Suprema autoridade civil e militar dos distritos de Faro, Beja e Évora)									
[n.i.]									
Advogado									

Continua...

...continuação

N.º	Nome	Data de entrada	Data de saída	A (activo)	C (correspondente)	Residência (data de ref.ª 1847)	Idade à data da admissão (margem de erro de 1 ano)	Habilitação Literária
20	João Januário Viana de Resende, Dr.	30.7.1838?			x	Lisboa	34	Bacharel
21	João Pereira Xavier	16.3.1840		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
22	Joaquim Cândido Pereira de Magalhães	11.12.1840		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
23	Joaquim Fernandes Pereira	13.1.1836		x		Vila	35	Bacharel formado em Leis
24	Joaquim José Rafael Pinto	18.9.1836?		x		Praça	24	Sabe ler e escrever
25	Joaquim Manuel de Gouveia	14.3.1836		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
26	Joaquim Palermo de Aragão Valadares	31.1.1837?		x		Terreiro do Ricardo	37	Sabe ler e escrever
27	Joaquim Tomás de Mendonça, dr.	1.1.1838		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
28	José de Santo Agostinho Teixeira	31.12.1836		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
29	José Francisco de Azevedo e Silva	13.1.1836	15.11.1838: pediu a demissão devido à avançada idade e doença	x		Vila	66	Sabe ler e escrever
30	José Francisco Cavaco Junior	31.12.1837?		x		Vila	29	Sabe ler e escrever
31	José Inácio Palma	31.12.1836			x	[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
32	José Mara Guedes	25.9.1839			x	Mato Grosso, Brasil	[n.i.]	Sabe ler e escrever
33	José Mendes Correia	18.9.1836		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
34	José Pedro Alexandrino Simão	31.12.1837		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
35	Lázaro Maria Frederico	25.9.1839		x		[n.i.]	[n.i.]	Sabe ler e escrever
36	Manuel Ferreira Marques Tavares	14.3.1836			x	Vila Real de Santo António	[n.i.]	Sabe ler e escrever
37	Manuel Martins Cavaco	13.1.1836		x		Vila	73	Sabe ler e escrever
38	Manuel Pereira	14.3.1836			x	Vila	36	Sabe ler e escrever
39	Mateus António Jara	2.2.1848?		x		[n.i.]	29	Concluiu o curso da Escola médico-cirúrgica de Lisboa
				29	10			

Fontes: Livro das actas da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, 1835-1848 (AMLLE, Fundo da Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé, cota PT/AMLLE/ASS/SGLLE/A/01/Lv001).

Livro do Recenseamento dos eleitores para deputados às Cortes Geraes, 1836-1847 (AMLLE, Fundo da Câmara Municipal, Recenseamento eleitoral, cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/02/Lv007, fl. 83-118).

Contribuição Municipal Directa para o ano económico de 1850/1851 (AMLLE, Fundo da Câmara Municipal,

Actividade Profissional	Rendimentos em 1847					Contribuição Municipal Directa para o ano económico de 1850/1851 (Décima Predial)	1852 (40 maiores contribuintes)	Cargos político-administrativos	Outras actividades
	Prédios	Indústria	Rendas	Foros	Ordenados				
Médico veterinário									
[n.i.]									
[n.i.]									
Advogado	6\$200				100\$000				
Negociante; proprietário						42\$340		Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro), admitido em 29.5.1849	
Proprietário									
Proprietário						15\$190		Sócio da Secção Agrícola do Concelho de Loulé (1852-?);	
Fiscal									
Clérigo									
Notário	2\$980	1\$300							
Escrivão	1\$190						Secretário da Câmara Municipal 1834-1862	Sócio da Sociedade do Teatro Lethes (Faro), admitido em 19.7.1853;	
[n.i.]									
Cirurgião-mor									
Negociante; correio assistente (1843)						11\$660			
[n.i.]									
[n.i.]									
[n.i.]									
Proprietário	6\$610	2\$595							
Negociante	\$880	3\$325							
Cirurgião									

Registo de documentos relativos à SISA, cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/B/01/ed003/cx199).

Registo de documentos relativos ao recenseamento eleitoral 1852-1855 (40 maiores contribuintes do concelho) (AMLLE, Fundo da Câmara Municipal, Recenseamento eleitoral, cota PT/AMLLE/AL/CMLLE/G/03/mç001).

Fundo da Sociedade Agrícola de Loulé, 1849-1855 (AMLLE, cotas PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/FI001; PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/Mç002; PT/AMLLE/ASS/SALLE/A/02/Mç003)

8. Quadro dos Periódicos assinados pela Sociedade do Gabinete de Leitura de Loulé¹

N.º	1	2	3
Data da assinatura	31.5.1836	31.5.1836	31.5.1836
Identificação do periódico	<i>Diário do Governo</i> . Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (1.1.1835) – n.º 256 (31.10.1859). Continua a <i>Gazeta do Governo</i> ; é continuado pelo <i>Diário de Lisboa</i> . Acessível em BNP: J. 2510 M.	<i>O Nacional</i> . Lisboa: A.C. Dias, n.º 1 (3.11.1834 – n.º 2229 (30.12.1842). Continua a <i>Águia do Ocidente</i> ; é continuado por <i>O Patriota</i> . Acessível em BNP: MF 2587-2594	<i>A Revista</i> . Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 36 (2.7.1834) – n.º 594 (4.11.1836). Continua a <i>Revista Semanal</i> (N.º 1, 3.11.1833 – N.º 35, 29.6.1834) Acessível em BNP: J. 775 M.
Formato	39cm, com numeração contínua, 3 cols.	39cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.	36cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.
Periodicidade	Diário	Diário	Trissemanal
Identidade	Político/Noticioso	Político/Noticioso	Político/Noticioso
Iniciativa da assinatura	SGLLLE	SGLLLE	SGLLLE
Preço assinatura (réis)		0\$050 avulso 1\$100 mensal 3\$200 trimestral 6\$200 semestral 12\$000 anual	\$030 avulso 1\$100 trimestral 2\$200 semestral 4\$400 anual
Reprodução 1.ª p.			

1. As referências registadas em acta incluem somente o título completo ou parcial das publicações. As descrições completas foram realizadas com base em RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela, coord. e org. – *Jornais e revistas portuguesas do séc. XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. 2 vols; e na consulta directa dos originais, cujo estado de conservação permitiu.

4	5	6	7
31.5.1836	31.5.1836	31.5.1836	31.5.1836
<i>O Artilheiro</i> . Porto: Imprensa do Gandra e Filhos, n.º 1 (22.8.1835) – n.º 154 (14.7.1837). 25 cm. Acessível em BNP: J. 375 B.	<i>Periódico dos Pobres</i> . Lisboa: na Impressão de João Nunes Esteves, n.º 1 (30.9.1826) – n.º 72 (31.3.1848). Acessível em BNP: J. 4200 V.	<i>O Movimento</i> : periódico semanal. Lisboa: Sebastião José Carlos, n.º 1 (1835) – n.º 44 (1836). Acessível em BNP: J. 368 B.	<i>A Minerva ou Jornal de Illustração Amena e Proveitosa</i> . Lisboa: na Imprensa Imparcial, n.º 1 (Mai.-1836) – n.º 2 (Jun.-1836). Mensal. 64p. por número; formato livro. Acessível em BNP: J. 99 B.
25cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols. (a 2.1.1836 diminuiu o tamanho para 2 cols.)	43cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.	24 cm, 8 p. com numeração contínua, 2 cols.	21cm, 64 p. com numeração contínua, 1 col.
Bissemanal. A 2.1.1836 passou a trissemanal, reiniciou a numeração e diminui o tamanho.	Diário	Semanal	Mensal
Político/Noticioso (paródico)	Político/Noticioso	Político/Noticioso	Literário/Miscelânea
SGLLLE	SGLLLE	SGLLLE	SGLLLE
\$030 avulso 1\$000 semestral A partir de n.º 36 (23.12.1835): passou a trissemanal e a assinatura respectiva a 1\$080 2\$000 semestral	1\$440 trimestral 2\$700 semestral 5\$200 anual	0\$040 avulso 0\$780 trimestral 1\$500 semestral 2900 anual	\$300 avulso (8fls) 0\$720 trimestral 1\$440 semestral
			

Continua...

...continuação

N.º	8	9	10
Data da assinatura	31.5.1836	3.7.1836	3.7.1836
Identificação do periódico	<i>O Industrial Civilizador: Jornal de Agricultura, Indústria, Economia Política e Miscelâneas.</i> Lisboa: na Imprensa de C.A.S. Carvalho, n.º 1 (1835) – n.º 11 (1836). Acessível em BNP: J. 335//2.P.	<i>O Independente: jornal político, literário, e commercial.</i> Lisboa: na Typ. de A. S. Coelho, n.º 1 (20.1.1836) – n.º 207 (4.11.1836). Acessível em BNP: J. 613 M.	<i>Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras.</i> Lisboa: Typ. de J. B. Morando, n.º 1 (Abr.-1836) – n.º 5 (Ago.-1836). Acessível em linha na Hemeroteca Digital: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/JornalDaSociedadeDosAmigosDasLetras/JornalDaSociedadeDosAmigosDasLetras.htm
Formato	20cm.	38cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.	26cm, 32 p. com numeração contínua, 2 cols.
Periodicidade	N.i.	Diário	Mensal
Identidade	Científico/Industrial	Político/Noticioso	Literário/Miscelânea
Iniciativa da assinatura	SGLLLE	Oferta de Gonçalo Tello de Magalhães Colaço, Juiz de Direito de Tavira.	Oferta de Gonçalo Tello de Magalhães Colaço, Juiz de Direito de Tavira (não pertencia à Sociedade)
Preço assinatura (réis)	N.i.	0\$040 avulso \$960 mensal 2\$400 trimestral	Não consta.
Reprodução 1.ª p.			

11	12	13	14
30.9.1836	1.11.1836; 31.7.1837	9.4.1837	9.4.1837
<i>O Porto Franco</i> . Lisboa: na Typographia de R. D. Costa, n.º 1 (2.8.1836) – n.º 38 (8.11.1836). Acessível em BNP: J. 443//6 M.	<i>Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional</i> . Lisboa: na Imprensa Nacional, n.º 1 (Mai.-1822) – n.º 11 (Ago.-1854). Acessível em BNP: J. 76 B.	<i>O Hespanhol</i> [não localizado]	<i>O Examinador</i> . Lisboa: Typographia do Examinador, n.º 1 (13.2.1837) – n.º 119 (14.7.1837). Continua <i>O Popular</i> . Acessível em BNP: J. 605 M.
27cm, 4 p. com numeração contínua, 2 cols.	22cm., 116 p. com numeração contínua, 1 col.	N.i.	39cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.
Bissemanal	Mensal	N.i.	Diário
Político/Noticioso	Científico/Industrial	Político/Noticioso	Político/Noticioso
SGLLLE (por contacto do jornal)	1.ª: oferta de colecção por António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva (Governador temporal da diocese do Algarve em 2.1834-10.1835 e 8.6-26.9.1836); 2.ª: oferta do sócio José Álvares de Oliveira.	SGLLLE	SGLLLE
0\$020 avulso 0\$440 por 24 núm. 0\$600 trimestral	N.i.	Assinatura semestral	\$040 avulso 2\$400 trimestral 4\$800 semestral 9\$600 anual
	Indisponível na data da pesquisa.	Não localizado.	

Continua...

...continuação

N.º	15	16	17
Data da assinatura	26.5.1837; 15.12.1839	N.i.: com assinatura em vigor em 15.8.1837	N.i.: com assinatura em vigor em 15.8.1837
Identificação do periódico	<i>O Panorama: Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.</i> Dir. Alexandre Herculano. Lisboa: na Imprensa Da Sociedade Propagadora os Conhecimentos Uteis, n.º 1 (6.5.1837) – s.5, a.3, n.º 52 (1868). Acessível em linha na Hemeroteca Digital: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama_1837.htm	<i>Diário do Povo.</i> Lisboa: Tip. de José Baptista Morando, n.º 1 (13.11.1835) – n.º 122 (18.4.1836). Acessível em BNP: J. 605//2 M.	<i>O Correio.</i> Lisboa: n.º 1 (3.12.1836) – n.º 94 (23.12.1837). Acessível em BNP: J. 460//9 M.
Formato	28cm, 8 p., com numeração contínua, 2 cols. Ilustrado.	38cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.	39cm, 4 p. com numeração seguida, 3 cols.
Periodicidade	Semanal	Diário	Bisemanal
Identidade	Literário/Miscelânea	Político/Noticioso	Político/Noticioso
Iniciativa da assinatura	1.ª: Assinatura voluntária pelo sócio José Álvares de Oliveira (Presidente da Sociedade); 2.ª: Assinatura voluntária anual pelo sócio João José Jara.	SGLLLE	SGLLLE
Preço assinatura (réis)	\$025 avulso \$640 semestral 1\$200 anual	0\$030 avulso 0\$700 mensal 2\$000 trimestral 3\$840 semestral 7\$200 anual	0\$040 avulso 0\$960 por 25 núm.
Reprodução 1.ª p.		Indisponível na data da pesquisa.	Indisponível na data da pesquisa.

18	19	20	21
N.i.: com assinatura em vigor em 15.8.1837	N.i.: com assinatura em vigor em 15.8.1837	31.12.1837; 28.2.1839	15.2.1838; 30.1.1839
Anómalo Não localizado e não inventariado em RAFAEL e SANTOS (2001).	<i>Archivo Popular: semanário pitoresco</i> . Lisboa: Typ. de A. J. C. da Cruz, v. 1, n.º 1 (1.4.1837) – v. 7, n.º 52 (30.12.1843). Acessível em BNP: J. 359 B.	<i>O Recreio: jornal das famílias</i> . Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 1 (Jan. 1835) – n.º 12 (Dez. 1842). Acessível em BNP: J. 92 B.	<i>O Tempo</i> . Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto, n.º 1 (4.3.1835) – n.º 459 (24.8.1839), Lisboa: Typ. de Eugenio Augusto. <i>Fusão de A Lança com A Revolução de Setembro</i> . Acessível em BNP: J. 626 M.: retido para digitalização na data da pesquisa.
N.i.	25cm, 8 p. com numeração contínua, 2 cols. Ilustrado	23cm, 8 p. com numeração seguida, 2 cols.	38cm
N.i.	Semanal	Mensal	Diário
N.i.	Literário/Miscelânea	Literário/Miscelânea	Político/Noticioso
Por particular não identificado.	Por particular não identificado.	1.ª: Correio assistente da vila. 2.ª: Subscrição voluntária pelo sócio José Álvares de Oliveira	1.ª: Oferta de Joaquim Pedro Júdice Samora, deputado ao Congresso Nacional; 2.ª: Subscrição voluntária do sócio António Vaz da Fonseca e Melo.
	\$020 avulso \$500 semestral \$960 anual	1\$140 anual	N.i.: Retido para digitalização na data da pesquisa 12.6.2015
Não localizado.			Retido para digitalização na data da pesquisa.

Continua...

...continuação

N.º	22	23	24
Data da assinatura	30.1.1839	28.2.1839	15.12.1839
Identificação do periódico	<i>O Mensageiro: jornal da tarde e as provincias.</i> Lisboa: Typ. Transmontana, n.º 1 (17.12.1838) – n.º 47 (12.4.1839) Acessível em BNP: J. 460 12 M.	<i>Periódico dos Pobres no Porto.</i> Porto: [s.n.], n.º 1 (15.1.1834) – s. 3, a. 25, n.º 76 (31.3.1858). <i>Absorve o Artilheiro.</i> Acessível em BNP: J. 587 M.	<i>O Director.</i> Lisboa: Typ. Transmontana, n.º 1 (2.1.1838) – n.º 825 (24.12.1840). Acessível em BNP: J. 294 M.
Formato	[N.i.]	36cm, 4 p. com numeração seguida, 3 cols.	39cm, 4 p. com numeração seguida, 3 cols.
Periodicidade	[N.i.]	Diário	Diário
Identidade	Inacessível devido a mau estado de conservação	Político/Noticioso	Político/Noticioso
Iniciativa da assinatura	SGLLLE	Subscrição voluntária pelo sócio José Álvares de Oliveira	SGLLLE
Preço assinatura (réis)	Inacessível devido a mau estado de conservação	0\$020 avulso 0\$480 mensal 1\$440 trimestral 2\$880 semestral 5\$760 anual	0\$030 avulso 0\$720 mensal 1\$800 trimestral 3\$600 rs semestral 7\$200 rs. anual
Reprodução 1.ª p.	Inacessível devido a mau estado de conservação.		

25	26	27	28
11.3.1840	1.9.1847	21.10.1847	23.11.1847
<i>Museu Pitoresco: jornal d'instrução e recreio.</i> Lisboa: na Impressão de Galhardo e Irmaos, v. 1, n.º 1 (Mai.-1840) – v. 2, n.º 21 (1843). 2 cols., 8 p. 39 cm. Ilustrado. Acessível em BNP: J. 776 M.	<i>O Estandarte.</i> Lisboa: M.[anuel] A.[ntonio] F.[erreira] Portugal, n.º 1 (2.8.1847) – n.º 1147 (22.11.1847). Continuado por <i>Rei e ordem</i> . Acessível em linha em BNP: http://purl.pt/14335	<i>Revista Universal Lisbonense.</i> Lisboa: Imprensa Nacional, T. 1, n.º 1 (1.10.1841) – a. 13, n.º 35 (1859). Acessível em linha na Hemeroteca Digital: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm	<i>A Revolução de Setembro.</i> Lisboa: ed. resp. J. F. S. Castro (Typ. J. B. da A. Gouveia), n.º 1 (22.6.1840) – a. 60, n.º 15031 (20.1.1901). 38 cm. 4p. a 2 cols. (passa a 4 cols.) Acessível em linha em BNP: http://purl.pt/14345
39cm, 8 p. com numeração seguida, 2 cols. Ilustrado.	41cm, 4 p. com numeração contínua, 3 cols.	26cm, 12 p. com numeração contínua, 2 cols.	38cm, 4 p. com numeração contínua, 2 cols. (evolui para 3).
Mensal	Diário	Semanal	Diário
Literário/Miscelânea	Político/Noticioso	Científico/Industrial	Político/Noticioso
SGLLLE (mediado pelo correio que remeteu o prospecto à Sociedade)	SGLLLE	SGLLLE	SGLLLE
Não indica	0\$040 avulso 1\$800 trimestral 3\$600 semestral 6\$000 anual	1841: 0\$480 por 12 núm. 0\$960 por 24 núm. 1\$920 por 52 núm. 1847: 4\$200 p/84 núm.	0\$040 avulso 1\$600 trimestral 3\$000 semestral 6\$000 anual



Este *Caderno#10* é uma edição da Câmara Municipal de Loulé - Arquivo Municipal,
foi paginado pela Bloco Design e Comunicação,
impresso e encadernado pela Gráfica Comercial.
Foram produzidos 1000 exemplares,
Loulé, 2016

Depósito Legal n.º 301533/09
ISBN: 978-972-9064-70-8

O estudo publicado é da inteira responsabilidade do seu autor

Cadernos do Arquivo
Arquivo Municipal de Loulé



© Gravura reproduzida em *Le Cabinet de Lecture, Journal Littéraire et Politique*, 1835.



Patrícia de Jesus Palma, Investigadora integrada do CHAM,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores